

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ

ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA: UTOPIA REACIONÁRIA?

Parte II

Organizadores
Joana A. Coutinho¹
John Kennedy Ferreira²
Rogata Soares del Gaudio³

Apresentamos o segundo número do Dossiê: Ascensão da extrema direita: utopia reacionária? Coincide nesse momento, com os resultados das eleições de 2022, que consagrou a vitória do candidato do campo progressista, Lula da Silva, contra o candidato Jair Bolsonaro, um dos representantes da extrema-direita no Brasil, que flerta abertamente com o fascismo. Essa vitória, mesmo com uma margem pequena de votos, representa uma reorganização na geopolítica da América Latina: Colômbia, Chile, Bolívia, Peru e Honduras (em todos competiam força progressista de um lado e, do outro, extrema-direita). Então, a vitória, no Brasil, tem a possibilidade de uma reconfiguração regional importantíssima, de uma frente que se posicione em bloco: México, Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Venezuela, Bolívia, Peru, Honduras.

¹ Graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1987), mestrado em Ciências Sociais: Sociologia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e doutorado em Ciências Sociais: Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004). Pós-doc na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) (2018). Atualmente, professora Associada IV na Universidade Federal do Maranhão. Coordena o Grupo de Estudos de Hegemonia e Lutas na América Latina, vinculado ao Programa de Políticas Públicas, e pesquisadora do Núcleo Práxis da USP. Tem experiência na área de Ciências Sociais com ênfase em Ciência Política, atuando principalmente nos seguintes temas: ONGs, movimentos sociais, sociedade civil, Estado, ideologias, classes sociais e lutas de classes.

² Bacharel pela Fundação Escola de Sociologia e Política, mestre em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC. Doutor em História Econômica, pela Universidade de São Paulo - FFLCh - USP. Atua como professor de Sociologia e de Ciência Política. Desde novembro de 2016 é professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

³ Possui Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1991), Mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da UFMG (2006). e Pós-doutorado em Geografia Humana pela USP (2021). Atualmente é membro do Neils da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, do Instituto de Cultura Ibero-Atlântica (ICIA, Portugal) e Professor Associado IV da Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiência na área de GEOGRAFIA, com ênfase em Atitude e Ideologias Políticas, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia, Ideologia, Educação, Ensino de Geografia e Análise do Discurso.

O acesso da extrema-direita no cenário mundial nos últimos anos, e os recentes movimentos que se seguiram no Brasil, em desacordo com o resultado das eleições, capitaneado, principalmente, pelo agronegócio, com paralisações das estradas e algumas manifestações em frente aos quartéis, nos estados, pedindo intervenção militar, representando uma disputa política persistente, corrobora a importância dessa publicação.

O objetivo central refere-se a discutir o ascenso da direita no mundo, mas buscando as especificidades da América Latina e particularmente Brasil, no intuito de desvelar seus argumentos, movimentos e ações. A volta de governos progressistas-populares depois de uma onda de retrocessos no continente com Golpes institucionais com a chancela dos Estados Unidos: Honduras (2009), Paraguai (2012), Brasil (2016), Bolívia (2019), parece agora, consagrar uma segunda onda de governos populares; mas com grupos nos estados nacionais, com fortes características fascistas ou fascizantes que prometem uma oposição acirrada com a pretensão de desestabilizar esses novos governos, redesenhando a correlação de forças.

Nunca é demais lembrar como apontou Florestan Fernandes (1979) que a ideologia fascista sempre esteve presente nos governos militares da América Latina; e mais recentemente, Alain Badiou (2018) os denominou como exemplos de um “fascismo democrático”, ou seja, não há uma ruptura com as instituições, mas uma espécie de democracia limitada.

A “nova direita” — diferentemente das forças conservadoras da década de 1990 que se baseavam numa utopia do mercado e da modernidade, — representam a nostalgia de um passado “idealizado” com base em valores assentados na defesa da “família, exército e religião”. O fato é que esse “discurso” e as ações a ele associadas vem crescendo em momentos de crises como o que estamos vivendo, e tendem a crescer mais ainda com a promessa de recuperação de um passado que nunca existiu, mas que alimenta e de certa forma, acalenta o presente.

Estudar esse fenômeno, entendê-lo em sua forma e conteúdo é essencial para que possamos compreender e combater essa “volta ao passado, que justamente por ser “idealizada”, tem cooptado e convencido milhões de pessoas a se voltarem a ele como a alternativa ideológica, econômica, social e política possível.

Neste número da revista *Crítica e Sociedade*, publicamos a segunda parte do dossiê.

Iniciamos com o artigo, **Realismo, fascismo e fuga**, em que o autor Saulo Pinto analisa os problemas ideológicos do fascismo e o seu realismo, ou seja, a sua existência permite que pessoas comuns possam experimentar o delírio como única maneira de viver o realismo do capitalismo. Dialoga com o conceito de “fascismo democrático” e o coloca como uma variação da repetição do capitalismo.

Já no artigo **O velho fascismo e o fascismo digital**, dos autores, Sergio Amadeu da Silveira e Renato Rovai Junior, é abordada a metamorfose do fascismo na sua atual configuração em relação às experiências da Itália e Alemanha. Para os autores, o fascismo atual utiliza os meios de comunicação, *youtubers*, *influencers*, cientistas e dados etc. Concluem que sua manifestação no período contemporâneo é digital e com uma capacidade de mobilizar um exército de pessoas que deixam fluir seu preconceito e a internet se tornou a arena da disputa da hegemonia entre os grupos de extrema direita e os defensores da democracia

O fascismo ucraniano: corrente histórica, fator de instabilidade contemporânea o autor, Carlos Serrano analisa a gênese do fascismo ucraniano e busca demonstrar o papel central que ganhou desde os acontecimentos do Euromaidan (2013- 2014), a incorporação de milícias à estrutura do Estado e a influência na agenda política, sendo causa de instabilidade e guerra.

O artigo, **A guerra ideológica: a dialética raça/classe no Brasil contemporâneo**, de Joana A. Coutinho, busca situar como a questão étnica, o racismo que deita raízes na sociedade brasileira foi e é exacerbado nos governos de extrema-direita e particularmente no governo de Bolsonaro. O artigo aponta para uma questão crucial na luta contra o racismo, assim como contra o fascismo, a perspectiva de totalidade das lutas e, conseqüentemente, sua não fragmentação/hierarquização. Nesse sentido, trata-se de uma guerra, também, no campo da ideologia, a questão a ser posta é a unidade raça e classe; ou gênero e classe; é um desafio para a esquerda responder à questão das opressões sem fragmentar a luta.

Por que Bolsonaro seduz multidões? Lideranças, comportamentos políticos e fragmentação institucional em período de desmonte do Estado de Gilberto Maringoni, nos brinda com uma reflexão que se faz necessária: entender as razões que levaram, a uma boa parte do eleitorado, a votarem em Jair Bolsonaro, mesmo com uma gestão que levou a uma queda da qualidade de vida da população pobre; o descontrole da Covid-19, além de um discurso que exalta a violência e estimula ainda mais os vários tipos de preconceitos.

Capitalismo e patriarcado: uma leitura gramsciana da disputa hegemônica no Brasil no contexto bolsonarista, escrito por Gláucia Lelis Alves, traz, a partir de uma reflexão sobre o conceito de hegemonia de Antônio Gramsci e a luta de classes, a relação entre a crise orgânica do capital, a ofensiva reacionária e a correlação de forças frente ao fenômeno do bolsonarismo no Brasil: ameaças às pautas feministas e a luta para a construção da emancipação humana, que exige um estudo aprofundado do patriarcado e sua relação com as bases que estruturam o capitalismo.

Concluindo este número, temos o texto de Maria Mary Ferreira, **Mulheres, resistências feministas na luta antifascista no Brasil**. A autora analisa a eleição de Jair Bolsonaro e o retrocesso que se concretizou nas políticas sociais voltadas a questão de gênero. Mostra, em meio a tudo isso, a resistência dos movimentos feministas, transformando-se num dos principais movimentos de oposição ao governo, com ações pontuais de denúncias e nos atos pelo Impeachment, que tomaram ruas e praças em todo o País, no Ano de 2021.

Esperamos que as discussões conduzidas pelos autores neste dossiê sejam fontes de debate e potencialização de conhecimento neste momento que se torna cada vez mais indispensável ficarmos em alerta com as movimentações políticas e sociais ao nosso redor.

Boa Leitura!

REALISMO, FASCISMO E FUGA

REALISM, FASCISM AND ESCAPE

Saulo Pinto¹

Resumo

O artigo se propõe a discutir o fascismo como um poderoso mecanismo de interdição das linhas de fuga para fora do capitalismo. Para isso, busca-se pensar os problemas ideológicos do fascismo, considerando que ele não atua escondendo algo que está latente, mas sua política está manifesta quando distorce a explicação das consequências do capitalismo da causa decisiva para uma causa deslocada. Em seguida, busca-se refletir sobre o realismo do fascismo, em que sua existência, na verdade, é o que permite que as pessoas comuns possam experimentar o delírio como única maneira de viver o realismo do capitalismo. Por fim, pensa-se o “fascismo democrático” como uma variação da repetição do capitalismo.

Palavras-chave: Realismo. Fascismo. Linhas de fuga.

Abstract

The article proposes to discuss fascism as a powerful mechanism for interdicting lines of flight outside capitalism. For this, we seek to think about the ideological problems of fascism, considering that it does not act by hiding something that is latent, but its policy is manifest when it distorts the explanation of the consequences of capitalism from the decisive cause to a displaced cause. Then, it seeks to reflect on the realism of fascism, in which its existence, in fact, is what allows ordinary people to experience delirium as the only way to live the realism of capitalism. Finally, “democratic fascism” is thought of as a variation of the repetition of capitalism.

Keywords: Realism. Fascism. Escape lines.

¹ Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão (2007). É especialista em Sociologia das Interpretações do Maranhão pela Universidade Estadual do Maranhão (2010), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Maranhão (2013) e doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (2020). Exerceu o cargo de professor de Teoria Econômica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, entre 2008 e 2014. Desde 2014, é professor de Economia Política do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão. Tem experiência intelectual nas áreas de Economia Política; História das Ideias Políticas, Econômicas e Sociais; Filosofia da Economia e Filosofia Política; Marxismo e Psicanálise, Filosofia e Teoria Social. Concentra-se na pesquisa dos seguintes temas: Estado e democracia, desigualdades e injustiças; Fascismo democrático e dominação social; Opressão social, ressentimento e ódio político; Capitalismo e formas de exploração econômica, dominação política e humilhação social; Fantasia, futuro e emancipação; Marxismo, psicanálise e imaginação política; Psicanálise, estranhamento e sexualidade; Economia das emoções e subjetividades; Economia do bem-estar e felicidade. É idealizador e coordenador do Laboratório de Imagem Política da UFMA.

“O MAIS PROFUNDO É A PELE”

É incontornável pensar o fascismo a partir dos problemas ideológicos que são produzidos pela sua manifestação. A questão decisiva – que não pode ser simplesmente derivada de uma causa oculta – é que o fascismo que experimentamos hoje não esconde contradições latentes, mas podemos pensar que há uma similitude entre sua manifestação subjacente e à própria ordem das contradições. É da natureza propriamente explosiva do sistema capitalista, que é incapaz de garantir liberdade política e igualdade substantiva simultaneamente para todos, permitir que a “normalidade” seja moldada por um padrão permanente de instabilidades sociais ingovernáveis. A pergunta que sempre aparece diante do colapso é: qual a contradição latente ao sintoma que ainda não pode ser explicado? Talvez tenhamos aqui um certo fetichismo da relação entre aparência e essência, como se todos os fenômenos fossem apenas aparência de algo que ainda não está manifesto. Félix Guattari insiste que:

É fácil reduzir tudo às famosas contradições principais. É demasiado abstrato. É até mesmo um meio de defesa, um troço que ajuda a desenvolver *phantasias* de grupo, estruturas de desconhecimento, um troço de burocratas; se entrincheirar sempre atrás de alguma coisa que está sempre atrás, sempre em outro lugar, sempre mais importante e nunca ao alcance da intervenção imediata dos interessados (GUATTARI, 1981, p. 14, grifos do original).

Nesse sentido, pensar o fascismo hoje pressupõe considerar não apenas sua manifestação como derivação de algo, ou mesmo isolar sua forma desprovida do conteúdo social correspondente. Na verdade, a análise do fascismo exige a dialética do sistema e do subsistema das formas de poder e das formas ideológicas existentes. É por isso que a definição da culpa e a atribuição da responsabilidade pelo ato fascista colabora pouco – ou quase nada – para a compreensão dialética dos problemas ideológicos do fascismo. A mera identificação da culpa, por exemplo, produz um interdito político importante, já que teríamos uma impermeabilidade ideológica que nos impede de conhecer mais, ou seja, a causa é obliterada, pois a culpa está corporificada em um corpo político visível. Todavia, a responsabilidade política não pode ser alienada. Ela é condição necessária para que o próprio sistema (capitalista) e seu subsistema (fascista) possam ser reconhecidos e, portanto, combatidos. Slavoj Žižek complexifica a questão das contradições e o problema da culpa e da responsabilidade:

No âmbito da teoria, deparamos com uma inversão homóloga a propósito da problematização “desconstrutivista” da ideia da culpa e da responsabilidade

pessoal do sujeito. A ideia de um sujeito plenamente “responsável” por seus atos, em termos morais e criminais, claramente atende à necessidade ideológica de esconder a complexa trama, sempre já operante, dos pressupostos histórico-discursivos, que não apenas dão o contexto do ato praticado pelo sujeito, mas também definem de antemão as coordenadas de seu sentido: o sistema só pode funcionar se a causa de sua disfunção puder ser situada na “culpa” do sujeito responsável. Um dos lugares-comuns da crítica esquerdista à lei é que a atribuição da responsabilidade e da culpa pessoais nos exime da tarefa de investigar as circunstâncias concretas do ato em questão. Basta lembrar a prática da “maioria moral” de atribuir uma qualificação moral ao índice mais elevado de criminalidade constatado entre os afro-americanos (“tendências criminosas”, “insensibilidade moral” etc.); essa atribuição impossibilita qualquer análise das condições ideológicas, políticas e econômicas concretas dos afro-americanos (ŽIŽEK, 1996, p. 11).

No caso do fascismo, assume-se a posição de atribuição da culpa, que acaba funcionando como um mecanismo poderoso de deslocamento da disfunção do sistema dominante. O problema não seria o capitalismo norte-americano e seu apodrecimento sistêmico, mas a figuração da excentricidade repugnante de Trump e seu comportamento obsceno etc. O mesmo pode ser dito em relação a Bolsonaro, na fratura brasileira do fascismo global. A disfunção do sistema dominante – que aparece através dos subsistemas econômico, político, ideológico etc. – não pode ser explicada considerando apenas parte das contradições. É curioso pensar que, nos dois casos, o horror está na economia linguística (“excessiva”) utilizada e não nos termos políticos do projeto de poder. É fundamental que as contradições do próprio sistema sejam mobilizadas mediante o aparecimento ideológico dos seus subsistemas determinantes. É por isso que Félix Guattari diz que temos que ter uma “micropolítica que vise tanto os problemas individuais quanto os problemas sociais”, pois pensar os problemas ideológicos do fascismo pressupõe considerar que “há uma política que se dirige tanto ao desejo do indivíduo quanto ao desejo que se manifesta no campo social” (GUATTARI, 1981, p. 174). A contradição principal é sempre aquela que aparece no campo de problematização da dialética do desejo e do campo social de tensões. Nada parece estar oculto, latente, pois “o mais profundo é a pele”.

Então, a questão da crise é retomada como uma dimensão importante dos problemas ideológicos. Adorno já havia tratado – e antecipado de maneira admirável – esse tipo de fenômeno social na categorização do “radicalismo de direita” como uma forma *ainda* permanente de captura fascista. Ele insiste no “fato de que os pressupostos sociais do fascismo ainda perduram”, apesar de sua não-continuidade na “forma imediatamente política” (ADORNO, 2020, p. 45). O fascismo – no sentido substancial – tem certa autonomia relativa diante dos interesses econômicos fundamentais. Não podemos dizer que o fascismo é uma modalidade de *reação política* prioritária utilizada pelas classes dominantes. Nesse caso, ele não é expressão direta de interesses latentes do

sistema de dominação social. É possível pensar o fascismo como um mecanismo de captura da energia subjetiva disponível e estrangulada. Podemos aqui elaborar uma homologia com uma importante equação de Gilles Deleuze, quando ele diz que “a contra-cultura reencontra hoje a ideia de que, se temos algo a dizer, não é em função de nosso desenvolvimento, qualquer que ele seja, mas em função e a partir de nosso subdesenvolvimento” (DELEUZE, 2019, p. 349), ou seja, caso queiramos falar do fascismo, temos que tratar de suas questões considerando não o desenvolvimento de uma ruptura com o sistema dominante, mas ele é, *grosso modo*, propriamente expressão do *subdesenvolvimento dominante* do sistema.

É próprio do capitalismo – como um fluxo ininterrupto de captura – ser um sistema de auto-expansão indefinido e indeterminado. Ele age mediante a própria colonização do *conteúdo latente* e do *conteúdo manifesto* dos objetos sociais. Assim, pela sua própria natureza que é o fundamento de suas contradições decisivas, o sistema capitalista precisa mover-se de maneira ininterrupta pelos campos econômico, político e simbólico, religando-os e confundindo-os. Como a crise substancial é o fundamento do seu metabolismo, o sistema precisa expandir seu funcionamento para que a crise seja temporalmente adiada. Marx descobriu o paradoxo imperativo do sistema capitalista. O paradoxo é que o sistema coloniza o tempo disponível das pessoas livres, ao mesmo tempo que está aprisionado pela necessidade de extorquir maior riqueza objetiva no menor tempo possível. Não é difícil imaginar o colapso derivado da esquizofrenia do tempo que atrofia à reprodução parasitária do capital em todas as suas manifestações possíveis. É assim que podemos pensar que a única maneira de sobrevivência é fugir do capitalismo. Gilles Deleuze elabora primariamente o problema:

Um sistema como o capitalismo foge por todos os lados, ele foge, e depois o capitalismo colmata, faz nós, faz liames para impedir que as fugas sejam muito numerosas. Um escândalo aqui, uma fuga de capitais ali etc. E há também fugas de um outro tipo: há as comunidades, há os marginais, os delinquentes, há os drogados, as fugas de drogados, há fugas de todo tipo, há fugas esquizofrênicas, há pessoas que fogem de maneira muito diferente. Nosso problema (nós não somos completamente estúpidos, não dizemos que isso será suficiente para fazer a revolução) é: dado um sistema que foge realmente por todos os lados e que, ao mesmo tempo não para de impedir, de reprimir ou de colmatar as fugas por todos os meios, como fazer para que essas fugas sejam simplesmente tentativas individuais ou pequenas comunidades, mas que elas formem verdadeiramente máquinas revolucionárias? (DELEUZE, 2019, p. 351).

Isto posto, podemos dizer que paradoxalmente o sistema capitalista “foge por todos os lados” e, ao mesmo tempo, funciona “para impedir que as fugas sejam muito numerosas”. A lógica

do protesto político não pode transcender os limites disponíveis de existência do sistema dominante. Com efeito, como estamos tratando o fascismo como expressão do *subdesenvolvimento dominante* do sistema, ele ocupa uma função política e ideológica indispensável que é a de impedir as fugas massivas dos enquadramentos institucionais do capitalismo. Vladimir Safatle acertadamente diz que “o fascismo oferece uma certa forma de liberdade”, através da “vampirização da revolta” (SAFATLE, 2018, p. 09), ou seja, o protesto político não é interdito, sufocado, mas ele é não apenas estimulado, como toda a energia subversiva é capturada ideologicamente pelo fascismo. A dialética da “colonização da revolta” está no fato de que o protesto político é abertamente estimulado, entretanto, seu *gozo* é canalizado – através de um processo de distorções fundamentais – para pontos não-decisivos no que diz respeito à organização do poder dominante. A causa *manifesta* do problema nunca aparece como próxima da causa *substancial*, mas ela precisa ser derivada de uma distorção que mobilize os afetos políticos numa direção que torne improdutivo o protesto político.

A problemática do protesto político é sempre definida em função da sua capacidade de impor um futuro que se distancie da forma de vida dominante. Assim, o problema ideológico decisivo hoje é que as alternativas ao capitalismo – fascismo ou “comunismo” – podem ser pensadas como variações de capitalismo. Nesse caso, o “fim do mundo” é dominante no horizonte de expectativas do imaginário compartilhado das pessoas comuns. Por outro lado, o pessimismo regressivo é insumo ideológico para que o fascismo apareça, ao mesmo tempo, como uma forma determinada de revolta ao capitalismo e – não mais como uma alternativa política transcendente – , propriamente, uma variação de capitalismo. Há algo mais violento e brutal do que pensar o “fim do mundo” no mundo existente que tenha apenas como horizonte-limite de expectativas o universo fascista-democrático?

O impasse está no fato de que a substância atualizada do fascismo coloniza a revolta, cujo objetivo é conter as linhas de fuga produzidas pelo capitalismo – que se tornam excentricidades e até identidades políticas e culturais –, mas que não podem ser universalizadas. A colonização da revolta doméstica a dimensão radical e subversiva do protesto político como resultado de uma falha estrutural na “normalidade” do sistema dominante. O fascismo entendido como um mecanismo ideológico que interdita a fuga do capitalismo, age imediatamente sobre o desejo individual. É nesse sentido que Slavoj Žižek sugere que “a ideologia é o oposto diametral da internalização da contingência externa: reside na externalização do resultado de uma necessidade interna” (ŽIŽEK, 1996, p. 10). Ao contrário de pensar o fascismo como uma força externa que corrompe a subjetividade isolada, é justamente no campo da colonização do desejo que ele

transforma toda “contingência externa” em “necessidade interna” através da realização do desejo individual. É a transformação do desejo em poder político.

Podemos dizer, nesse sentido, que o fascismo que temos hoje atua no nível molecular das estruturas de poder quando impede a abertura de “linhas de fugas” do sistema dominante. A realidade subjacente do capitalismo é a produção de um tipo de curto-circuito ingovernável, em que igualdade política e desigualdade substantiva constituem a “normalidade” do sistema dominante. Então, o aparecimento do fascismo como expressão do *subdesenvolvimento dominante* do sistema capitalista atua diretamente na contenção das linhas de fuga, mantendo em equilíbrio e temporalmente simultâneos, igualdade política e desigualitarismo substancial. O paradoxo é que toda realidade é constituída pela existência do espectro, que não apenas perturba como produz a destituição explosiva do funcionamento da “normalidade” do sistema dominante. Slavoj Žižek diz que:

[...] no fato de que não existe realidade sem o espectro, de que o círculo da realidade só pode ser fechado mediante um estranho suplemento espectral. Mas, por que não existe realidade sem o espectro? Lacan fornece uma resposta precisa a essa pergunta: (o que vivenciamos como) realidade não é a “própria coisa”, é sempre já simbolizado, constituído e estruturado por mecanismos simbólicos – e o problema reside no fato de que a simbolização, em última instância, sempre fracassa, jamais consegue “abarcá-la” inteiramente o real, sempre implica uma dívida simbólica não quitada, não redimida. *Esse real (a parte da realidade que permanece não simbolizada) retorna sob a forma de aparições espectrais.* Consequentemente, não se deve confundir “espectro” com “ficção simbólica”, com o fato de que a realidade em si tem a estrutura de uma ficção, por ser simbolicamente (ou, como dizem alguns sociólogos, “socialmente”) construída; as noções de espectro e ficção (simbólica) são co-dependentes em sua própria incompatibilidade (são “complementares”, no sentido da mecânica quântica). Dito de maneira simples, a realidade nunca é diretamente “ela mesma”; só se apresenta através de sua simbolização incompleta/falha. As aparições espectrais emergem justamente nessa lacuna que separa perenemente a realidade e o real, e em virtude da qual a realidade tem o caráter de uma ficção (simbólica): o espectro dá corpo àquilo que escapa à realidade (simbolicamente estruturada) (ŽIŽEK, 1996, p. 26, grifos do original).

O que Žižek realmente problematiza é que temos que considerar a realidade social como incompleta, ou seja, toda a equação da liberdade política está assentada na dissimulação que objetiva *normalizar* o desigualitarismo substancial. É justamente a permanência – e produção continuada – de assimetrias irreconciliáveis pelo sistema dominante – com seu poder político constituído – que permite que a ficção simbólica que estrutura a realidade seja assombrada pela existência/aparecimento do espectro colérico que representa o real existente. Não podemos esquecer que “as verdadeiras lutas são sempre lutas entre corpos e entre espectros” (SAFATLE, 2018, p. 09). Hegel chamava de “população” o sujeito que corporificava a revolta contra o poder

dominante. Marx, por sua vez, amplifica a noção hegeliana, nomeando o “proletariado” como o espectro capaz de assombrar à “normalidade” propriamente capitalista. No entanto, o espectro não é a noção imanente do proletariado, mas a condição explosiva da luta aberta contra o poder dominante que tem no proletariado apenas seu sintoma. Conforme Žižek sugere, o espectro dá corpo ao que efetivamente escapa à realidade. Isso permite que pensemos que toda realidade não é “toda”, mas algo precisa estar foracluído dela. Nesse caso, esse “conceito obriga-nos a admitir que não há luta de classes “na realidade”: a “luta de classes” nomeia o próprio antagonismo que impede a realidade (social) objetiva de se constituir como um todo fechado em si mesmo” (ŽIŽEK, 1996, P. 27). É por isso que temos que pensar a micropolítica do fascismo considerando o religamento dos problemas do poder e da dominação do sistema capitalista.

O fascismo hoje é justamente a nomeação da operação de captura política das linhas de fuga para fora do capitalismo, bem como produz um tipo de ambiguidade à democracia liberal. Não parece razoável pensar o fascismo do nosso tempo como uma ofensiva contra a democracia. A hipótese que tomamos é que o fascismo – interpretação antecipada por Adorno – age por dentro da democracia, mobilizando *por distorção* o ressentimento recalcado legítimo das pessoas comuns – dominadas, exploradas, humilhadas – contra o sistema dominante. Žižek diz que o fascismo mobiliza o “desejo popular autêntico” (ŽIŽEK, 2006, p. 27) para os fins diretamente reacionários da exploração capitalista. Diante de uma situação de insegurança generalizada, em que o “horizonte de expectativas” é de névoa – e não de cegueira como geralmente se pensa –, o medo aparece como o insumo político decisivo para a mobilização do ressentimento recalcado. Anselm Jappe salienta que o “ressentimento” é “uma atitude intimamente ligada ao narcisismo” (JAPPE, 2021, p. 83). O narcisismo, assim como o fetichismo, resulta de uma dominação social determinada que se sustenta no nada, no vazio, na destituição de todo conteúdo substantivo das formas sociais concretas. A aparente radicalidade do fascismo, grosso modo, é apenas expressão de um poderoso mecanismo de deslocamento das causas decisivas para causas deslocadas. Talvez esse deslocamento do fascismo – não apenas ideológico, mas em termos de poder propriamente dito –, seja absolutamente necessário para pensá-lo como um fenômeno social que atua interditando as linhas de fuga para fora do sistema capitalista.

O paradoxo é que o ressentimento recalcado – insumo da mobilização fascista – se articula num alinhamento de indeterminação significativa. Sabe-se que as consequências sociais do capitalismo são repugnantes e podem ser definidas pela repetição. Para o sistema dominante, é necessário criar mecanismos de poder que impeçam que o ressentimento recalcado possa ser transformado em revolta política contra o capitalismo. É por isso que há a necessidade de deslocamento da causa

primordial – o capitalismo propriamente dito e sua dinâmica cega de exploração – para causas deslocadas – os judeus, as mulheres, os imigrantes etc. – que possam explicar *por distorção* as próprias consequências do capitalismo. Nesse sentido, o fascismo não pode ser traduzido como um fim em si mesmo. Ele executa funções determinadas ao funcionamento do sistema em crise permanente de legitimidade, ou seja, é indispensável que ele interdite o protesto político e sabote todas as linhas de fuga para fora do capitalismo. O fascismo que temos hoje é a *repetição* do capitalismo realmente existente por outros (e todos os) meios.

REALISMO, FASCISMO E MOBILIZAÇÃO DO DESEJO

Não é incomum que tratemos o fascismo como algum tipo de delírio, irracionalismo ou mesmo paranoia subjetiva isolada. Com essa perspectiva, tendemos a desqualificar o fascismo como fenômeno social de longa duração e impede que possamos percebê-lo como processo político de organização do poder dominante. Trata-se de um erro com enormes consequências políticas e ideológicas. Novamente, é um deslocamento amargo de retorno do reprimido, quando buscamos traduzir o fascismo como a dimensão propriamente delirante da “normalidade” capitalista. Esse é um ponto pouco explorado pelo pensamento crítico, mas com consequências políticas decisivas. Gilles Deleuze elabora uma posição muito importante sobre o curto-circuito entre “normalidade” e delírio no capitalismo:

No fundo de toda razão, o delírio, a deriva. Tudo é irracional no capitalismo, exceto o capital ou o capitalismo. Um mecanismo da bolsa é perfeitamente racional, podemos compreendê-lo, apreendê-lo, os capitalistas sabem servir-se dele, e, no entanto, é completamente delirante, é demente [...] há algo que nunca foi suficientemente notado n’O Capital de Marx: até que ponto está ele fascinado pelos mecanismos capitalistas, precisamente por serem simultaneamente dementes e funcionarem bem (DELEUZE, 2019, p. 331).

Ou seja, o segredo da máquina capitalista é que os processos instituídos por ela são “simultaneamente dementes” e, ao mesmo tempo, definidos por “funcionarem bem”. É essa aparente confusão que produz uma percepção subjetiva que antagoniza “normalidade” e delírio. A democracia liberal oligárquica poderia ser tratada como exemplo típico da “normalidade” inquestionável dentro do capitalismo? Ou quando consideramos o subsistema econômico que é marcado pela abstração do dinheiro e da competição egóica de sujeitos marcados pelo individualismo possessivo, teríamos aqui a “normalidade” subjacente do sistema capitalista? Não é

necessário muito esforço para constatar que ambos – dinheiro e competição – são estruturas sociais de demência, embora funcionem de maneira impressionante na lógica de repetição do sistema. Não há profundidade – algo além da aparência imediata – que precisa ser descoberta para que possamos perceber que são mecanismos objetivos realistas. O paradoxo do sistema capitalista é que ele, ao mesmo tempo, articula demência e realismo.

Dito isto, o fascismo que aqui estamos considerando é uma forma de organização política que objetiva interditar as linhas de fuga do capitalismo. Caso tenha sentido essa hipótese, não podemos traduzir o fascismo como um sistema social delirante, irracional etc., o que não significa que o fascismo não possa mobilizar ideologicamente dispositivos – simbólicos, discursivos, estéticos etc. – que sejam delirantes e irracionais. O aspecto decisivo aqui é pensar que o fascismo não é substancialmente um subsistema delirante. Precisamos pensá-lo como uma forma de organização do poder político, cujo objetivo é garantir a continuidade e, sobretudo, a repetição do sistema capitalista dominante. Entretanto, essa posição estratégica não oblitera outras funções conjunturais que o fascismo possa exercer no funcionamento do sistema como um todo. No lugar do psicologismo obtuso, temos que pensar o fascismo na sua relação imanente com o sistema dominante. Adorno apresenta um vigoroso comentário sobre os “sistemas totalitários” que, de alguma maneira, podem ser transportados para pensar o fascismo de hoje:

A impiedosa dominação dos interesses do eu, ampliados em um sistema totalitário, libera uma espécie de racionalidade muito mais superior a seus oponentes na escolha dos meios, e cega apenas para os fins. A psicologia totalitária // reflete o primado de uma realidade social que produz seres humanos já tão insanos quanto ela própria. A insanidade, entretanto, consiste em que os seres humanos aprisionados funcionam apenas como agentes de uma realidade todo poderosa; em que sua psicologia configura tão somente estações de parada dessa tendência da realidade. O fato de que possa surgir um sistema delirante [*Wahnsystem*] a partir da doutrina das próprias leis sociais objetivas não deve seduzir ninguém a recair em um psicologismo, que se contenta com a fachada social e, além disso, nem sequer é satisfatório psicologicamente. Não há nenhuma “neurose política”, embora deformações psíquicas influenciem o comportamento político, mas não explicam totalmente as deformações deste último. Tal comportamento fundamenta-se menos na “questão pelo sentido da vida” – uma diluição bem abstrata do que impulsiona propriamente os homens – do que em necessidades extremamente concretas, tal como o desemprego tecnológico, as divergências entre o estado dos meios de produção e da propriedade de matérias-primas em países individuais, e a onipresente impossibilidade econômica de dirigir a vida através de sua própria força, uma impossibilidade que, com uma “racionalidade” diabólica, impele os indivíduos aos movimentos heterônomos de grupo (ADORNO, 2015, p.196, grifos do original).

A psicologia das pessoas comuns “configura tão somente estações de parada dessa tendência da realidade”, insana, pavorosa, repugnante. O “sistema delirante” funciona como uma forma de organização política do poder específica do sistema dominante, cujo objetivo é impedir a proliferação ampla das linhas de fuga. Adorno insiste na ideia básica de que as “deformações políticas” têm influência imediata sobre o “comportamento político” regressivo, mas – e essa é a questão decisiva salientada –, não são as deformações políticas que explicam inteiramente a deformação do “comportamento político”. Esse tipo de deformação somente pode ser explicado quando o fascismo é localizado em sua função política determinada de contenção das linhas de fuga. As características subjetivas expressam, simultaneamente, as deformações objetivas do capitalismo e funcionam como insumos delirantes para que o fascismo mobilize o ressentimento recalcado. O objetivo é sempre operar o deslocamento da *causa substancial* para uma *causa deslocada*. É por isso que não é possível pensar o fascismo sem o agenciamento da distorção ideológica que opera o deslocamento. Poderíamos dizer que o delírio subjetivo é o que permite que o sujeito privado – de substância e de vínculos realmente importantes – possa viver a “normalidade” da vida de maneira realista. Ao contrário do que se pensa, o fascismo é absolutamente realista, e é seu realismo que permite que o sujeito isolado possa suportar o absurdo da vida vazia do capitalismo como sistema universal:

Também seria falso, entretanto – como acontece frequentemente –, conceber como psicóticos, loucos, aqueles que tendem psicologicamente a sistemas totalitários. Em vez disso, segundo a perspectiva de Ernest Simmel, o sistema delirante [*Wahnsystem*] coletivo, a que eles se devotam e para cuja fenomenologia Koestler muito contribui, evidentemente protege os indivíduos da psicose explícita – o delírio encapsulado lhes permite comportar-se em outras regiões de forma um tanto “mais realista”. Neles, o momento patológico se esconde nesse próprio realismo, em uma espécie de frieza e ausência de afeto, que os poupa do conflito neurótico. A neurose neles está, por assim dizer, pré-decida. Igualaram-se sem resto ao mundo; se eles, como diz Koestler, são incapazes de aprender pela experiência, então é porque se tornaram tão reificados que não podem mais propriamente fazer experiências. O chefe de polícia, no qual a monstruosidade totalitária se apresenta de forma mais consequente, é seguramente tudo, menos neurótico (ADORNO, 2015, pp. 197-198, grifos do original).

É muito interessante pensar que “o delírio encapsulado” permite que os indivíduos possam agir de maneira “mais realista”, e os protege da “psicose explícita”. Essa ambiguidade subjetiva – combinação do “delírio encapsulado” e do realismo – é o marcador social objetivo da organização do fascismo. É justamente nesse campo encapsulado que a política do ódio, culpa e responsabilidade são mobilizadas pela organização política do fascismo. No entanto, a dimensão

fundamental do sistema capitalista – propriedade privada e dinâmica autorreferente de acumulação – não é identificada como objeto da contestação política. Moishe Postone elabora uma leitura original desse problema, traduzindo o fascismo – e o nazismo como sua variação particular – como uma forma de revolta anticapitalista limitada, pois identifica sua dimensão concreta como opositora à abstração do dinheiro. No caso do nazismo, os judeus foram corporificados como a origem do mal, ou seja, representantes da dimensão abstrata do dinheiro. Trata-se de uma biologização da abstração:

De acordo com esta interpretação, os judeus foram identificados não apenas com o dinheiro, com a esfera da circulação, mas com o próprio capitalismo. Todavia, em virtude da sua forma fetichizada, o capitalismo não parecia incluir a indústria e a tecnologia. O capitalismo aparecia apenas como a sua dimensão abstrata manifestada que, por sua vez, era responsável pelas vastas mudanças sociais e culturais concretas associadas ao rápido desenvolvimento do capitalismo industrial moderno. Os judeus não eram encarados meramente como *representantes* do capital (situação em que os ataques antisemitas teriam sido muito mais específicos em termos de classe). Eles se tornaram *personificações* do domínio inatingível, destrutivo, imensamente poderoso e internacional do capital como forma social alienada. Certas formas de descontentamento anticapitalista foram direcionadas contra a dimensão abstrata manifesta do capital personificada na forma dos judeus, não em virtude de os judeus serem conscientemente identificados com a dimensão do valor, mas porque, dada a antinomia entre as dimensões abstratas e concretas, era dessa maneira que o capitalismo aparecia. A revolta “anticapitalista” foi, conseqüentemente, também uma revolta contra os judeus. A superação do capitalismo e dos seus efeitos sociais negativos foi associada à superação dos judeus (POSTONE, 2021, pp. 45-46, grifos do autor).

Fica patente que o fascismo é uma forma de revolta contra o sistema dominante. A questão fundamental é que a revolta “anticapitalista” é sempre limitada, ou melhor, ela vampiriza o “desejo popular autêntico” e “coloniza a revolta”, intentando deslocar o problema decisivo através de um poderoso mecanismo de distorção política e ideológica. No lugar da identificação do capitalismo, a distorção opera o deslocamento da causa, que não está propriamente no sistema, mas em um tipo de sujeito particular. O que temos é a desidentificação da revolta “anticapitalista” dos “efeitos sociais negativos” para efeitos distorcidos, manipulados. O antisemitismo não é uma característica própria do ódio aos judeus. É a conjuntura que define o objeto político da distorção. Nesse caso, o mais importante é que a operação política faça com que o fascismo interdite as linhas de fuga. O inimigo não pode sempre estar ausente, mas ele aparece em função da conjuntura política específica:

Só a cegueira do antisemitismo, sua falta de objetivo, confere uma certa verdade à explicação de que ele seria uma válvula de escape. A cólera é descarregada sobre os desamparados que chamam a atenção. E como as vítimas são intercambiáveis segundo a conjuntura: vagabundos, judeus, protestantes, católicos, cada uma delas pode tomar o lugar do assassino, na mesma volúpia cega do homicídio, tão

logo se converta na norma e se sinta poderosa enquanto tal. Não existe um genuíno antissemitismo e, certamente, não há nenhum antissemita nato (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 142).

A lição que podemos tirar daqui é que o “antissemitismo” é polissêmico, ou seja, ele não tem uma ontologia negativa determinada, mas sua variação é histórica e obedece a uma determinada conjuntura política. A “cegueira do antissemitismo” está no fato de que “vítimas” e “algozes” são intercambiáveis, e o que define cada funcionalidade é a marcação do poder dominante estabelecido. A loucura política do fascismo é que a identificação de um sujeito capaz de encarnar à falsa projeção dos problemas é circular e indefinida. Não se trata de uma brutal mobilização do desejo? O desejo do reprimido é mobilizado – através de uma distorção primordial – para que sua energia psíquica e libidinal seja realizada de maneira negativa, ou seja, no lugar da imaginação do futuro, temos o *horizonte de expectativas* reduzido à denegação. Na paisagem política de névoa, o presente de desespero é prioritário diante das possibilidades de outro futuro.

O teorema político decisivo é que a produção da ação política – que Badiou chama de “acontecimento” ou “evento” – é a ideia de *expectativa do futuro*. O fascismo que experimentamos hoje precisa ser designado como “fascismo democrático”, pois ele é “intrínseco às práticas parlamentares da ‘democracia’ capitalista moderna” (BADIOUS, 2020, p. 21). Nesse sentido, o fascismo democrático interdita as linhas de fuga e oblitera as expectativas do futuro. O universo social de névoa é a própria redução/encurtamento do horizonte de subjetividade política. Podemos dizer que a repressão é um recurso que pode ser mobilizado pelo exercício da *política* como *polícia*. A repressão duradoura, no entanto, é aquela que limita a imaginação política à imaginação fascista do mundo. O paradoxo é que o fascismo não aparece mais como uma alternativa do desejo contra o sistema dominante – mesmo que em nível aparente –, mas ele é uma variação por dentro do sistema dominante. Logo, o ressentimento que é mobilizado como insumo político, em vez de permitir um gozo para fora do capitalismo, aprisiona o próprio gozo ao universo “democrático”.

A força política do “fascismo democrático” está justamente na tentativa de operar a redução do antagonismo decisivo inscrito no metabolismo social do capitalismo à mera polarização política. O antagonismo decisivo não “pode ser representado na forma da *negociação da premissa compartilhada*” (ŽIŽEK, 2012, p. 28, grifos do original), pois não há espaço político simbolizável em que o antagonismo possa coexistir. O impasse do curto-circuito está no fato de que o “fascismo democrático” opera a despolitização do conflito primordial, trazendo para dentro do universo democrático o espaço do conflito. Enquanto as lutas de classe podem significar uma luta entre mundos e formas de vida alternativas, a zona de compromisso compartilhado aprisiona o conflito

à repetição do capitalismo. O antagonismo é sempre diferente da polarização. Não é uma questão apenas de léxico político, mas da inscrição (e resolução) dos problemas fundamentais:

Longe de serem “extremadas demais”, essas tentativas, ao contrário, não são suficientemente extremadas: elas pressupõem como seu lugar de enunciação um terceiro ambiente, neutro, no qual os dois pólos coexistem; ou seja, recuam ante as consequências do fato de que não existe ponto de convergência, não existe nenhum campo neutro compartilhado pelas duas posições antagônicas, sexuais ou de classe (ŽIŽEK, 1996, p. 28).

No conflito político traduzido como antagonismo social, “não existe ponto de convergência”, mas o conflito é necessariamente explosivo. O “fascismo democrático” traduz toda a polarização política (despolitizada) com uma linguagem que perfila “nós” e “eles”, ou mobiliza a linguagem teológica entre o “bem” e o “mal” etc. A estratégia, longe de afirmar o fascismo como um sistema delirante e irracional, permite que possamos pensá-lo como uma modalidade política que tem como objetivo distorcer a realidade, deslocando a causa primordial para uma causa deslocada. A colonização do desejo permite que o ressentimento como fúria política seja corporificada para algum tipo de sujeito particular, destotalizando o próprio significado do capitalismo como sistema dominante e suas consequências. O “fascismo democrático” é propriamente o poder *policial* do capitalismo na interdição das linhas de fuga (e do gozo) para fora do capitalismo.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Aspectos do radicalismo de direita**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.
- ADORNO, Theodor W. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- BADIOU, Alain. **Trump**. Lisboa: VS, Vasco Santos Editor, 2020.
- DELEUZE, Gilles. **A ilha deserta : e outros textos**. São Paulo: Iluminuras, 2019.
- GUATTARI, Felix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981.
- JAPPE, Anselm. **A sociedade autofágica: capitalismo, desmensura e autodestruição**. São Paulo: Elefante, 2021.

POSTONE, Moishe. **Antissemitismo e nacional-socialismo**: escritos sobre a questão judaica. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021.

SAFATLE, Vladimir. **Um dia, esta luta iria ocorrer**. Série Pandemia. São Paulo: n-1 edições, 2018.

ŽIŽEK, Slavoj. **Elogio da Intolerância**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2006.

ŽIŽEK, Slavoj. **O ano que sonhamos perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2012.

ŽIŽEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: ŽIŽEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

O VELHO FASCISMO E O FASCISMO DIGITAL

OLD FASCISM AND DIGITAL FASCISM

Sergio Amadeu da Silveira¹

Renato Rovai Junior²

Resumo

Este artigo recupera o conceito antigo de fascismo, suas origens na Itália e a Alemanha, mostra de que forma ele metamorfoseou-se através das épocas e como aparece atualmente. O fascismo atual é digital e fundamentado no uso com o melhor aparato de comunicação, youtubers, influencers, cientistas de dados e crackers. Mobiliza um exército de pessoas preconceituosas e mostra que a internet é a nova arena da disputa da hegemonia entre os grupos de extrema direita e os defensores da democracia e de outros projetos sociais.

Palavras-chave: Fascismo, Internet, Democracia, Mobilização da Sociedade.

Abstract

This article recovers the old concept of fascism, its origins in Italy and Germany, shows how it metamorphosed through the ages and how it appears today. Current fascism is digital and based on use with the best communication apparatus, youtubers, influencers, data scientists and crackers. It mobilizes an army of prejudiced people and shows that the internet is the new arena for the dispute for hegemony between extreme right-wing groups and defenders of democracy and other social projects.

Keywords: Fascism, Internet, Democracy, Mobilization of Society

¹ Graduado em Ciências Sociais (1989), mestre (2000) e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2005). É professor associado da Universidade Federal do ABC (UFABC). É membro do Comitê Científico Deliberativo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (ABCiber). Integrou o Comitê Gestor da Internet no Brasil (2003-2005 e 2017-2020). Presidiu o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (2003-2005). Pesquisa as implicações tecnopolíticas dos sistemas algoritmos; Inteligência Artificial e ativismo; as relações entre comunicação e tecnologia; sociedades de controle e privacidade; práticas colaborativas na Internet. Autor dos livros: Tudo sobre tod@s: redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais; Exclusão Digital: a miséria na era da informação; Software Livre: a luta pela Liberdade do conhecimento; entre outros. É pesquisador do CNPq /Produtividade em Pesquisa - 2.

² Jornalista graduado em Jornalismo pela Universidade Metodista, mestre em Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA-USP) e doutor em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC. É autor de, entre outros livros, Um Novo Ecossistema Midiático - A história do jornalismo digital no Brasil e Midiático Poder, o Caso Venezuela e a Guerrilha Informativa. Também é organizador do livro Golpe 16, no qual diversos blogueiros relatam o processo de impeachment da presidente Dilma. É diretor editorial da Revista Fórum.

INTRODUÇÃO

O que é o fascismo? Uma doutrina? Uma ideologia? Uma concepção de mundo? Uma mobilização política? Um conjunto específico de partidos? Pode ser tudo isso, a depender de como se caracterize seus fundamentos e a sua dinâmica. Os dois casos mais conhecidos foram o movimento fascista italiano e o nazismo alemão. Estão ligados a figuras como Benito Mussolini e Adolf Hitler. Quais foram as características desses dois movimentos políticos extremos que conduziram politicamente países a uma guerra de grandes proporções? Sem nenhuma dúvida, o fascismo na primeira parte do século XX foi um dos mais importantes movimentos políticos em escala mundial.

“Preliminarmente podemos distinguir três usos ou significados principais do termo. O primeiro faz referência ao núcleo histórico original, constituído pelo Fascismo italiano em sua historicidade específica; o segundo está ligado à dimensão internacional que o Fascismo alcançou, quando o nacional-socialismo se consolidou na Alemanha com tais características ideológicas, tais critérios organizativos e finalidades políticas, que levou os contemporâneos a estabelecerem uma analogia essencial entre o Fascismo italiano e o que foi chamado de Fascismo alemão; o terceiro, enfim, estende o termo a todos os movimentos ou regimes que compartilham com aquele que foi definido como "Fascismo histórico", de um certo núcleo de características ideológicas e/ou critérios de organização e/ou finalidades políticas. Nesta última acepção, o termo Fascismo assumiu contornos tão indefinidos, que se tornou difícil sua utilização com propósitos científicos.³”

Faz sentido em caracterizarmos hoje a mobilização política da extrema direita de fascista? Essa é a primeira questão que queremos responder. Sem dúvida, existem várias teorias e modos de caracterizar o fascismo. Alguns pensadores marxistas o definiram como a expressão do grande capital, outros como representação de extratos radicalizados das camadas médias na fase imperialista do capitalismo. Já importantes liberais o definiram como um arranjo totalitário em que tudo está regrado pelas determinações do comando fascista. Teóricos políticos o caracterizaram como um projeto de partido único que englobaria o Estado e tornariam a sociedade um conjunto articulado e subordinado às suas determinações. O filme distópico ‘V de Vingança’ pode ser visto como um retrato de uma sociedade organizada pelo fascismo.

3 SACCOMANI, Edda. Fascismo. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 2004, p. 466.

Nem toda a ditadura é fascista. É importante realçarmos isso para avançarmos na construção do argumento. As ditaduras militares na América Latina nas décadas de 1960 e 1970 foram sangrentas, mas não foram definidas como fascistas. Por quê? Apesar de apelarem para valores patrióticos, não estruturaram alguns componentes cruciais do fascismo, tais **como a mobilização permanente da população ou de segmentos expressivos da sociedade, o culto de um líder máximo, a organização de grupos para atuar com violência em defesa da segurança existencial dos “homens de bem de suas famílias”**. O fascismo não suporta a democracia, apesar dos partidos e líderes fascistas poder utilizá-la para chegar ao governo. Seu objetivo indubitavelmente é autoritário, conservador e voltado a um punhado de valores retrógrados. O fascismo defende a anulação e o extermínio de quem possui valores diferentes. O fascismo busca a ditadura. Os fascistas pregam valores muitas vezes contraditórios e não possuem uma única linha de pensamento no mundo, dependem de cada país e de cada agrupamento fascista. Todavia, os fascistas buscam enaltecer a Pátria, mesmo quando praticam o mais descarado entreguismo.

Um dos textos mais profundos sobre o fascismo é do semiólogo Umberto Eco chamado Fascismo Eterno. Ele afirma que:

[...] o fascismo não tinha quintessência. O fascismo era um totalitarismo difuso, uma colagem de ideias filosóficas e políticas diferentes, uma colmeia de contradições. Pode-se conceber um movimento verdadeiramente totalitário capaz de combinar monarquia com revolução, o Exército Real com a milícia pessoal de Mussolini, a concessão de privilégios à Igreja com educação estatal exaltando a violência, controle absoluto do Estado com um livre mercado? ⁴ (ECO, 1995, 4)

Como Umberto Eco nos mostrou a irracionalidade parece ser um traço fundamental do fascismo. Essa irracionalidade entendida como uma incoerência articulada que aponta em um sentido retrógrado e violento está articulada com a expansão e manutenção do poder. O filósofo Theodor Adorno ao tratar do retorno do fascismo na década de 1960 dizia que não deveríamos “subestimar esses movimentos por causa de seu baixo nível intelectual e falta de teoria”. Para Adorno, o extremismo de direita não era visível, mas “as condições sociais para o fascismo continuavam existindo”⁵. Mais de 50 anos depois, podemos notar que as bases do fascismo estão vivas e ameaçam as democracias.

4 ECO, Umberto. **UR-fascismo (O fascismo eterno)**. Nueva York: Universidad de Columbia, 1995.

5 ADORNO, Theodor W. **Aspects of the New Right-Wing Extremism** (trans. Wieland Hoban). Medford, Mass.: Polity, 2020, p. 1.

Adorno notou que os fascistas trazem a ideia de existência ou de impossibilidade de existir com o outro como um pensamento e sentimento cultivados. Por isso, alertou que “o conceito de existencial é colocado a serviço do irracionalismo, da rejeição da argumentação racional, do pensamento discursivo como tal”⁶. Aquilo que achamos sem sentido, contraditório, mais do que incoerente, trata-se do rompimento com as possibilidades de diálogo baseado na realidade. A passagem a seguir é ilustrativa do fenômeno fascista:

[...] o que caracteriza esses movimentos é uma perfeição extraordinária de certos métodos, antes de tudo dos métodos propagandistas no sentido mais amplo, combinada com a cegueira, na verdade abstração, dos objetivos que perseguem. E eu acho que precisamente esta constelação de meios racionais e fins irracionais, se posso colocá-lo de uma forma tão simplificada, em certo sentido corresponde à tendência geral da civilização, que leva a tal perfeição de técnicas e meios, enquanto o social global propósito cai no esquecimento. A engenhosidade da propaganda usada por esses partidos e movimentos é que ela equilibra a diferença, a diferença inquestionável entre os interesses reais e os objetivos fraudulentos que defendem. É a própria essência da questão, assim como foi com os nazistas. Quando os meios se tornam cada vez mais substitutos dos objetivos, quase se pode dizer que, nesses movimentos de extrema direita, a propaganda constitui de fato a substância da política. E não é por acaso que os chamados líderes do nacional-socialismo alemão, como Hitler e Goebbels, foram antes de tudo propagandistas, e que sua produtividade e imaginação foram para a propaganda.⁷

Partindo de uma perspectiva distinta, Umberto Eco via no fascismo mais um discurso do que uma ideologia. Seria “um exemplo de desconjuntamento político e ideológico. Mas era um ‘desconjuntamento ordenado’, uma confusão estruturada. O fascismo não tinha bases filosóficas, mas do ponto de vista emocional era firmemente articulado a alguns arquétipos”. Arquétipos são modelos, obviamente ideais que expressam crenças ou características psicossociais. Para Jung, arquétipos são imagens primordiais, portadoras de explicações sobre o passado não vivido, conformam o conhecimento e o imaginário do inconsciente coletivo.

O fascismo é estritamente capitalista. Fundamentalmente retrógrado. Capaz de articular o homem comum e o vivente das camadas médias que assumiu profundamente a ideologia do poderoso, da classe dominante. Ele acredita que é pobre porque não tem mérito, porque não teve sorte, porque não foi ainda escolhido por Deus. Convive com aquele que é pobre, mas se acha endinheirado e se coloca como um rico que a pobreza quer roubar, exterminar. Assim, odeia quem

6 ADORNO, Theodor W. **Aspects of the New Right-Wing Extremism** (trans. Wieland Hoban). Medford, Mass.: Polity, 2020, p. 4.

7 *Ibidem*, p. 6.

luta por direitos sociais e coletivos. O comunista é o seu alvo porque nada é pior que o comunismo que quer proteger quem não tem mérito, não trabalhou, não se esforçou. O homem comum entristecido e culpado, defende o rico e o dominador que os “vagabundos comunistas querem destruir”. Ele no fundo adora ver os outros sofrerem, para se sentir bem. Esse sofrimento deve se expressar na política como humilhação dos outros, em ódio, em inveja, nunca em um debate baseado em argumentos racionais.

O fascismo mobiliza um tipo de homem comum e penetra em todas as camadas da população. Ele serve sempre as classes dominantes, defende o poder dos ricos, em geral, quer a destruição dos direitos sociais e do que possa melhorar a vida dos segmentos mais pauperizados, pois odeia o fracasso que ele mesmo partilha. Por isso, o fascismo pode ganhar eleições. Pode ter parcelas numerosas da população. Hitler foi eleito e chegou ao poder dentro das regras democracia da chamada República de Weimar. O golpe que desfechou foi depois de ter chegado democraticamente ao poder de Estado. Por isso, não consideramos adequado que a melhor classificação para o atual movimento da extrema direita mundial, incluindo aí o bolsonarismo, seja a de populismo de direita. O fato de buscarem se afirmar pelo voto não exclui os seus discursos e objetivos de poder violento baseado em valores retrógrados, vertical com o culto à eliminação dos oponentes.

O sociólogo Zygmunt Bauman⁸ nos lembrou que elementos constitutivos do nazismo e suas atrocidades se originaram na modernidade, na geometrização e no horror a indeterminação. A ideia de pureza e purificação estava presente na doutrina da solução final. Extrair as ervas daninhas, eliminar os sujos, os indesejáveis e degenerados. Por isso, a supremacia branca e os racistas em geral se sentem representados pelo discurso preconceituoso de Jair Bolsonaro. Deliraram quando ainda em campanha, Bolsonaro disse: “Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais”.

O FASCISMO DIGITAL E O NEOLIBERALISMO

O fascismo pode ser populista em sentido variado e amplo. Mas, nem todo populismo é fascista. A ideia de tornar o povo algo compacto e mitificado está presente nas experiências classificadas de populistas. Entretanto, o populismo que cultua o carisma de sua liderança, não necessariamente quer romper com a democracia, quer eliminar os diferentes ou ainda mobilizar a

8 BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1999.

violência para impor seus valores. Por isso, chamar a atual extrema direita de populista parece deixar de fora inúmeros componentes importantes que a constituí. O mito da homogeneidade da sociedade em povo que pensaria de um único modo e seguindo um único líder ou partido pode ser visto como uma solução de atração dos diversos segmentos da população, mas essa atração quando visa manter-se pela violência com a eliminação dos contrários e com a criação permanente de “inimigos do povo” pode ser caracterizada de fascista.

O fascismo atual não se organiza exclusivamente em partidos. Ele se tornou digital. Tal como Goebbels utilizou o aparato técnico de comunicação mais avançado para disseminar as mensagens nazistas, o fascismo do século XXI vem embalado pelos *influencers*, *youtubers*, cientistas de dados, crackers e donos de empresas como a *Cambridge Analytica*. Ele ganhou muito engajamento e força a partir da constituição da direita alternativa norte-americana, a *alt-right*. Blogs como Breibart News e InfoWar passaram a empolgar os anarco-capitalistas, também chamados de libertários, para atrair os jovens entediados e sem futuro para romper com o sistema. Clamando pela liberdade de expressão ilimitada os líderes de opinião da *alt-right* passaram a atacar os “politicamente corretos”, pessoas que defendiam os direitos e as garantias individuais e coletivas, alcunhados de *normies*.

Logo um exército de adolescentes sem perspectivas de futuro, gamers homofóbicos, misóginos e haters online, ganharam um sentido nas suas frustrações e desesperanças. Passaram a rir de quem defendia os direitos sociais, atacar pessoas que estavam fora dos padrões de beleza da indústria dos cosméticos, rir de um cadeirante que caía em uma calçada em desnível. Os líderes da *alt-right* diziam “não deixem que limitem sua liberdade de dizer o que você quiser”, “de rir e fazer piadas de qualquer situação”. “Seja livre”. Logo, qualquer imbecil que utilizava o 4Chan passou a ser um militante da direita *alt-right* e da campanha pela eleição de Donald Trump.

Atuando em redes de relacionamento online, produzindo e editando vídeos com efeitos variados, abusando dos conteúdos em formato de memes, esse exército digital foi sendo orientado e financiado por empresários reacionários e bilionários do Vale do Silício, todos exacerbados e encantados pelo neoliberalismo. Um deles, Peter Thiel, fundador do *PayPal*, declarou abertamente, em um evento da extrema direita libertária, em abril de 2009, hospedada no *Cato Unbound*: “Não acredito mais que a liberdade e a democracia sejam compatíveis”⁹. Que liberdade é essa que Thiel está falando? Exatamente a liberdade de exploração econômica, ilimitada e irrestrita, reivindicada pelos neoliberais.

9 LAND, Nick. **The Dark Enlightenment**. Online: <https://www.thedarkenlightenment.com/the-dark-enlightenment-by-nick-land/>

Para essa extrema direita, o Estado está sob o domínio do marxismo cultural. A democracia é controlada e hegemonizada pelas ideias intervencionistas oriundas dos princípios de igualdade. Isso estaria suprimindo a liberdade dos mais aptos, dos empreendedores. Para os líderes intelectuais dessa ultradireita, a democracia e o sistema eleitoral não está reduzindo o aparato e a intromissão estatal. Nesse cenário, bradam que os avanços do neoliberalismo, de suas empresas e de seus empreendimentos estariam bloqueados.

Posicionados nas redes digitais, em posições chaves de empresas de tecnologia e com muitos adeptos com grandes habilidades informacionais, a extrema direita logo monta sua estratégia de expansão 1) principalmente pelas redes digitais; 2) rompendo com o debate racional baseado em fatos; 3) dando uma nova roupagem para valores reacionários; 4) a desinformação e o caos informativo passam a ser a principal estratégia.

Assim, o neoliberalismo adquire nova força, agora sem nenhuma vergonha de romper e atacar a democracia e suas instituições. Líderes dessa extrema direita organizam um discurso anti-sistema. Mas qual sistema? O sistema capitalista? Obviamente que não. Não nomear tudo que busca um mínimo de equilíbrio entre o poder do capital e a justiça social de socialismo. Assim, para ganhar adeptos atacam os poderosos que passam a ser aqueles que defendem a democracia. Escolhem figuras do capital financeiro e da especulação, que apesar de terem grande apreço pelo neoliberalismo, não romperam com a democracia liberal, para atacar e alcunhá-los de comunista.

O digital é o terreno de disputa da hegemonia. Falam claramente que estão enfrentando batalhas da guerra cultural. Curiosamente, assumem a perspectiva de Gramsci e a invertem. Querem construir seu bloco histórico e destruir a hegemonia dominante que cinicamente dizem ser a do marxismo cultural. Para esse bloco, articulam a velha e carcomida supremacia branca, a Klu-Klux-Klan, os grupos neonazistas, os terraplanistas recalcados, as ligas de tiro, os novos eugenistas, os neorreacionários, os fundamentalistas religiosos de matriz cristã, enfim, uma profusão de grupos que não conseguiriam sentar-se em uma mesa sem o risco de um grande tiroteio.

Articulam figuras exóticas e falantes carismáticos que se apresentam como youtubers e se tornam grandes influencers. Atuam na espiral da espetacularização que domina as redes digitais. Não guardam qualquer sentimento de busca da coerência. Muitas vezes apelam para o completamente contraditório. Apresentam gays reacionários que afirmam odiar o homossexualismo, afrodescendentes que atacam os movimentos antirracistas, patriotas defensores

da liberdade expressão que defendem a implantação de uma ditadura para calar os que pensam diferente. Reivindicam a completa e total liberdade de agressão que praticam nas redes e fora delas.

BOLSONARISMO COMO EXPRESSÃO DO NEOFASCISMO

“O trabalhador terá que escolher entre mais direito e menos emprego, ou menos direito e mais emprego”¹⁰. Essa frase de Bolsonaro leva a maioria do empresariado brasileiro a loucura. Ela está no marco do neoliberalismo e é mobilizadora, verdadeiramente engajadora de uma classe dominante e de camadas médias que não se ajustaram a ideia de direitos sociais e trabalhistas. O neoliberalismo no Brasil, conta com grupos políticos aparentemente em conflito com seus primados. Mas isso é somente na aparência. O neoliberal brasileiro é moderno apenas para precarizar as relações de trabalho, para substituir servidores públicos por sistemas algorítmicos, mas continua patrimonialista, clientelista e servil aos interesses da matriz da colônia.

Paulo Guedes seria o *condottiere* da missão neoliberal, enquanto ao inepto Bolsonaro caberia o discurso, a mobilização das bases extremistas. Guedes nunca imaginou que o Congresso não implementaria automaticamente seu ditado neoliberal por motivos típicos da política brasileira. Bolsonaro e seu time, generais de terno, olavistas e políticos do baixo clero, não tinham a menor condição de articular uma maioria política no parlamento. No início do seu governo o desprezo pela Câmara e Senado eram evidentes. Para que parlamento? Bolsonaro falava para o povo. As lives, o gabinete de ódio, os youtubers bombados se encarregariam de consolidar o apoio da maioria ao “mito”.

Bolsonaro nunca se interessou pela negociação no parlamento, exceto quando o caldo entornou e ele se viu nas mãos do Centrão, aquele grupo de deputados patrimonialistas que o General Heleno certa vez disse: “se gritar pega ladrão, não fica um meu irmão”. Bolsonaro é um típico fascista. Queria governar em ligação direta com as massas e mobilizá-las pelos dutos do Whatsapp para atacar os “inimigos do Brasil”, entendido como o território dominado pelos líderes do Vivendas da Barra. Bolsonaro queria ser ditador. Queria e tentou o golpe. Não conseguiu marchar sobre São Paulo, nem viu os oficiais das Polícias Militares tomando os Palácios dos governos dos Estados para “acabar com tudo isso aí, talvez?”.

10 TOLOTTI, Rodrigo. Bolsonaro diz no JN que trabalhador terá de escolher entre direitos e emprego. **InfoMoney**, 28 ago 2018. Online: <https://www.infomoney.com.br/politica/bolsonaro-diz-no-jn-que-trabalhador-tera-de-escolher-entre-direitos-e-emprego/>

Todavia, não vamos nos iludir. A startup MBL, os partidos Novo e DEM, os lavajatistas, Dória e a maioria do tucanato são neoliberais e por isso embarcaram na canoa do Bolsonaro. Mas, a canoa começou a afundar. Bolsonaro tem baixa capacidade política, sem experiência no mundo do trabalho administrativo, portador de uma ignorância profunda de questões básicas da gestão pública e um desrespeito nítido pela democracia e pela atividade parlamentar. Além disso, o plano de Bolsonaro se limitava a destruir, desmontar e privatizar. Isso parecia um melzinho na chupeta. Não foi. A resistência existe e avança.

Os neoliberais não-fascistas e alguns neofascistas, como os integrantes da startup MBL, se afastaram de Bolsonaro por receio de um resultado eleitoral desastroso, mas não pelos fundamentos que Bolsonaro encampou e prometeu. Sem dúvida, existem neoliberais que não romperam com a democracia. Todavia, em geral, eles são mais neoliberais que democratas. Hoje, buscam a terceira via, mas na hora H tendem a ser atraídos por quem prometer o mundo maravilhoso de um Estado Máximo a favor das empresas que devem ser elevadas a condição de elemento estruturador da vida coletiva.

Falam muito em frente ampla contra Bolsonaro. Mas o que seria essa frente se nela estiver segmentos dos neofascistas? Rebaixar o programa e as ações da frente para incorporar os fascistas não parece uma boa ideia. Precisamos construir uma frente antifascista. Não podemos fazer frente com quem utiliza métodos desinformativos como estratégia política. Isso compromete a ação política antifascista. Muitos neofascistas que defendem a “escola sem partido”, que dizem que a luta antirracista é mi-mi-mi, que atacam a diversidade e a nomeiam de “ideologia de gênero”, grupos homofóbicos e misóginos também querem se reposicionar diante da desastrosa gestão de Jair Bolsonaro. Não podemos aceitar os métodos fascistas em nenhuma hipótese. Isso contribui para o caos informacional pretendido pela estratégia principal da extrema direita mundial.

Lançado em 2018, o livro de Jason Stanley chamado “Como funciona o fascismo: A política do ‘nós’ e ‘eles’ ” é muito elucidativo. O autor argumenta que

Os mecanismos da política fascista apoiam-se uns nos outros, tecendo um mito de diferenciação entre “nós” e “eles”, com base num passado fictício romantizado, em que há “nós”, mas não “eles”, e num ressentimento em relação a uma elite liberal corrupta, que se apropria de nosso suado dinheiro e ameaça nossas tradições (STANLEY, 2018, 151).

Stanley destacou os fundamentos principais do fascismo que são: reviver um passado mítico que nunca existiu, a pretexto de combater a corrupção ataca as instituições democráticas, ódio aos intelectuais e às universidades, uma defesa cega do líder hierárquico, criminalização das minorias e

das diferenças, ataques aos sistemas de justiça social e direitos, desqualificação da imprensa. Sem dúvida, podemos encontrar todas essas características no bolsonarismo e na sua jornada pela fascistização do país.

Os neofascistas no país têm várias faces, articulador do ressentimento e das paixões tristes, conta com *rippers* de patinete e com ruralistas de fuzil. Atualmente expressa as classes dominantes brasileiras, principalmente o capital financeiro e os donos do agronegócio. Contam com extratos majoritários do grande, médio e pequeno empresariado que querem destruir qualquer direito trabalhista e a maioria dos gastos com políticas sociais. Odeiam ter que registrar empregadas domésticas e definir um horário máximo de sua jornada de trabalho. Mobilizam todo tipo de frustrados que adotaram o racismo, a misoginia e a homofobia como explicação da sua tristeza. Contam com os fundamentalistas religiosos, principalmente aqueles que construíram impérios financeiros explorando a fragilidade e a pobreza. Juntos o fascismo chegou a mobilizar aproximadamente um quinto da população.

A derrota eleitoral é um primeiro passo para recompor a democracia, retomar políticas públicas indispensáveis ao desenvolvimento e a contenção da miséria crescente. Mas precisaremos avançar na distribuição de renda, na defesa do meio ambiente, na reparação dos danos que o racismo deixou no cotidiano, necessitamos construir uma política tecnológica que supere o entreguismo e ao bloqueio da inventividade e criatividade local. Mas isso, não será fácil. O neofascismo foi acionado e mobilizado, não só no Brasil. Ele não desaparecerá. A besta violenta do autoritarismo fascista conta com a doutrina neoliberal que o acaricia e o deixa de prontidão. Ganhar as eleições é vital para a defesa da democracia e da melhoria das condições de vida e trabalho. Mas o neofascismo quer a guerra. Quer anular a política baseada nos argumentos e no respeito ao diferente. Quer impor o seu culto à ignorância, à violência e aos valores retrógrados.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Aspects of the New Right-Wing Extremism** (trans. Wieland Hoban). Medford, Mass.: Polity, 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1999.

ECO, Umberto. **UR-fascismo** (O fascismo eterno). Nueva York: Universidad de Columbia, 1995
LAND, Nick. The Dark Enlightenment. Online: <https://www.thedarkenlightenment.com/the-dark-enlightenment-by-nick-land/>.

SACCOMANI, Edda. Fascismo. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 2004.

TOLOTTI, Rodrigo. Bolsonaro diz no JN que trabalhador terá de escolher entre direitos e emprego. **InfoMoney**, 28 ago 2018. Online: <https://www.infomoney.com.br/politica/bolsonaro-diz-no-jn-que-trabalhador-tera-de-escolher-entre-direitos-e-emprego>.

O FASCISMO UCRANIANO:
corrente histórica, fator de instabilidade contemporânea

UKRAINIAN FASCISM:
current, historical factor of contemporary instability

Carlos Serrano Ferreira¹

Resumo

O artigo traça a genealogia do fascismo ucraniano, mostrando o seu desenvolvimento ao longo do tempo, sendo este uma reflexão atualizada de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida desde 2014 em vários outros artigos e documentos. Por fim, se demonstra o papel central que ganhou desde os acontecimentos do Euromaidan (2013-2014), em particular pela incorporação de suas milícias à estrutura do Estado e a influência na agenda política, sendo causa de instabilidade e guerra.

Palavras-chave: Ucrânia; Fascismo; OUN; Svoboda; Pravy Sektor; Euromaidan.

Abstract

The article traces the genealogy of Ukrainian fascism, showing its development over time, this being an updated reflection of a research that has been developed since 2014 in several other articles and documents. Finally, it demonstrates the central role that it has gained since the events of Euromaidan (2013-2014), in particular through the incorporation of its militias into the structure of the State and the influence on the political agenda, causing instability and war.

Keywords: Ukraine; Fascism; OUN; Svoboda; Pravy Sector; Euromaidan.

¹ Cientista político e PhD Candidate em Ciência Política pelo ISCSP-ULisboa com tese sobre a Ucrânia. Bolsista da Cátedra UNESCO “Educação, Cidadania e Diversidade Cultural” e investigador, entre outros, do Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia da UFRJ (LEHC/UFRJ).

INTRODUÇÃO

Desde 2014, uma crise permanente instalou-se na Ucrânia, a partir do golpe de Estado que depôs em fevereiro desse ano o presidente Viktor Yanukovich. Como resposta ocorreram o referendo popular pelo retorno da Crimeia à Federação Russa e o início da guerra à Leste, na bacia do Don, entre movimentos secessionistas das Repúblicas Populares de Donetsk e Luhansk e os batalhões da intitulada Operação Anti-Terrorista – incluindo os constituídos por forças fascistas, como o Batalhão Azov². Segundo documento da Missão de Monitoramento de Direitos Humanos das Nações Unidas na Ucrânia, do escritório do Alto-Comissariado para os Direitos Humanos da ONU, entre 14 de abril de 2014 e 31 de dezembro de 2021, este conflito causou entre 51 a 54 mil mortos e entre 37 a 39 mil feridos (HRMMU, 2022).

O atual processo representou uma escalada dos processos de crise e instabilidade permanentes e estruturais instaurados desde a independência ucraniana em 1991, com a restauração capitalista e o regime oligárquico decorrente. Como referia Ferreira (2016, p.183-188):

Em 2016, a Ucrânia completou 25 anos de independência, marcados por instabilidade política e social. Esta se apresentou mesmo em conjunturas de estabilidade econômica após os primeiros anos de depressão profunda do PIB e desorganização da estrutura produtiva pelo desmonte do socialismo e da complementaridade com outras ex-repúblicas soviéticas, em particular a Rússia. O impacto foi brutal e se tornou estrutural [...] Contudo, é de se esperar que processos de secessão, contra-revolução econômica e mudança de regime gerassem conflitos. O surpreendente é a recorrência das crises. Nesse quarto de século de nação independente, três presidentes foram depostos por manifestações de massas.

O nível de violência que se estabeleceu é o agravar de característica permanente, a “violenta história política ucraniana, sendo a violência um instrumento constante nas disputas entre políticos e oligarcas, utilizada tanto pelo governo, sob a cobertura de um judiciário instrumentalizado politicamente, como pela oposição, com o objetivo de eliminar oponentes ou realizar operações de *false flag* para desacreditá-los” (FERREIRA, 2016, p.188). Isto decorre da natureza própria da classe dominante ucraniana que emergiu da transição ao capitalismo, denominada de “oligarquia”, uma:

² Se a atual imprensa internacional tem escondido o caráter fascista destes batalhões, há alguns anos reconhecia. Veja-se a manchete do jornal português *Público*, assinada por Alexandre Martins, de 1 de setembro de 2014: “Azov, o batalhão neonazi que vai defender Mariupol”, tendo por *lead*, “é um dos batalhões mais ferozes de entre as dezenas que lutam ao lado do Exército oficial da Ucrânia. A sua missão é “liderar as raças brancas do mundo numa cruzada final pela sua sobrevivência”.”

burguesia *sui generis* do mundo pós-comunista [... onde] Há uma fusão entre Estado, interesses políticos e econômicos, entre política e economia, que supera em muito os padrões normais. Os interesses econômicos da burguesia ucraniana só são de fato assegurados enquanto interesses políticos. Isto explica a extrema violência na vida política e nas relações inter-burguesas, onde se utilizam corriqueiramente, não apenas excepcionalmente, de todos os expedientes possíveis: subornos, traições, assassinatos, milícias fascistas e, até mesmo, de mobilizações de massas (como a Revolução Laranja ou o EuroMaidan) para serem vitoriosos. O processo de acumulação primitiva de capital não termina, pois se refaz permanentemente, inicialmente sobre o patrimônio soviético, e depois, por inércia, sobre o patrimônio ucraniano, sobre a propriedade dos setores burgueses pequenos e médios, e mesmo sobre outros oligarcas, como demonstra a prática dos chamados corporate raidings (Rojansky, 2014). Não há nenhuma segurança sobre a propriedade privada, nem mesmo para os oligarcas, que só a garantem sob a proteção do Estado. A derrota numa disputa política pode significar perda de propriedade e prisão, como demonstram o caso de Lazarenko e Timoshenko, ou ainda pior, a morte (FERREIRA, 2016, p.193-194).

Curiosamente, um intelectual dedicado à análise da política ucraniana, e simpático à OTAN, à UE, à Revolução Laranja, ao Euromaidan e aos governos que os sucederam, inadvertidamente traz uma informação – confirmada em outras fontes – sobre o padrinho político e patrocinador do atual presidente ucraniano, Vladimir Zelensky, o oligarca Ihor Kolomoiskyi, que demonstra que a natureza violenta da política é transversal, e que dificilmente podemos falar em “heróis” ou “bommoços” nas disputas nesse país. Segundo Taras Kuzio (2016, p.103):

O Oligarca Ihor Kolomoiskyi, muitas vezes descrito como o maior invasor corporativo da Ucrânia, o Partido Social Democrata da Ucrânia unido (SDPUo) e o Partido das Regiões tinham um longo histórico de recorrer a vigilantes do crime organizado para ataques corporativos, fraude eleitoral e violência contra ONGs da sociedade civil, jornalistas e políticos da oposição.^{3 i}

A ligação deste e Zelensky é conhecida, e aparece também nos Pandora Papers. Uma investigadora da OCCRP, Elena Loginova (2021, s.p.), afirmava que a campanha deste foi “impulsionada pela mídia pertencente à Kolomoisky – acusado de roubar US\$ 5,5 bilhões do próprio banco”ⁱⁱ. Contudo, se estes elementos de instabilidade e violência são estruturais, qual a razão para o recrudescimento nestes últimos anos? Há obviamente fatores internacionais agravantes, como a expansão ofensiva da OTAN à leste e a reemergência da Rússia enquanto ator de relevo regional e internacional, com capacidade de contrariar ou impor óbices ao avanço da

³ Tradução do autor. Todas as referências a seguir originalmente em inglês receberão também a tradução pelo autor e constarão em notas de fim de documento no original.

aliança atlântica. Porém, neste artigo pretende-se debruçar sobre um fator interno: a emergência e infiltração no aparelho de Estado ucraniano de forças fascistas.

FASCISMO UCRANIANO: UMA CORRENTE HISTÓRICA

A história ucraniana criou elementos permanentes e dificultadores de afirmação de uma identidade nacional, pois, esta que:

só no século XX passou a ser chamada, apropriadamente, de “Ucrânia”, que significa “fronteira”. Este país foi sempre isso, uma fronteira entre civilizações, e não por escolha sua, mas resultado de divisões históricas impostas por forças externas. Ocupada por vários povos, ao fim da Guerra Russo-Polonesa (1654-1667), foi repartida entre a Rússia, com o Leste, e a Polónia, com o resto. Com as partilhas da Polónia (século XVIII), o Império Habsburgo passou a controlar a parte ocidental, e a Rússia a oriental, onde se realizou uma política de ‘russificação’. Com o colapso do Império Austro-Húngaro na Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa de 1917 e as declarações de independência ucranianas, veio a se assinar o Tratado de Paz de Riga (1921), que pôs fim à Guerra Polonesa-Soviética (1919-1920). Novamente, dividiu-se a Ucrânia, com a parte oriental se integrando livremente à Rússia Soviética e, a partir de 1922, à URSS. A parte ocidental passou ao controle da Polónia e a região da Transcarpátia foi dividida entre Checoslováquia e Romênia. Só após a Segunda Guerra Mundial a Ucrânia se reuniu, tornando-se independente da URSS em 1991. (FERREIRA, 2014b, p.64).

E por estes impeditivos, “a direita radical ucraniana apareceu como uma reação à inaptidão dos nacionalistas ucranianos de adquirir seu próprio Estado independente. O nacionalismo ucraniano, como um movimento sociopolítico distinto, começou a se desenvolver no século XIX, mas as organizações e grupos nacionalistas originais eram extremamente fracos”ⁱⁱⁱ (SHEKHOVTSOV, 2011, p.206). E será a área ocidental, originalmente sob controle polonês, que se tornará o centro fascista ucraniano até hoje, onde em meados dos anos 20 surgiu o primeiro grande ideólogo fascista, Dmytro Dontsov.

No entanto, Dontsov conseguiu criar uma doutrina fascista nativo, na qual o pensamento revolucionário ultranacionalista europeu foi introduzido no contexto ucraniano. Após a publicação de Nacionalismo, Dontsov decidiu transformar ainda mais as organizações sociopolíticas nacionalistas na Ucrânia Ocidental em uma direção fascista e ele traduziu pessoalmente a Doutrina del Fascismo de Mussolini para o ucraniano, além de alguns capítulos de Mein Kampf de Adolf Hitler. Dontsov também publicou uma série de brochuras com biografias dos líderes fascistas acima mencionados.^{iv} (SHEKHOVTSOV, 2011, p.208).

Em 1929 será fundada, inspirada nas ideias deste, mas que não aderirá, o partido matriz de toda a extrema-direita ucraniana até hoje: a Organização dos Nacionalistas Ucranianos (*Orhanizatsiya ukrayins'kykh natsionalistiv* - OUN). Com o assassinato do primeiro líder, o coronel Yevhen Konovalts, veterano do terrorismo anti-polonês, “a OUN se dividiu em duas facções. Uma facção era liderada por Andrii Mel'nyk, enquanto a outra, ainda mais radical, era liderada por Stepan Bandera”^v (SHEKHOVTSOV, 2011, p.208).

Na Segunda Guerra Mundial, segundo Hilberg (1961), na Ucrânia foram assassinados 900 mil judeus, 60% do 1,5 milhão que lá vivia antes do conflito, o que coloca este país como o segundo em números absolutos de mortos, atrás da Polônia (3 milhões de mortos, 91% do total). Esta escala só pode ser explicada pela colaboração ativa das forças fascistas ucranianas da OUN com o regime nazista.

O discurso destas forças, em particular da OUN liderada por Stepan Bandera, e seu braço paramilitar, o Exército Insurgente Ucraniano (*Ukrayins'ka povstans'ka armiya* - UPA), deixa claro o nível de colaboração:

Folhetos de nacionalistas alemães e locais utilizaram de bode expiatório aos “judeus-comunistas” para as atrocidades soviéticas, reais ou imaginárias: “Povo [da Ucrânia]! Saiba que Moscou, Polônia, magiares, judeus — eles são seus inimigos! Aniquile-os!” Este foi um típico panfleto nacionalista ucraniano da OUN-Bandera distribuído amplamente durante 1941 que defendia abertamente a violência contra judeus, poloneses étnicos e outros grupos étnicos. Outros panfletos da OUN-B advogavam as mesmas visões extremistas: “Exterminem sem misericórdia os poloneses, judeus, comunistas! Não tenha pena dos inimigos da Revolução Nacional Ucraniana.”^{vi} (BURDS, 2013, p.8).

Contudo, mais do que o discurso, a colaboração materializou-se em atos, os mais bárbaros possíveis:

Em 30 de junho de 1941, o exército nazista entrou em Lviv, capital da Ucrânia Ocidental. Em sua vanguarda veio com uniformes alemães o Batalhão Nachtigall de nacionalistas ucranianos, sob o comando de Roman Shukhevych. Com o conluio da Abwehr nazista, a facção Bandera da Organização dos Nacionalistas Ucranianos imediatamente criou o chamado "Governo das Terras Ucranianas Ocidentais", liderado por Yaroslav Stetsko, que acompanhou os invasores nazistas à cidade. Imediatamente foi lançado um pogrom da população judaica da área de Lviv.^{vii} (TOTTLE, 1987, p.103).

E nos dias seguintes o massacre se iniciou e “durante os primeiros três dias de julho de 1941, o Batalhão Nachtigall, [...] massacrou sete mil judeus nas proximidades de Lwow (Lemberg). [...] forçados a correr por um corredor polenês de homens usando braçadeiras azuis e douradas (coincidentemente as cores da República Petliurista)”^{viii} (FRIEDMAN, 1976, p.374).

Em 13 de julho de 1942, em Rovno, “as cinco mil pessoas que viviam no *ghetto* daquela cidade foram exterminadas” (DELARUE, 1964, p.329), tendo por assassinos “as milícias ucranianas enquadradas por membros da S.S.” (DELARUE, 1964, p.329).

A data do primeiro massacre foi também a mesma em que:

A OUN de Bandera declarou a independência da Ucrânia com Yaroslav Stets'ko como primeiro-ministro. A declaração depositava grandes esperanças nos nazistas e assumia que “o recém-formado Estado ucraniano [iria] trabalhar em estreita colaboração com a Grande Alemanha Nacional-Socialista, que, sob a liderança de seu líder Adolf Hitler, [estava] formando uma nova ordem na Europa e no mundo, além de ajudar o povo ucraniano a se libertar da ocupação moscovita” (Romanyshyn 2006, p. 76). No entanto, os nazistas não apoiaram a ideia da independência da Ucrânia e prenderam Bandera e Stets'ko. Eles foram enviados para o campo de concentração de Sachsenhausen e libertados apenas em 1944. ^{ix} (SHEKHOVTSOV, 2011, p.208-209).

Contudo, as condições de sua prisão não eram as mesmas que dos outros presos, e suas forças no terreno continuaram a colaboração e ações de extermínio contra poloneses, judeus, russos e mesmo ucranianos não-cooperantes. Foram liberados em 1944 os líderes para colaborarem de forma ainda mais ativa contra a ofensiva soviética. A contradição entre Bandera e Hitler era de projetos para o território ucraniano, o primeiro de um Estado títere, e o segundo a incorporação ao Reich, mas não havia diferenças ideológicas ou de métodos.

Durante a Guerra Fria, a cooperação entre as potências ocidentais e as forças fascistas ucranianas foram de largo espectro, indo de operações de infiltração – frustradas por espões soviéticos nos serviços secretos ocidentais e nas organizações – com o lançamento de avião no território ucraniano e polonês de membros destas forças, até o suporte financeiro, ideológico e político direto. Por exemplo,

o Serviço Secreto de Inteligência Britânico (SIS [geralmente referido como MI6]) treinou e lançou de pára-quedas quase cinquenta mensageiros da OUNb. A maioria dos mensageiros foram treinados como operadores de telefonia sem fio e levaram consigo equipamentos para que o submundo nacionalista pudesse se comunicar dentro de suas organizações regionais dentro da Ucrânia soviética, bem como se comunicar com uma base da CIA na zona de ocupação americana na Alemanha.^x (KUZIO, 2012, p.3).

A colaboração de ex-fascistas europeus em geral com os serviços secretos estadunidenses e europeus é matéria conhecida. O que é menos conhecido é o tamanho da emigração em massa de fascistas e colaboradores nazistas ucranianos, criminosos de guerra, aos Estados Unidos e no Canadá, e como isto marcou o desenvolvimento ideológico das grandes comunidades imigrantes ucranianas, onde estas

Os nacionalistas da nova onda subiram rapidamente nas fileiras das organizações americanas e canadenses, algumas das quais haviam sido enfraquecidas e esgotadas durante os anos de guerra devido às suas tendências pró-nazistas anteriores. Adicionando alguns milhares de novos membros, os recém-chegados acabaram por dominar a liderança da direita na comunidade ucraniana, dando ao movimento uma nova vida. ^{xi} (TOTTLE, 1987, p.126)

Esta dinâmica organizacional, estimulada pela política anticomunista dos governos, acaba por alimentar essa realidade e é fator de agravamento das relações entre os EUA e Canadá, de um lado, e a URSS, do outro. E é ainda um fator perturbador e criador de conflitos com a atual Rússia.

Mas a cooperação se estendia a forças internacionais, em particular “a OUN(b) cooperou principalmente com a Espanha de Franco, Taiwan de Chiang Kai-Shek e com outros grupos de emigrados de extrema-direita da Europa Oriental, incluindo ex-ministros da Eslováquia de Tiso, os sucessores da Ustasha, os Legionários romenos e antigos nazistas” ^{xii} (RUDLING, 2012, p.230).

Entre os elementos de colaboração ativa, desenvolvida inicialmente pelos nazistas em 1934-1935 e disseminado pelos fascistas ucranianos, com apoio da máquina de propaganda das potências, e que ainda reverbera, é o mito do “Holodomor”. A obra de Tottle (1987) é esclarecedora de como foi forjada esta mentira, tema central até hoje da propaganda da extrema-direita ucraniana, para qual colaboraram para a disseminação desta mentira nazista a imprensa de William Randolph Hearst e depois as comunidades de emigrados fascistas que se instalaram na América do Norte, o macarthismo, bem como Hollywood e o governo Reagan. Tudo construído sobre dados falsificados, “testemunhas” que não estavam nos referidos períodos na Ucrânia ou tinham sido colaboradores dos nazistas; com imagens de arquivo de fomes de períodos anteriores (ou de filmes ficcionais) e com manipulações grosseiras de estatísticas.

A reabilitação do banderismo

Desde a independência ucraniana que “as políticas, atitudes, definições e comemorações da Organização dos Nacionalistas Ucranianos (OUN), do Exército Insurgente Ucraniano (UPA) e seus líderes e membros expuseram divisões políticas significativas na Ucrânia” ^{xiii} (KATCHANOVSKI, 2015, p.1). É significativo que a suposta “revolução democrática e pacífica” de 2004, conhecida como “Revolução Laranja”, tenha tido como resultado a revalorização e

dignificação das forças antidemocráticas, fascistas, antes proscritas e condenadas pela memória e história ucranianas:

Depois de se tornar presidente da Ucrânia como resultado da “Revolução Laranja” em 2004, Viktor Yushchenko e vários partidos nacionalistas nos governos da coalizão laranja seguiram políticas de reabilitação política e heroicização da OUN e da UPA. Yushchenko concedeu postumamente o título de “Herói da Ucrânia” a Bandera, líder da principal facção da OUN (OUN-B), e a Roman Shukhevych, o comandante supremo da UPA. Em contraste, Viktor Yanukovich, seu Partido das Regiões, o Partido Comunista e muitos outros partidos e políticos pró-russos e pró-comunistas se opuseram a essas políticas.^{xiv} (KATCHANOVSKI, 2015, p.1).

Contudo, mesmo com inflexões, como a operada em nível nacional durante o último governo Yanukovich a partir de 2010, encerrado precisamente pelo golpe do Euromaidan (fins de 2013-fevereiro de 2014), em nível regional, refletindo as distintas histórias e sensibilidades políticas, as posturas foram distintas e colaboraram para a afirmação ou negação das atuais forças fascistas:

No entanto, as políticas relativas à comemoração de líderes e membros dessas organizações como heróis nacionais continuaram a ser seguidas em níveis regionais na Ucrânia Ocidental, especialmente na Galiza, depois que o partido nacionalista radical Svoboda venceu as eleições locais lá e na Volínia. Os governos regionais e locais patrocinaram monumentos aos líderes da OUN e da UPA e renomearam as ruas em homenagem a eles. Muitos jornais nacionais, tais como Den, Dzerkalo Tyzhnia, Ukrainska Pravda e Ukraina Moloda, juntamente com canais de televisão (TV), como TVi e o 5º Canal, bem como meios de comunicação regionais na Ucrânia Ocidental promoveram ativamente o revisionismo histórico e a reabilitação política e heroicização da OUN e da UPA. Os meios de comunicação de massa, de propriedade do governo ou de oligarcas pró-Yanukovich, como os canais Primeiro Canal Nacional, o Inter e Ukraina, também disseminaram frequentemente essas narrativas. Um estudo baseado em entrevistas realizado na época mostrou que os professores de história na Ucrânia Ocidental geralmente promoviam uma perspectiva nacionalista em relação à OUN, a UPA, e aos seus líderes, enquanto os professores da Crimeia tendiam a apresentar essas organizações e seus líderes como colaboradores nazistas e assassinos em massa (Korostelina, 2013).^{xv} (KATCHANOVSKI, 2015, p.1-2).

Com o Euromaidan a reabilitação será completa, tornando-se um

[...] catalizador para uma institucionalização governamental e integração social de um tipo de história política que promoveu uma comemoração heróica e em parte até hagiográfica do ultranacionalismo de guerra na Ucrânia – em particular da OUN e seus líderes. As leis de “descomunização” adotadas pelo parlamento ucraniano em abril de 2015 podem ser vistas como um ponto de virada na peculiar *Vergangenheitsbewältigung* (“lidar com o passado”). Isso porque uma dessas leis concede um status especial à OUN-UPA como “combatentes da liberdade”. Ela protege oficialmente as duas organizações de derrogação e condenação na esfera pública.^{xvi} (UMLAND & YURCHUK, 2020, p.186).

E a Guerra na Bacia do Don, com a participação de batalhões fascistas que lutam sob a Bandeira de Kiev, como o Azov, aprofundou esta dinâmica, pois:

[...] fortaleceu os sentimentos populares em favor de se ver a OUN(b) e seu braço militar UPA como organizações exclusivamente liberacionistas. Em alguns meios de comunicação e representações oficiais, os soldados do atual exército ucraniano são comparados ou mesmo equiparados aos combatentes da OUN e da UPA. Uma expressão dessa tendência foi a criação de um “Dia do Defensor da Pátria”, oficial, em 14 de outubro – uma data que também é celebrada como o “Dia do Cossackdom” e o “Dia da UPA”. Uma abordagem mais ou menos “heróica” da memória da OUN-UPA foi apoiada pela maioria dos poderes do governo da Ucrânia, durante o período de 2014-2019, incluindo o próprio então presidente Petro Poroshenko. ^{xvii} (UMLAND & YURCHUK, 2020, p.187).

A PARTICIPAÇÃO FASCISTA NA ATUAL CRISE

A centralidade da extrema-direita no Euromaidan é matéria de debate, instrumentalizada por disputas geopolíticas e mesmo contestada, com alguns a negar a sua centralidade por serem minoritários e outros que dizem que seria produto de propaganda russa e governamental. Já outros especialistas, como Anton Shekhovtsov (2014, p.218), ainda que minorando os impactos dos mesmos, confirmam a existência destes, onde “dois grandes movimentos de extrema-direita participaram dos protestos pró-europeus e da consequente revolução: o partido político União de Toda a Ucrânia ‘Liberdade’ (Svoboda) e uma coalizão de pequenos grupos e organizações de extrema-direita que se tornaram coletivamente conhecidos como ‘Setor Direita’” ^{xviii}.

O primeiro, o:

O Svoboda foi fundado em 1991 em Lviv como o Partido Social-Nacional da Ucrânia (PSNU), sob a liderança de Yaroslav Andrushkiv. O PSNU foi oficialmente registrado como partido político em 1995 e, posteriormente, participou de várias eleições parlamentares sem sucesso. O único sucesso político relevante do PSNU foi a eleição de um de seus líderes, Oleh Tyahnybok, para o parlamento ucraniano ou Verkhovna Rada (literalmente, “conselho supremo”) em 1998 e 2002, representando distritos uninominais no oblast de Lviv. [...] após o congresso do PSNU em 2004, mudou para seu nome atual (União de Toda a Ucrânia “Liberdade”), substituiu Andrushkiv por Tyahnybok como chefe do partido e fez várias outras mudanças destinadas a revigorar a organização e torná-la mais respeitável ao olhar dos eleitores. Apesar dessas mudanças, os resultados do Svoboda nas eleições parlamentares de 2006 e início de 2007, 0,36% e 0,76%, respectivamente, não forneceram evidências de crescente popularidade. Após seu relativo sucesso nas eleições regionais em 2009 e 2010, o Svoboda ganhou as manchetes em 2012 quando obteve 10,4% dos votos proporcionais e venceu em 12 distritos uninominais nas eleições parlamentares de 2012 [com 38 de 450 assentos], e posteriormente formou a primeira facção de extrema-direita no parlamento ucraniano. ^{xix} (SHEKHOVTSOV, 2016, p.218).

O segundo:

Durante a revolução, o Setor Direita era uma ampla coalizão de organizações e grupos de extrema-direita que se reuniram no final de novembro de 2013, poucos dias após o início dos protestos pró-europeus. Em seguida, o Setor Direita composto por 'Tryzub' (Tridente), a Assembleia Nacional Ucraniana - Autodefesa Ucraniana (UNA-UNSO), "Patriota da Ucrânia" (PU), 'Martelo Branco' (MB), bem como grupúsculos menores e ativistas individuais. [...] Ideologicamente, essas organizações iam do nacional-conservadorismo radical de 'Tryzub' ao extremismo de direita da UNA-UNSO ao neonazismo do PU e MB.^{xx} (SHEKHOVTSOV, 2016, p.225).

Contudo, os desenvolvimentos posteriores deixam claro ao observador menos atento a presença inofismável e decisiva destas forças fascistas no processo e em todo o período desde então. Como afirma Katchanovski (2015, p.2), “O Svoboda, o Setor Direita e várias organizações de extrema-direita menos influentes se apresentaram como sucessores ideológicos da OUN e da UPA. Embora essas organizações de extrema-direita estivessem em minoria entre a liderança e os participantes do “Euromaidan”, elas desempenharam um papel fundamental na derrubada violenta do governo Yanukovich em fevereiro de 2014”^{xxi}.

Se, como já referido, a violência política é um fator constante da história independente ucraniana, o papel destas forças explicam a radicalização, crescendo:

pari passu ao crescimento da presença da extrema-direita nas manifestações. Entre suas ações mais violentas está o Massacre de Odessa, quando estes atacaram militantes antifascistas, encurralando-os na Casa dos Sindicatos. Sobre esta os fascistas lançaram uma bomba, que iniciou o incêndio e vitimou ao menos 42 pessoas, carbonizadas até a morte, e outros foram mortos a tiros pelos fascistas ao tentar fugir das chamas. A maioria era militante do Partido Comunista Ucraniano e de outro partido de esquerda, o Borotba. (Ferreira, 2014b) (FERREIRA, 2016, p.189).

Neste mesmo artigo procurei demonstrar (FERREIRA, 2016) como entre 2011 e Abril-Agosto de 2015, apesar da redução dos protestos, houve crescimento das táticas de protestos confrontacionais (pressão direta), e significativamente, violentas (causam ou ameaçam de danos propriedade ou pessoas), frente ao peso dos protestos convencionais (pacíficos).

Esta estratégia de tensão, utilizada pela extrema-direita no mundo inteiro desde seu surgimento, não é derivada apenas da natureza irracional e do culto à violência, ontológica ao fascismo (FERREIRA, 2018), mas foi necessária e determinante para a vitória do golpe e a afirmação política deste setor frente ao governo ucraniano, tornando-o refém e limitado nas

negociações para a resolução dos conflitos internos e com a Rússia. Isto é assim com Zelensky, mas já o era sob o ex-presidente Petro Poroshenko (2014-2019):

Estas milícias [fascistas] podem ser úteis ao governo em Kiev hoje, mas podem se voltar contra Poroshenko no futuro. É sintomático que o NY Times tenha dado esta manchete no dia 23 de maio: “Ukraine Faces Struggle to Gain Control of Militias, Including Those on Its Side” (ROTH, 2014). De fato, a derrubada de Yanukovich e a vitória da fração oligárquica de oposição só foram possíveis graças a essas milícias fascistas. Foram os grandes responsáveis pela manipulação dos fatos, criando ataques a militantes da própria oposição e a utilização de franco-atiradores contra as próprias manifestações, para reverter o refluxo produzido pelo acordo vantajoso – ao menos no curto prazo – oferecido pelo imperialismo russo e justificar o uso de suas táticas violentas, sendo diretamente responsáveis pelo sangue derramado em Kiev. Entre os ataques a militantes da oposição, estão os encenados contra militantes das próprias organizações fascistas, ou com intensas ligações, como “Tetyana Chernovol, hoje oficialmente desligada da UNA-UNSO [... mas que] entrou com 17 anos na UAN-UNSO e foi sua secretária de imprensa posteriormente” (FERREIRA, 2014a). Todavia, os meios de comunicação ligados à fração oligárquica na oposição não citaram esse passado “mesmo quando ela sofreu uma suposta agressão perpetrada pela polícia de Yanukovich e isto foi um dos elementos para que as mobilizações que vinham refluindo crescessem novamente” (FERREIRA, 2014a). Outro exemplo foi o alegadamente sequestro pela polícia do também membro da UAN-UNSO, organização fascista que é parte do Pravy Sektor, Dmytro Bulatov. Este foi posteriormente nomeado ministro da juventude e dos esportes no governo interino (FERREIRA, 2014a). E, quem afirma a ligação dos fascistas com os franco-atiradores que assassinaram os militantes do EuroMaidan não foi o Kremlin, “mas aliados europeus: numa conversa vazada entre o ministro das Relações Exteriores da Estônia, Urmas Paet, e a chefe da diplomacia europeia, Catherine Ashton, ele afirma que ‘Fica cada vez mais evidente que por trás dos franco-atiradores não estava (o presidente Viktor) Yanukovich, mas alguém da nova coalizão’ e ainda que ‘é preocupante que a nova coalizão não queira investigar’” (FERREIRA, 2014a). Na verdade, o “golpe foi garantido com o cerco ao Parlamento por milícias fascistas e ameaças que levaram a renúncia de vários dos parlamentares apoiantes do governo ou impediram mesmo a participação deles na sessão da Verkhovna Rada (Parlamento Ucrainiano)” (FERREIRA, 2014a, p.96).

E estas forças foram recompensadas, ganhando um enorme peso no governo interino que se seguiu ao golpe, onde:

figuras ligadas ao Pravy Sektor entraram, como Dmytro Bulatov, ministro da Juventude e dos Esportes. A segunda força do governo foi o Svoboda. Os fascistas passaram a controlar o Judiciário (procuradoria-geral), instrumentos políticos de repressão (comitê anticorrupção); setores-chave para a economia (vice-primeiro-ministro para Assuntos Econômicos e Ministério da Agricultura); as forças armadas (secretário do Conselho de Segurança e de Defesa Nacional); e instrumentos ideológicos fundamentais (Ministério da Educação e Ministério da Juventude e dos Esportes). Durante um mês, o Svoboda deteve o Ministério da Defesa. [...Onde foram tomadas] medidas antidemocráticas contra a minoria

russo – a retirada do estatuto de línguas regionais e a suspensão das mídias em russo – e a esquerda – milícias fascistas queimaram as sedes do Partido Comunista e de outra organização, o Borotba; a casa do líder do PC foi queimada e um dirigente torturado. O Borotba entrou na ilegalidade e o PC está sofrendo um processo legal para ser banido [até o momento impedido de concorrer às eleições]. O governo criou um novo braço armado, a Guarda Nacional, incorporando, oficialmente, as milícias fascistas. (FERREIRA, 2014b, p.70).

Ainda que os resultados posteriores eleitorais tenham sido terríveis para a extrema-direita, isto se deveu a que os partidos de direita tradicional realizaram um processo de *parroting*, ou seja, incorporando a agenda fascista para esvaziá-los eleitoralmente, tendo como resultado um giro total do espectro político partidário ucraniano para a direita e extrema-direita. Contudo, se perderam expressão eleitoral, tornaram-se ainda mais perigosos pelo processo de incorporação na estrutura militar:

Mas, o salto qualitativo no domínio de terror se deu com o aprofundamento do golpe, em 13 de março: o Parlamento Nacional aprovou a criação de uma “Guarda Nacional” com 60 mil stormtroopers (tropas de assalto), “cujos trabalhos incluirão a proteção da ‘ordem pública’ (moldada sobre a ‘nova ordem’ alemã sobre os territórios ocupados) e a supressão de ‘distúrbios’ (protestos populares) durante um estado de emergência, bem como a assistência na defesa das fronteiras (com a Rússia, naturalmente), e a participação em operações militares em caso de guerra”. Isto na verdade significou a incorporação das milícias fascistas à estrutura oficial de repressão. O sonho de Ernest Röhm para as suas Sturmabteilung (SA) e depois realizada pela SS por Heinrich Himmler, com a constituição a partir dos batalhões da Waffen SS, foi realizado pelos fascistas ucranianos em tempo recorde. Estes batalhões “principalmente originados de Lviv [bastião do Svoboda e dos fascistas em geral] (Ucrânia Ocidental) serão unidades de retaliação e de fronteira – análogas às Waffen SS. Na sua era, os nazistas rapidamente livraram-se dos generais da Wehrmacht que ousaram se opor à criação e a militarização do “Exército do Partido”. Usando o mesmo esquema de jogo, o “primeiro-ministro” em exercício, Arseny Yatsenyuk não hesitou a demitir três vice-ministros da defesa que se atreveram a se opor ao lunático plano de armar o Setor Direita”. Arsen Avakov, ministro do Interior, declarou “como uma de suas primeiras intenções que o Setor Direita deve ser integrado no aparato estatal de segurança”, o que cumpriu inteiramente. (FERREIRA, 2014c, s.p.)

E estas milícias e organizações fascistas têm sido determinantes para impedir a estabilização da situação ucraniana, mantendo o caos no Leste, impedindo negociações e criando, assim, o espaço para uma possível generalização da guerra no país, caso as condições internacionais favoreçam a isto.

REFERÊNCIAS

BURDS, Jeffrey. **Holocaust in Rovno: The Massacre at Sosenki Forest, November 1941.** Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2013.

DELARUE, Jacques. **História da Gestapo.** Lisboa: Publicações Europa-América, 1964.

FERREIRA, Carlos Serrano. A presidência instável de Petro Poroshenko. **Revista Espaço Acadêmico.** Maringá, vol. XIV, n. 160, set. 2014a.

FERREIRA, Carlos Serrano. O caos ucraniano. **Sociologia Ciência & Vida.** São Paulo, 2014b.

FERREIRA, Carlos Serrano. **A ascensão do fascismo na Ucrânia.** Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/6214>. Acedido em: 15 de Maio de 2014c.

FERREIRA, Carlos Serrano. Lutas sociais e políticas na república oligárquica da Ucrânia. **Lutas Sociais.** São Paulo, vol. 20, n.37, jul./dez 2016.

FERREIRA, Carlos Serrano. Por que cresce o fascismo no Brasil? **Princípios.** São Paulo, v. 35, 2018.

HILBERG, Raul. **The Destruction of the European Jews.** Nova York: Yale University Press, 1961.

HRMMUU. **Conflict-related civilian casualties in Ukraine.** 27 de Janeiro de 2022. Disponível em: https://ukraine.un.org/sites/default/files/2022-02/Conflict-related%20civilian%20casualties%20as%20of%2031%20December%202021%20%28rev%2027%20January%202022%29%20corr%20EN_0.pdf.

KATCHANOVSKI, Ivan. Terrorists or national heroes? Politics and perceptions of the OUN and the UPA in Ukraine. **Communist and Post-Communist Studies.** S.l., vol. 48, n° 2/3, Jun./Sept. 2015.

KUZIO, Taras. U.S. support for Ukraine's liberation during the Cold War: A study of Prolog Research and Publishing Corporation. **Communist and Post-Communist Studies.** S.l., 2012.

KUZIO, Taras. The Orange and Euromaidan Revolutions: Theoretical and Comparative Perspectives. **Kyiv-Mohyla Law and Politics Journal.** 2, 2016.

LOGINOVA, Elena. **Pandora Papers Reveal Offshore Holdings of Ukrainian President and his Inner Circle.** Disponível em: <https://www.occrp.org/en/the-pandora-papers/pandora-papers-reveal-offshore-holdings-of-ukrainian-president-and-his-inner-circle>. Acesso em: 5 out. 2021.

RUDLING, Per Anders. The Return of the Ukrainian Far Right: The Case of VO Svoboda. In: WODAK, Ruth & RICHARDSON, John E.(eds.). **Analyzing Fascist Discourse: European Fascism in Talk and Text.** Londres e Nova Iorque: Routledge, 2013.

SHEKHOVTSOV, Anton. The Creeping Resurgence of the Ukrainian Radical Right? The Case of the Freedom Party. **Europe-Asia Studies.** Vol.63, n°2, Mar. 2011.

SHEKHOVTSOV, Anton. *The Ukrainian Far Right and the Ukrainian Revolution. New Europe College Black Sea Link Program Yearbook 2014-2015*. 2016.

TOTTLE, Douglas. *Fraud, Famine and Fascism: The Ukrainian Genocide Myth from Hitler to Harvard*. Toronto: Progress Books, 1987.

UMLAND, Andreas & YURCHUK, Yuliya. Introduction: The Organization of Ukrainian Nationalists and European Fascism During World War II. *Journal of Soviet and Post-Soviet Politics and Society*. Vol. 6, n°1, 2020.

ⁱ “Oligarch Ihor Kolomoiskyi, often described as Ukraine’s biggest corporate raider, the Social Democratic Party of Ukraine united (SDPUo) and the Party of Regions had a long record of drawing on organized crime vigilantes for corporate raiding, election fraud and violence against civil society NGOs, journalists and opposition politicians.”

ⁱⁱ “boosted by media belonging to Kolomoisky – who is accused of stealing US\$ 5.5 billion from his own bank”.

ⁱⁱⁱ “the Ukrainian radical right appeared as a reaction to the inability of Ukrainian nationalists to acquire their own independent state. Ukrainian nationalism, as a distinct socio-political movement, began to develop in the nineteenth century but the original nationalist organisations and groups were extremely weak”.

^{iv} “Dontsov nevertheless managed to create an indigenous fascist doctrine, in which European revolutionary ultra-nationalist thought was introduced into the Ukrainian context. Following the publication of *Nationalism*, Dontsov set to further turn nationalist socio-political organisations in Western Ukraine in a fascist direction and he personally translated Mussolini’s *Dottrina del Fascismo* into Ukrainian, in addition to a few chapters from Adolf Hitler’s *Mein Kampf*. Dontsov also published a number of brochures featuring biographies of the above-mentioned fascist leaders.”

^v “the OUN split into two factions. One faction was led by Andrii Mel’nyk while the other, even more radical group, was headed by Stepan Bandera”.

^{vi} “German and local nationalist leaflets alike scapegoated “Jewish-communists” for Soviet atrocities, real or imagined: “People [of Ukraine]! Know that Moscow, Poland, Magyars, the Jews—they are your enemies! Annihilate them!” This was a typical OUN-Bandera Ukrainian nationalist leaflet distributed widely during 1941 that openly advocated violence against Jews, ethnic Poles, and other ethnic groups. Other OUN-B leaflets advocated the same extremist views: “Exterminate the Poles, Jews, communists without mercy! Do not pity the enemies of the Ukrainian National Revolution.””

^{vii} “On June 30, 1941, the Nazi army entered Lviv, capital of Western Ukraine. In its vanguard came the German-uniformed Nachtigall Battalion of Ukrainian Nationalists, under the command of Roman Shukhevych. With the collusion of the Nazi Abwehr, the Bandera faction of the Organization of Ukrainian Nationalists immediately set up a so-called “Government of Western Ukrainian Lands,” headed by Yaroslav Stetsko who had accompanied the Nazi invaders to the city. A pogrom of the Lviv area’s Jewish population at once was launched”.

^{viii} “during the first three days of July 1941, the Nachtigall Battalion, [...] slaughtered seven thousand Jews in the vicinity of Lwow (Lemberg). [...] forced to run a gauntlet of men wearing blue and gold armbands (coincidentally the colors of the Petliurist Republic)”.

^{ix} “Bandera’s OUN declared the independence of Ukraine with Yaroslav Stets’ko as the prime minister. The declaration placed high hopes on the Nazis and assumed that ‘the newly formed Ukrainian state [would] work closely with the National-Socialist Greater Germany, which, under the leadership of its leader Adolf Hitler, [was] forming a new order in Europe and the world, as well as helping the Ukrainian People to free itself from Muscovite occupation’ (Romanyshyn 2006, p. 76). However, the Nazis did not support the idea of Ukraine’s independence and arrested both Bandera and Stets’ko. They were sent to the Sachsenhausen concentration camp and released only in 1944”.

^x “the British Secret Intelligence Service (SIS [usually referred to as MI6]) trained and parachuted nearly fifty OUNb couriers. Most of the couriers were trained as wireless operators and brought with them equipment so the nationalist underground could communicate within its regional branches inside Soviet Ukraine as well as communicate with a CIA base in the American occupation zone in Germany”.

^{xi} “New-wave Nationalists rose rapidly in the ranks of the American and Canadian organizations, some of which had been weakened and depleted during the war years due to their earlier pro-Nazi leanings. Adding some thousands of new members, the new arrivals eventually came to dominate the leadership of the right-wing in the Ukrainian community, giving the movement a new lease on life”.

^{xii} “the OUN(b) cooperated mostly with Franco’s Spain, Chiang KaiShek’s Taiwan and with other eastern European far-right émigré groups, including former ministers of Tiso’s Slovakia, the successors of the Ustasha, the Romanian Legionnaires, and former Nazis”.

^{xiii} “the policies, attitudes, definitions, and commemorations of the Organization of Ukrainian Nationalists (OUN), the Ukrainian Insurgent Army (UPA) and their leaders and members have exposed significant political divisions in Ukraine”.

^{xiv} “After he became the president of Ukraine as a result of the “Orange Revolution” in 2004, Viktor Yushchenko and various nationalist parties in the Orange coalition governments pursued policies of political rehabilitation and heroization of the OUN and the UPA. Yushchenko posthumously awarded the “Hero of Ukraine” title to Bandera, the leader of the main faction of the OUN (OUN-B), and to Roman Shukhevych, the supreme commander of the UPA. In contrast, Viktor Yanukovich, his Party of Regions, the Communist Party, and many other pro-Russian and pro-Communist parties and politicians opposed such policies”.

^{xv} “However, the policies regarding the commemoration of leaders and members of these organizations as national heroes continued to be pursued at regional levels in Western Ukraine, especially in Galicia, after the radical nationalist party Svoboda won local elections there, and in Volhynia. Regional and local governments there sponsored monuments to OUN and UPA leaders and renamed streets after them. Many national newspapers, such as Den, Dzerkalo Tyzhnia, Ukrainska Pravda, and Ukraina Moloda along with television (TV) channels, such as TVi and the 5th Channel, as well as regional mass media in Western Ukraine actively promoted historical revisionism and the political rehabilitation and heroization of the OUN and the UPA. Mass media, owned by the government or pro-Yanukovich oligarchs, such as the First National Channel, Inter, and Ukraina TV channels, also frequently disseminated such narratives. [...] An interview-based study conducted at that time showed that history teachers in Western Ukraine generally promoted a nationalist perspective concerning the OUN, the UPA, and their leaders, while teachers in Crimea tended to present these organizations and their leaders as Nazi collaborators and mass murders (Korostelina, 2013)”.

^{xvi} “[...] catalyst for a governmental institutionalization and social mainstreaming of a type of history politics that promoted a heroic and partly even hagiographic commemoration of war-time ultra-nationalism in Ukraine – in particular of the OUN and its leaders. The “decommunization” laws adopted by the Ukrainian parliament in April 2015 can be seen as marking a turning point in Ukraine’s peculiar *Vergangenheitsbewältigung* (“coping with the past”). That is because one of these laws grants a special status to the OUN–UPA as “freedom fighters.” It officially protects the two organizations from derogation and condemnation in the public sphere”.

^{xvii} “[...] strengthened popular sentiments in favor of seeing the OUN(b) and its military arm UPA as exclusively liberationist organizations. In some media and official representations, the soldiers of the current Ukrainian army are compared or even equated to the fighters of the OUN and UPA. One expression of this tendency was the creation of an official “Day of the Defender of the Motherland” on 14 October—a date which is also celebrated as the “Day of Cossackdom” and the “Day of the UPA.” A more or less “heroic” approach to the memory of the OUN–UPA was supported by most branches of Ukraine’s government, during the period of 2014–2019, including then President Petro Poroshenko himself”.

^{xviii} “two major far right movements took part in the pro-European protests and the consequent revolution: the political party All-Ukrainian Union ‘Freedom’ (Svoboda) and a coalition of minor far right groups and organisations that became collectively known as ‘Right Sector’”.

^{xix} “Svoboda was founded in 1991 in Lviv as the Social-National Party of Ukraine (SNPU), under the leadership of Yaroslav Andrushkiv. The SNPU was officially registered as a political party in 1995 and, thereafter, took part in several parliamentary elections to no avail. The SNPU’s only relevant political success was the election of one of its leaders, Oleh Tyahnybok, to the Ukrainian parliament or Verkhovna Rada (literally, “supreme council”) in 1998 and 2002, representing single-member districts in the Lviv oblast. [...] following the SNPU congress in 2004, it changed its current name (All-Ukrainian Union “Freedom”), replaced Andrushkiv with Tyahnybok as the head of the party and made several other changes intended to reinvigorate the organisation and make it more respectable in the eyes of voters. Despite these changes, Svoboda’s results in the 2006 and early 2007 parliamentary elections, 0.36% and 0.76% respectively, provided no evidence of growing popularity. Following its relative success in the regional elections in 2009 and 2010, Svoboda made headlines in 2012 when it obtained 10.4% of the proportional vote and won in 12 single-member districts in the 2012 parliamentary elections [with 38 out of 450 seats], and subsequently formed the first ever far right faction in the Ukrainian parliament”.

^{xx} “During the revolution, Right Sector was a broad coalition of far right organisations and groups that came together at the end of November 2013, a few days after the start of the pro-European protests. Then, Right Sector comprised of ‘Tryzub’ (Trident), the Ukrainian National Assembly – Ukrainian Self-Defence (UNA-UNSO), ‘Patriot of Ukraine’ (PU), ‘White Hammer’ (WH), as well as smaller groupuscules and individual activists. [...] Ideologically, these organisations ranged from radical national-conservatism of ‘Tryzub’ to the right-wing extremism of the UNA-UNSO to the neo-Nazism of the PU and WH.”

^{xxi} “Svoboda, the Right Sector, and several less influential far-right organizations presented themselves as ideological successors of the OUN and the UPA. While these far-right organizations were in a minority among the “Euromaidan” leadership and participants, they played a key role in the violent overthrow of the Yanukovich government in February 2014”

**A GUERRA IDEOLÓGICA:
a dialética raça/classe no Brasil contemporâneo**

**THE IDEOLOGICAL WAR:
the race/class dialectic in contemporary Brazil**

Joana A. Coutinho¹

Resumo

Neste texto estamos refletindo sobre o caráter das lutas identitárias nos últimos anos e seu caráter ideológico. Após 14 anos de governos do Partido dos Trabalhadores, vivemos a ascensão de uma direita que flerta com o fascismo. Assim, tentar elucidar o que o bolsonarismo decretou como “guerra ideológica” ao criminalizar as lutas como de gênero e antirracista e os desafios para a esquerda.

Palavras-chave: Ideologia; Direita; Estado.

Abstract

This text we are reflecting on the character of the ideological struggle that took place, more explicitly, in recent years in Brazil. After 14 years of PT governments, we have seen locally the rise of a right wing that flirts with fascism. The election of Jair Bolsonaro in 2018 is the result of a great onslaught of the bourgeoisie, in the ideological struggle and the use of ideological devices.

Keywords: Ideology; Right; State

INTRODUÇÃO

A questão que nos propormos aqui é pensar como tem se acirrado a luta ideológica no seio da sociedade brasileira: pensar por dois ângulos que não são dicotômicos. Primeiro, a partir do aumento da fragmentação das lutas num discurso que é muito caro à esquerda, principalmente

¹ Graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1987), mestrado em Ciências Sociais: Sociologia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e doutorado em Ciências Sociais: Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004). Pós-doc na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) (2018). Atualmente, professora Associada IV na Universidade Federal do Maranhão. Coordena o Grupo de Estudos de Hegemonia e Lutas na América Latina, vinculado ao Programa de Políticas Públicas, e também pesquisadora do Núcleo Práxis da USP. Tem experiência na área de Ciência Sociais com ênfase em Ciência Política, atuando principalmente nos seguintes temas: ONGs, movimentos sociais, sociedade civil, Estado, ideologias, classes sociais e lutas de classes. Número ORCID - 0000-0002-8846-6491

porque no continente latino-americano e mais especificamente no Brasil, as marcas do autoritarismo, do machismo e do racismo nunca nos abandonaram de fato.

Segundo o avanço das lutas identitárias parecem desconsiderar de um lado, toda teoria que tende a compreender o mundo na sua totalidade. Inquirimos a respeito de quem ganha com a fragmentação das lutas e os recursos usados pela extrema-direita, no que estou chamando aqui de um forte discurso ideológico que busca capitanear as classes populares. Terceiro, quais os rumos para pensar uma mudança radical, da disputa da sociedade civil e da política.

Sérgio Buarque de Holanda escreveu em *Raízes do Brasil* que desenvolvemos aqui um certo "bovarismo" nacional. O bovarianismo está entre as características que compõem o conjunto de formações imaginárias que nós brasileiros compartilhamos. Há uma série de "panaceias" utilizadas durante o longo reinado de Pedro II para produzir efeitos secundários de modernização, à maneira dos países emancipados e republicanos europeus, sem alterar as estruturas arcaicas de comando e poder.

Maria Rita Khel, no texto *Bovarismo brasileiro*, acrescenta que nas sociedades da periferia do capitalismo, que se modernizaram com referência às revoluções industrial e burguesa europeia sem perceber a relação com os ideais, necessariamente se torna outra. Este outro é inatingível, pois o momento histórico que favoreceu a modernização, expansão e enriquecimento dos impérios coloniais não se repetirá.

A prolongada escravidão em terras brasileiras simpatizava com a longa duração do sistema monárquico:

(...) desde a independência em 1822, se uma nova política fosse implementada, prevalecia uma nação de cidadania estreita, que havia banido grande parte da população do exercício da política e mais ainda o extenso contingente de escravizados. A independência criou um estado, mas não uma nação. (Kehl, 2018, p.44).

O RACISMO NO BRASIL

As lutas contra a opressão são necessárias e é urgente que as incorporem nas lutas contra a exploração, ou seja, na luta anticapitalista que tenha como horizonte o socialismo. São muitas as fragmentações que estão no bojo das lutas contra a opressão: o racismo, o sexismo, o homofobismo, e tantos outros. A questão do racismo, por exemplo, deita raízes na nossa história, como lembra Lilia Schwarz (2019, p.27):

de tão disseminada ela deixou de ser privilégios de senhores de engenho. Padres, militares, funcionários públicos, artesãos, taverneiros, comerciantes, pequenos lavradores, grandes proprietários, a população mais pobre e até libertos possuíam cativos. E, sendo assim, a escravidão foi bem mais do que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais fez de raça e cor marcadores de diferença fundamentais.

O resultado disso é uma sociedade violenta e a consolidação de uma desigualdade estrutural no país. A forma como a escravidão termina, como regime, também nos dão elementos importantes para pensar a nossa realidade: além de tardar a acabar, o faz de maneira conservadora (idem). “A liberdade é negra, mas a igualdade é branca”! Ou seja, a recém liberdade conquistada pelos negros, não significou o fim da desigualdade, o que nos aflige até os dias de hoje. Segundo Lilia Schwarz (2019, p.36), se o racismo deixou de ser aceito como uma teoria científica, ele continua plenamente atuante, enquanto ideologia social, no senso comum, que age perversamente no silêncio e na convivência do dia a dia. Essa é a sociedade legada da escravidão, uma:

sociedade autoritária, e que é reproduzida em termos modernos. Uma sociedade que está acostumada com hierarquias de mando, que usa de uma história mítica do passado para justificar o presente, e que lida muito mal com a ideia da igualdade na divisão de deveres mãos dos direitos também

As feridas da discriminação racial, segundo Abdias Nascimento (2016, p.97) “se exibem ao mais superficial olhar sobre a realidade social do país. A ideologia oficial ostensivamente apoia a discriminação econômica — para citar um exemplo— por motivo de raça”. Florestan Fernandes, no prefácio desse livro do Abdias Nascimento, “O genocídio do negro brasileiro”, diz: o negro aceitou a tática do que parece ser o “caminho viável” e “o mais fácil”: o da infiltração individual, das compensações pessoais, que simplifica as coisas e revela que o “negro de alma branca” é tão competente quanto qualquer outro, nacional ou estrangeiro.

Essa tática, diz ele é suicida no plano coletivo: ela pressupõe a acefalização da população negra. Seu talento é transferido para os estratos sociais da “raça” dominante e passa a ser utilizado na mais estreita defesa da ordem. Todavia esse é o preço a ser pago pela conquista de “um lugar ao sol”. De modo indireto, ela é construtiva, pois cria, aos poucos, um “novo negro”, que força a reeducação do branco na avaliação do negro e do mulato e põe em xeque os estereótipos ou os estigmas raciais. Cabe lembrar o que nos diz Abdias Nascimento ao referir-se que o racismo brasileiro se caracteriza por uma “aparência mutável, polivalente, que o torna único; entretanto, para enfrentá-lo, faz-se necessário travar a luta característica de todo e qualquer combate antirracista e antigenocida (2016, p.169).

O racismo constitui todo um imaginário social que é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. É o que o Silvio Almeida chama de racismo estrutural.

Aimée Cesaire no texto sobre colonialismo nos descreve a crueldade do colonizador. Retira deles a humanidade, ou seja, o colonizador se “desumaniza” no processo da colonização. Da colonização à civilização diz ele, há uma distância infinita. Todas as expedições coloniais, todos os estatutos coloniais, “não sobraria, um único valor humano”. A ideia é que ninguém coloniza inocentemente, impunemente, a civilização que faz isso e o faz à força, é uma civilização doente, moralmente atingida. Aqui, faz uma analogia ao nazismo na Europa, e suas consequências. O fato é que essa mesma barbárie ou quiçá maior foi cometida durante a colonização “do novo mundo”, e o processo de escravização da África. Colonização é sinônimo de “coisificação”. Marx, em várias passagens aborda a questão da escravidão e a relaciona ao desenvolvimento do capitalismo:

A escravidão direta é o eixo da indústria burguesa, assim como as máquinas, o crédito etc. Sem escravidão, não teríamos o algodão; sem o algodão, não teríamos a indústria moderna. A escravidão deu valor às colônias, as colônias criaram o comércio universal, o comércio universal é a condição da grande indústria. Assim, a escravidão é uma categoria econômica da mais alta importância (2013, p. 872).

Em Trabalho assalariado e capital, diz:

Que é um escravo negro? Um homem da raça negra. Uma explicação vale tanto como a outra. Um negro é um negro, Só em determinadas relações é que se torna escravo”. Marx, um abolicionista convicto, critica abertamente a Lincoln: “Lincoln medrosamente revogou a Proclamação de Emancipação dos negros pertencentes aos rebeldes que foi declarada pelo Missouri de Fremont (General John), isso após os protestos dos escravocratas que ameaçavam se separar (MARX, 2020, p.45).

O exemplo da questão racial, é o nosso ponto de partida para pensar ainda mais duas questões que creio sejam fundamentais nos dias de hoje: como contemplar, ou melhor não ignorar as lutas contra todos os tipos de opressão, sem perder a perspectiva crítica da luta contra a exploração capitalista, a luta pelo socialismo.

A questão da identidade, é uma armadilha, como descreve Silvio Almeida, no prefácio ao livro do Asad Haider, armadilha da identidade. Armadilha porque tem um duplo funcionamento, que serve tanto à “direita”, quanto à “esquerda antirrevolucionária”. A direita porque o uso da política identitária e da insistência subjetivista é algo tradicional e faz parte do individualismo

metodológico marca do liberalismo e do neoliberalismo. Uma identidade branca nacional, que se volta contra imigrantes, e etc, alimenta o xenofobismo, que é a expressão da ultradireita (fascista).

Por outro lado, uma identidade “negra” desconectada das estruturas sociais também pode ser conservadora ou reacionária, e ser muito útil ao capitalismo e não o contrário. O interessante dessa formulação, é que esse tipo de identitarismo paralisa a esquerda, quando só fala de identidade ou quando se recusa a falar de identidade.

O “IDENTITARISMO” E SEUS LIMITES

O avanço das lutas identitárias parece desconsiderar toda teoria que tende a compreender o mundo na sua totalidade. Aimée Césaire, no livro *Discurso sobre o Colonialismo*, diz que uma civilização incapaz de resolver os problemas causados pelo seu funcionamento é uma civilização em decadência, em agonia. A colonização, segundo ele, trabalha para desumanizar o colonizador; para o brutalizar, degradá-lo e despertá-lo para instintos enterrados, ganância, violência, ódio racial, relativismo moral. É necessário, e então acredito no grande desafio, criar alternativas que rompam com esta lógica destrutiva e desumanizante, para que possamos pôr em prática uma transformação que seja geral e que inclua toda a concepção de sociedade, dos homens e mulheres que queremos. E a necessidade de uma reforma intelectual e moral, como lembra Gramsci.

Mas afinal do que trata essa reforma moral e intelectual? Ernest Renan (1871) utilizou o termo para explicitar a questão das reformas na França, ou melhor que não sucumba a lógica da reforma protestante, que inclui uma nova moral, baseada na acumulação de riquezas:

Um país que desempenhou um papel de liderança não tem o direito de ser reduzido ao materialismo burguês, que só quer desfrutar da sua riqueza adquirida em paz. Nem toda a gente é uma pessoa medíocre. O homem que prostitui um grande nome, que falha numa missão escrita na sua natureza, não se pode permitir sem consequência uma série de coisas que são perdoadas ao homem comum, que não tem nem um passado para continuar nem um grande dever a cumprir (RENAN, 1871. p.19).

Renan está preocupado em uma reconstrução da França, com uma formação para as elites e segundo Marcos Del Roio (2018, p.38), ele busca restaurar o “Antigo Regime, mas de uma forma atualizada, não voltar para antes de 1789 ou mesmo para o período da restauração bourbonica de 1815-1830”. Gramsci no Caderno 14, Nota 26 “Notas de Cultura italiana”, debate sobre a necessidade de uma reforma como foi a reforma protestante para o desenvolvimento das forças produtivas. Gramsci comenta que Renan se interessa por educar as elites com classes de cultura, e

a educação para o povo ficaria renegada a paróquia. Gramsci conceitua o senso comum como o complexo ideológico das classes subalternas, as quais podem desencadear movimentos de rebeldia “espontânea” alicerçadas exatamente em elementos culturais de fundo religioso e profético, os quais geram os seus próprios dirigentes. Mas por outro lado, o comum é um conjunto desconexo de crenças acumuladas e desfiguradas com o passar do tempo, que podem configurar uma religião, uma visão de mundo que condiciona uma prática social restritiva e conservadora. Trata-se então de fazer a crítica ao senso comum (e ao folclore) e desenvolver a reforma moral e intelectual ainda com base na cultura popular e então promover um progresso intelectual de massas, com o objetivo de diluir a divisão entre intelectuais e não intelectuais. Assim que o progresso intelectual de massa permite aos indivíduos e grupos sociais uma compreensão de si mesmos e isso ocorre por meio de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois na política, para alcançar uma elaboração superior da própria concepção do real (Gramsci, Caderno 8)

Gramsci reconhece que mesmo o marxismo vulgar, ao se difundir entre as massas, que passam acreditar que o socialismo é inevitável, que o futuro lhes pertence, ainda que o presente seja de dor e sofrimento, apresenta um viés positivo. O problema que Gramsci se colocou é o de como proceder a uma reforma moral intelectual que envolvesse as massas populares desde o início. Claro que essa intenção exigia que se partisse do senso comum, da ciência do senso comum, da experiência prática, mas exatamente com a finalidade de fazer da filosofia da práxis um novo senso comum, no qual não haveria mais a oposição entre conhecimento dos sábios e dos simples. Um complexo processo de construção de uma nova hegemonia, ou seja, uma nova visão de como conhecer e fazer o mundo dos homens.

A EQUAÇÃO RAÇA E CLASSE

Não significa ignorar em absoluto que o racismo impregnado na sociedade e que passa, claro por uma ideologia dominante e o que vou chamar aqui de uma “cultura racista”. Há centenas de jargões, ditos populares etc., que colocam o negro numa situação particular de vivência que perpassa as relações de classes. Por isso, não podemos dissociar o racismo, primeiro do capitalismo e segundo, da classe de pertencimento. Num caloroso e vibrante relato da Revolta dos negros no Haiti, Cyril Lyonel Robert James nos descreve como os negros escravos e ex-escravos, mantinham uma relação um tanto quanto ambígua com os mulatos. Nos diz ele:

No era una cuestión de color sino una cuestión de clases en su más cruda expresión, pues los negros que anteriormente habían sido libres seguían siendo fieles a los mulatos. Personas de cierta alcurnia y relevancia bajo el Antiguo Régimen seguían viendo a los ex-esclavos como personas que, esencialmente, habían nacido para ser gobernadas (...). Los mulatos pensaban que podrían gobernar el país por sí solos, su meta era la independencia y ciertos blancos isleños conspiraban con ellos (JAMES, 2003, p.161).

O que não significa em absoluto negar o racismo, mas trazer o debate sobre o racismo nessa estrutura social. Como diz Kabengele Munanga (2020), ser negro é ser excluído. A identidade negra mais abrangente segundo ele seria a identidade política de um segmento importante da população brasileira excluída da sua participação política e econômica e do pleno exercício da cidadania. Mais ainda, as práticas racistas impedem ao negro o acesso na participação e na ascensão social. Os dados nos ajudam a compreender:

- 1) Os negros são a maior parte da força de trabalho – 54,9%. Mas são os que mais estão entre os desocupados e subocupados.
- 2) São os que mais sofrem com a informalidade: 47,3%. Os brancos chegam a 34,6%.
- 3) Pesquisa do Instituto Ethos mostra que os negros ocupam apenas 4,9% das cadeiras nos Conselhos de Administração das 500 empresas de maior faturamento do Brasil.
- 4) 4,7% apenas entre os quadros executivos; 6,3% nas gerências;
- 5) Ganham menos do que os brancos. Segundo o IBGE, o rendimento médio domiciliar per capita de pretos e pardos era de 934,00 em 2018, contra 1.846,00 dos brancos.
- 6) As taxas de pobreza e de extrema pobreza são maiores entre a população negra. 32,9% entre pardos e pretos viviam com menos de 5,50 dólares, por dia, brancos (15,4%). A pobreza extrema, quando se vive com menos de 1,90 por dia, atinge 8,8% da população negra e 3,6% da população branca.
- 7) São minoria no Poder Legislativo;
- 8) Dados da eleição de 2020- mostram que apenas 32% dos prefeitos eleitos são negros. Aumentou o número de candidaturas negras para a vereança, mas continua a sub-representação;
- 9) Judiciário: 14,2% de magistrados pardos e 1,4% de pretos em 2013, dado do último levantamento.
- 10) Nos Tribunais Superiores – Superior Tribunal de Justiça (STJ), Supremo Tribunal Federal (STF), Tribunal Superior do Trabalho (TST), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Superior Tribunal Militar (STM) – os números são ainda menores: 1,3% se declaram pretos e 7,6%, pardos. Em toda a história, apenas três negros ocuparam uma cadeira no STF: os ministros

Joaquim Barbosa, indicado em 2003 pelo ex-presidente Lula, Hermenegildo de Barros, nomeado em 1919 e aposentado em 1937, e Pedro Lessa, ministro entre 1907 e 1921.

- 11) Vítimas de violência: 75,5% das pessoas assassinadas no país eram pretas ou pardas. Segundo o Atlas da Violência, em 2017, 75,5% das pessoas assassinadas no país eram pretas ou pardas – o equivalente a 49.524 vítimas. A chance de um jovem negro ser vítima de homicídio no Brasil é 2,5 vezes maior do que a de um jovem branco. Há um verdadeiro genocídio dos jovens negros nas periferias;
- 12) Violência contra a mulher negra. As mulheres negras são vítimas mais recorrentes de homicídios. E são o principal grupo de risco nos casos de feminicídios. Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019 mostram que 61% das mulheres que sofreram feminicídio no Brasil eram negras.
- 13) Sistema carcerário. Os negros são a maioria entre as pessoas presas no Brasil. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, aponta que 61,6% dos detidos no país eram pardos ou pretos em junho de 2017 (dados mais recentes disponíveis). Os brancos representavam 34,38% dos presos. O levantamento mostra que a maior parte dos presos no Brasil são jovens, pretos ou pardos e com baixa escolaridade. Os crimes que mais levam a prisões são roubo e tráfico de drogas.
- 14) Analfabetismo. A taxa de analfabetismo entre negros de 15 anos ou mais diminuiu nos últimos anos – de 9,8% em 2016 para 9,1% em 2018. Ainda assim, é maior do que o dobro da taxa de analfabetismo entre brancos da mesma idade, que ficou em 3,9% no ano passado, segundo o IBGE.

De acordo com a Sinopse Estatística da Educação Superior de 2018, do Inep, a maioria dos negros que estão no ensino superior no Brasil estudam em universidades particulares. Naquele ano, dos 591 mil pretos que cursavam o ensino superior, 66,86% frequentavam instituições privadas. Entre os 2,4 milhões de pardos em instituições de ensino superior, 73,54% estavam em rede privada.

Pelo que se observa, é inegável que haja um racismo impregnado na sociedade brasileira e que aumentou ou melhor assumiu o seu caráter mais explícito nos últimos anos. Escancara o câncer, mas o que se trata agora é de pensar no remédio que pode erradicá-lo.

A luta contra o racismo deve ser uma luta anticapitalista. Aqui, é importante frisar que a luta por inclusão é necessária, urgente e legítima, mas não se acaba com o racismo sem acabar com o capitalismo, ele se alimenta disso. A luta de parte do movimento negro, que vou chamar aqui de

“liberal”, que nega a questão da classe como o fator principal que alimenta o racismo reivindica um lugar e coloca os direitos num patamar perigoso de “privilégios”. Se são privilégios a luta muda de caráter — não é igualdade de tratamento, já que privilégios devem ser extirpados.

Munanga, indaga-se sobre a questão da identidade de fato do que estamos falando?

Dessa identidade mítico-religiosa conservada nos terreiros religiosos? Da identidade do grupo oprimido que vacila entre a consciência de classe e a da raça? Ou da identidade política de uma “raça” afastada de sua participação política na sociedade que ajudou a construir? Esta última, ainda em formação, que caracteriza a tomada de consciência da jovem elite negra politicamente mobilizada, me parece a mais problemática de todas. Nela se misturam os critérios ideológicos, culturais e raciais. Nesse caso, a situação do mestiço fica mais crítica ainda pela ambivalência racial e cultural da qual ele participa, e sua opção fica geralmente baseada em critérios ideológicos. Também nem todos que participam desse processo vivem plenamente os valores culturais negros. Mas, por causa da discriminação racial da qual todos são vítimas, quase todos se referem retoricamente aos valores culturais negros ou tenta recuperá-los, pelo menos simbolicamente como o mostra o discurso da negritude (MUNANGA, 2019, p.14).

O perigo ao negar a classe e a luta de classes como motores centrais para a erradicação da pobreza, do racismo e de todos os preconceitos, é criar a falsa ilusão de que a criação de uma classe média negra resolveria a questão do racismo no país.

Outro aspecto importante, que é necessário retomar, é a representatividade no Parlamento e ou no executivo. Uma análise rápida dos dados para prefeitos e vereadores nas últimas eleições mostra o crescimento significativo de mulheres pardas (a maioria) para prefeitas e para vereadoras. Mas ao cruzarmos esses dados com os partidos, a maioria delas estão em Partidos Políticos de espectro ideológicos de extrema-direita e direita. Para terminar, trago o Clóvis Moura (2019) para nos ajudar a pensar a relação classe/raça no Brasil.

Para ele, o negro brasileiro, a partir das suas lutas na sociedade escravista contra a escravidão e posteriormente suas mobilizações após a abolição na luta pela igualdade racial incidem num fundamental instrumento para propor a superação do moderno quadro de desigualdade social que atinge milhões de brasileiros. Portanto, para entender a conjuntura das classes dominadas no Brasil, é necessário analisar as duas dimensões centrais da dominação: a classista e a racial.

A GUIA DE CONCLUSÃO

A questão que se coloca com certa urgência é como não somente incorporar as chamadas pautas “identitárias” num complexo de lutas mais amplo. Ou seja, a questão de gênero, de etnia,

faz parte da luta de classes. É dizer, a luta para a emancipação não é somente econômica, mas também cultural, social. A direita parece ter entendido isso e ataca com uma “guerra cultural” contra a identidade de gênero, que de fato nunca existiu. Exalta a composição de uma família inexistente na vida real², e, com isso, elimina centenas de anos de lutas e conquistas das mulheres na sociedade. Outro dado importante é a instrumentalização da educação. Isto é, a educação voltada para a classe trabalhadora ressalta o técnico, eliminando ou diminuindo, na grade escolar, disciplinas que ajudam a pensar e interpretar o mundo, como filosofia, sociologia, geografia e história.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

CÉSAIRE, Aimée. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

DEL ROIO, Marcos. **Gramsci e a reforma intelectual e moral**. In: <https://revistas.marília.unesp.br>. Acesso em: 10/09/2022.

GRAMSCI, Antonio. Cuadernos del Cárcere. Vol. V. Cuaderno 14. Puebla: Ediciones ERA, 1999.

JAMES, C.R.L. **Os jacobinos negros**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Trabalho Assalariado.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

SCWARCZ, Lilia Mortiz (2019). **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2019.

² Ignora, por exemplo, o número de famílias comandadas somente por mulheres; enaltece uma submissão das mulheres em relação aos homens, como sendo uma relação “natural”.

POR QUE BOLSONARO SEDUZ MULTIDÕES?
Lideranças, comportamentos políticos e fragmentação institucional em
período de desmonte do Estado

WHY DOES BOLSONARO SEDUCE CONVERTS?
Leadership, political behavior and institutional fragmentation in the period of
state dismantling

Gilberto Maringoni de Oliveira¹

Resumo

Este artigo busca examinar as razões pelas quais o presidente Jair Bolsonaro consolidou uma faixa de apoiadores ao redor de um terço do eleitorado, mesmo conduzindo uma gestão que se caracteriza pela queda da qualidade de vida da população pobre, descontrole da pandemia de Covid-19, exaltação da violência e incentivo a vários tipos de preconceitos. A pergunta central é: Bolsonaro poderia ser enquadrado como uma liderança populista?

Palavras-chave: Democracia, antipolítica, extrema-direita, populismo.

Abstract

This article try to examine the reasons why President Jair Bolsonaro has consolidated a band of supporters around a third of the electorate, even while conducting na administration that is characterized by the decline in the quality of life of the poor people, lack of control over the Covid-19 pandemic, exaltation of violence and encouragement of various types of prejudice. The central question is: could Bolsonaro be framed as a populist leadership?

Keywords: Democracy, anti-politics, extreme right, populism

¹ Professor associado de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC). É também doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2006), graduado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (1986) e jornalista. Tem experiência na área de História, com ênfase em América Latina contemporânea, História da imprensa e História do Brasil Império. Tem estudos focados nos temas: relações internacionais, modelos de desenvolvimento e comunicações. É autor e ou organizador de 16 livros, entre eles *A volta do Estado planejador - Neoliberalismo em xeque* (Editora Contracorrente), *A Venezuela que se inventa - poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez* (Editora Fundação Perseu Abramo, 2004), *A revolução venezuelana* (Editora Unesp, 2009), *Angelo Agostini, A imprensa ilustrada da Corte à Capital Federal, 1864-1910* (Devir, 2011) - finalista do Prêmio Jabuti 2012, da Câmara Brasileira do Livro, categoria biografia -, *Direitos humanos, imagens do Brasil* (Aori, 2010) e *A imagem e o gesto - Fotobiografia de Carlos Marighella* (finalista do prêmio Jabuti 2000, da Câmara Brasileira do Livro). Foi bolsista do Programa Nacional de Pesquisas Econômicas (PNPE) no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre 2008 e 2011, e editor da revista *Desafios do Desenvolvimento*, da mesma instituição, entre 2011-2012 e 2015-2016. É coordenador do Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB-UFABC).

INTRODUÇÃO

A pergunta que dá título a este artigo não tem resposta simples. A persistência de um apoio entre 25% e 30% dos brasileiros não parece indicar que estejamos diante de processo episódico, mas de um fenômeno gestado nas últimas décadas, com raízes profundas na história de um país desigual, racista, preconceituoso e com uma classe dominante caudatária de quatro séculos de escravidão.

É importante investigar o que provocou a emergência, a organização e a consolidação de um conservadorismo extremista que se encontrava aparentemente disperso e fragmentado em nosso país. Para isso é necessário estabelecer limites histórico-temporais a partir dos quais uma vertente desse tipo ganhou voz e vez na sociedade brasileira.

O pleito de 2018 representou a segunda oportunidade em que a extrema-direita com tinturas fascistas se lançasse de forma aberta à cata de votos no Brasil. A oportunidade anterior aconteceu nas eleições de 1955. A disputa foi vencida por Juscelino Kubitschek (centro-direita), com 35,68% dos sufrágios. Ele derrotou seus oponentes também de direita, o militar Juarez Távora (30,27%) e o demagogo paulista Adhemar de Barros (25,77%). O líder integralista Plínio Salgado, que galvanizou a extrema-direita, ficou em 4º. lugar, obtendo 8,28% da preferência dos votantes. Nunca mais um representante desse último campo se apresentou de cara limpa e peito aberto ao eleitorado em eleições democráticas, a não ser que levemos em conta o dr. Enéas Carneiro, candidato ultranacionalista nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. No entanto, ele sempre rejeitou qualquer classificação ideológica. Possivelmente essa negativa se deu em função da percepção de que logo após a ditadura militar (1964-85), ser chamado de “direita” era quase um xingamento.

Vale perguntar: como se tornou possível que, depois de quatro vitórias seguidas de candidatos de centro-esquerda, um defensor da ditadura, da tortura, do racismo, da homofobia, da misoginia, do negacionismo da vacina diante do avanço da pandemia de Covid-19ⁱ e avesso a qualquer avanço democrático se tornasse presidente da República?

O negacionismo em Bolsonaro teve a função de consolidar uma base social extremista através de um discurso que envolve a negação da ciência, da democracia e de relações pacíficas no interior da própria sociedade. Ou seja, uma pregação golpista, com defesa do armamento da população, da eliminação dos diferentes – esquerda, movimentos sociais, comunidade LGBTQI+ etc., além de aberta campanha contra a vacinação da população. Por mais bizarras e ilógicas que

tais formulações sejam, elas não visam apenas convencer seu bloco de sustentação, mas manter um permanente clima de confronto na sociedade, algo essencial para quem se elegeu como defensor da antipolítica e que precisa a todo momento de um inimigo visível para seguir no poder.

O discurso de que a pandemia não passava de uma “gripezinha”, de que a solução se daria através da “imunidade de rebanho”, quando a maioria da população estivesse infectada, e que haveria remédios simples e sem comprovação científica, como cloroquina, para o combate à pandemia entre outros, fazem parte desse arsenal.

Para entender Bolsonaro é preciso voltar no tempo.

LULA LÁ

Lula foi eleito em 2002 e reeleito em 2006 com mais de 60% dos votos válidos, em segundo turno. Ao terminar seu segundo mandato, em fins de 2010, sua popularidade alcançava 83% de aprovaçãoⁱⁱ. Muito dessa aceitação deveu-se a um crescimento econômico expressivo, que possibilitou um quadro de virtual pleno emprego no início da década seguinte, programas sociais eficientes, com destaque para o aumento real de 70% no salário-mínimo, a expansão do crédito ao consumidor, além da bem-sucedida experiência do programa Bolsa Família. Em tempos de *boom* das *commodities* (2004-12), foi possível alargar o mercado interno, incluindo milhões de trabalhadores no circuito de consumo.

Como se sabe, a primeira década do século XXI constituiu-se num cenário atípico em termos mundiais. A chegada ao mercado internacional de novos países fortes importadores de produtos primários – China e Índia, em especial –, um aumento significativo da liquidez – e do crédito – internacional combinados com taxas de juros baixas nos países centrais possibilitaram a entrada de grande volume de capital nos países do sul do mundo.

Nesse quadro, o ex-presidente conseguiu a proeza de elevar o padrão de vida dos mais pobres sem tocar em nenhum interesse das classes dominantes. Lula desistiu de usar seu capital político para realizar reformas estruturais no país. Não houve ações de governo que estivessem à altura dos desafios históricos colocados: reforma agrária para democratizar a propriedade da terra, reforma tributária para inverter os custos de sustentação do estado hoje majoritariamente a cargo dos mais pobres, enfrentamento ao rentismo, mudança na legislação de meios de comunicação enfrentando os monopólios privados, e reforma política criando mecanismos de democracia direta e reduzindo peso do dinheiro nos processos eleitorais.

A existência de excedentes externos expressivos ao longo de seu segundo mandato permitiu uma ousada ação estatal durante a crise de 2008. Ali, o governo Lula decidiu elevar os gastos públicos em uma direção contracíclica, mantendo o aumento real do salário-mínimo, expandindo o crédito e incentivando a população a consumir – o que afastou os efeitos mais graves da primeira onda da crise. Na recidiva das turbulências externas (2011), o lulismo – já sob Dilma – hesitou em dar o lógico passo seguinte: aumentar o investimento estatal para superar gargalos ao desenvolvimento. O governo se iniciou sob a diretriz do ajuste e apenas no ano seguinte, e de forma descoordenada, tentou dar curso a medidas contracíclicas, como a redução dos juros sem articulação política prévia, a redução das tarifas de energia e a política de desonerações sem contrapartidas ao capital. Ao mesmo tempo, o investimento público se contraiu.

AS DISPUTAS DE JUNHO

O surto de efervescência popular de junho de 2013 mostrou os limites de uma transição sem mudanças. Revelou-se ali a impaciência de parte da juventude urbana com serviços públicos caros e de má qualidade, notadamente o de transportes, e as insuficiências dos governos petistas em atender demandas populares de maior envergadura.

Com pautas difusas e intensas disputas entre “uma esquerda extra petista em busca de conectar-se com a ‘inquietação’ da nova classe trabalhadora (...) e uma classe média tradicional cansada do ‘populismo’ do PT” (SINGER, 2018, p. 99), a breve, porém intensa vaga de contestação acabou por esboçar o arranjo de forças que assumiria o comando do governo a partir de 2018.

A resposta do governo federal foi muito aquém da necessária. Em reunião ministerial dia 24 de junho de 2013, Dilma apresentou cinco metas de melhorias dos serviços públicos em transportes, saúde, transparência e educação, mas colocava a “responsabilidade fiscal” e controle de gastos como objetivo geral do governo. Ou seja, a continuidade do ajuste iniciado em 2011. Diante da ebulição social, a mandatária olha primeiro para as planilhas. Segundo o Datafolha, 57% dos brasileiros consideravam sua gestão boa ou ótima no início de junho. No final do mês, o índice desabara para 30%ⁱⁱⁱ.

Apesar de acentuada queda de popularidade, a presidente recuperou seus indicadores nos meses seguintes, a ponto de disputar e vencer, por pequena margem (51,64% a 48,36%) sua reeleição contra Aécio Neves (PSDB). Mas a vitória eleitoral logo se transforma em profunda derrota política diante da capitulação do governo à pressão do capital financeiro.

Para garantir a eleição, o PT reforçou aspectos desenvolvimentistas em sua pregação eleitoral – bem-estar, emprego, renda, manutenção de direitos sociais e investimentos públicos – e acusou seu principal adversário de almejar fazer um forte ajuste recessivo, que redundaria em desemprego e queda de qualidade de vida.

Para surpresa de seu eleitorado, Dilma deu um giro de 180 graus e adotou programa muito semelhante ao que acusara seu opositor de pretender implantar. A opção da nova gestão se materializou em forte tarifação em janeiro de 2015, sucessivos aumentos da taxa Selic e um programa de cortes orçamentários que o governo avaliava em R\$ 100 bilhões.

O Partido dos Trabalhadores comete ali o que opositores à esquerda e à direita chamaram de *estelionato eleitoral* e perde suas bases de sustentação entre os trabalhadores organizados. Em dezembro 2014, o desemprego era de 6,5 %, praticamente um indicador de pleno emprego. Em abril de 2016, mês do *impeachment*, segundo o Caged (Ministério do Trabalho), a taxa dobrou, chegando a 11,2 % (IBGE) ^{iv}.

Entre 2015 e 2016, o PIB caiu 7,2%, pior resultado desde 1900 (IBGE, 2019). A sensação de insegurança e descrédito com a política se disseminou pela base da sociedade. O Datafolha aponta que a 42% população avaliava como ótimo/bom o governo, em janeiro de 2015, logo após sua segunda posse. Em abril de 2016, pouco antes do *impeachment*, o índice caíra para 13 %. Ou seja, em 13 meses, a aprovação desceu 29 pontos ^v.

É bem possível que a decepção entre as motivações da escolha do eleitor – algo genérico, como “um país melhor”, prometido em campanha – e a realidade imediata dos primeiros meses de governo tenham levado vastos contingentes da população à uma situação de decepção com disputas políticas como elas são embaladas pelo marketing e promessas não cumpridas.

A votação do impeachment, na qual o governo não logrou obter sequer 171 votos – 1/3 da Câmara dos Deputados – e a pífia reação popular em defesa de um governo que em tese seria também popular expõem os limites do lulismo diante da elevação das demandas sociais. Entre o ajuste fiscal e a mudança social, a escolha é pelo ajuste. O próprio governo decidiu – por razões desconhecidas – não resistir a altura à maré montante golpista ^{vi}.

O PÓS-GOLPE

Consumado o golpe parlamentar de 2016 o governo Temer aprofunda as medidas econômicas recessivas do segundo governo Dilma e acelera o desmonte do Estado, prolongando a crise. O

aumento exponencial do desemprego e a perda de renda mergulham de volta na pobreza setores que nos anos anteriores haviam experimentado algum nível de ascensão social.

A rápida desmoralização do governo golpista, composto pelo rebotalho do sistema político, leva a duas tentativas congressuais de derrubar Michel Temer.

A desmoralização do governo golpista pareceu contaminar todas as alternativas colocadas à direita do espectro político à medida que se aproximavam as eleições de 2018. O PMDB e o PSDB, partidos que nuclearam o golpe não conseguem apresentar candidatos competitivos. Lula, que não fora contaminado totalmente pelo desastre patrocinado pela virada neoliberal de Dilma Rousseff desponta desde o início do ano como favorito ^{vii}. A partir daí, a história é conhecida. O judiciário, em ação concertada com a mídia e o grande capital, retira Lula da disputa e o condena a 9 anos e 6 meses de prisão, num processo totalmente sem provas.

Das lideranças egressas do que era socialmente percebido como o *sistema político*, Lula era o único que preservava base de massa para assumir uma candidatura competitiva. Impedido de concorrer, no início de setembro de 2018, o ex-presidente lançou a postulação de Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo.

A maior proeza de Jair Bolsonaro não foi ter vencido as eleições. Foi ter imposto sua agenda à disputa. Esta se concentrou num prosaico combate à corrupção e em defesa de pautas conservadoras no campo dos costumes.

Há uma pergunta essencial a ser respondida: por que - num país de 14 milhões de desempregados, com uma recessão sem sinais claros de reversão, em processo acelerado de desindustrialização e com serviços públicos rumando para o colapso - a agenda eleitoral se voltou para uma pauta claramente moralista e despolitizada?

A vitória de Bolsonaro é a vitória da antipolítica e da pregação rasa antissistêmica. Em sua campanha, o candidato da extrema-direita encontrou um terreno de desesperança e desencanto, motivado em grande parte pela virada recessiva do governo petista de 2015-16. A essas características, a pregação extremista vale-se do medo, da violência e da disseminação de notícias falsas e do poder de impor sua agenda à sociedade.

EXTREMA-DIREITA OU POPULISTA?

O ex-capitão é muitas vezes caracterizado como um personagem *populista* ou *neopopulista*. Dirigentes desse tipo têm levado analistas – em meios acadêmicos e na mídia - a uma generalização conceitual que prima pela imprecisão. Forças políticas de diferentes matizes são arroladas no

escaninho do *populismo* – em especial no período pós-crise de 2008 -, como se fizessem parte de uma mesma vertente política, ideológica ou mesmo comportamental.

A palavra *populismo* conheceu significados distintos ao longo dos últimos cem anos e tornou-se uma espécie de guarda-chuva conceitual para fenômenos de distintos significados.

Aqui cabe uma pergunta: *populismo* é um conceito? Ou seja, o vocábulo encerra uma concepção, uma noção ou uma ideia clara sobre determinado e específico fenômeno histórico-político? Ou se trata de uma classificação genérica, que mais encobre do que revela seu objeto? Marco Revelli a denomina de *catch all word*, “uma palavra ‘abrangente’, que puxa para si, como se pertencessem à mesma natureza, coisas velhas e novas”. (REVELLI, 2017, p.6)

Haveria pontos de contato real entre dirigentes como Viktor Orbán (Hungria), Rodrigo Duterte (Filipinas), Andrzej Duda (Polônia), Jair Bolsonaro (Brasil), Matteo Salvini (Itália), Donald Trump (EUA) e os partidos/movimentos Syriza (Grécia), Podemos (Espanha), Occupy Wall Street (EUA) ou Cinco Estrelas (Itália)? E entre esses e Lula (Brasil), Hugo Chávez (Venezuela), Rafael Correa (Equador) e Evo Morales (Bolívia)? Todos esses líderes ou organizações têm sido classificados pela mídia e por parte da academia como *populistas*.

Existem efetivamente traços comuns em tão largo espectro de representantes do chamado populismo? Quase todos foram eleitos e desfrutaram de altos índices de popularidade em algum ponto de seus mandatos. Teriam também no uso intensivo dos meios de comunicação a forma mais comum para manter um contato direto com a população, algo que ganhou mais impulso após a disseminação dos *smartphones* com conexão para a internet. Todos apresentariam em maior ou menor grau comportamentos autoritários e buscariam unir algum ente abstrato – uma idealização de “Nação” ou “povo” – contra um inimigo comum. Os líderes populistas seriam figuras centralizadoras e personalistas. A lista de atributos é tão longa quanto vaga.

Sobre esse tema, vale a pena uma lembrança de Antonio Gramsci:

Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos (GRAMSCI, 2002: 60).

“Homens providenciais ou carismáticos”, ou “soluções de força”. Mais do que um aventureiro ou ditador, Gramsci aponta que a recomposição da institucionalidade pós-crise pode se dar através de uma solução extra-sistema político. Os casos clássicos do populismo

latinoamericano apontam para dirigentes que se colocaram diante da opinião pública aparentemente vindos de fora da institucionalidade vigente.

Não se podem examinar tais manifestações do populismo apenas por seus aspectos exteriores ou suas manifestações fragmentadas. É necessário observar quais as bases objetivas para o seu surgimento.

Benjamin Moffitt, professor da Universidade de Upsalla, assim aborda o tema:

Estamos aparentemente vivendo em tempos populistas. Os efeitos da crise financeira global se arrastam, a crise da dívida soberana na Zona do Euro continua a ameaçar a própria existência da União Européia e, mais amplamente, é alegado que estamos sofrendo uma crise de fé na democracia, com filiação partidária caindo drasticamente e os cidadãos se tornando cada vez mais desiludidos com a política dominante. (MOFFITT, 2016, p. 1, tradução nossa)

Moffitt argumenta que o populismo deve deixar de ser visto como acontecimento regional em favor de um processo global. Interpreta o fenômeno como consequência da evolução do capitalismo contemporâneo, aliada às novas possibilidades abertas pelo progresso nas comunicações.

Na segunda metade dos anos 1960, o sociólogo argentino Gino Germani desenvolveu a hipótese de que o populismo latino-americano seria uma decorrência da modernização acelerada das sociedades a região, com seus processos de industrialização e urbanização tardios. Seria fenômeno distinto daquele observado em países que se industrializaram e se urbanizaram ao longo dos séculos XVIII e XIX, como os da Europa Ocidental. Ali ocorreria a “mobilização gradual de uma proporção crescente da população” do campo para a cidade, e o surgimento de “múltiplos mecanismos de integração”, como “sindicatos, escolas, legislação social, partidos políticos, sufrágio, consumo de massa capazes de absorver esses grupos sucessivos e capazes de lhes dar meios de expressão adequados”. Aqui, a partir da crise de 1929, o fenômeno teria ocorrido “de forma vertiginosa”, com “uma transição repentina da passividade tradicional para a mobilização total” (GERMANI, 1973b: 24-25).

Em outro trabalho, Germani sublinha:

Como uma repercussão das novas condições criadas pela crise mundial de 1929, produziram-se na Argentina dois processos convergentes: por um lado, iniciou-se uma nova e decisiva fase de industrialização; por outro, houve um ímpeto inusitado de urbanização, com a imigração maciça às cidades de grandes massas do interior do país. (GERMANI, Gino, 1973^a, p. 265)

Mais adiante, o autor destaca uma série de fatores, entre estes “as severas limitações no funcionamento da democracia” e “a descrença geral e pessimismo criado por toda essa experiência, unidos à ausência de partidos políticos” capazes de expressar suas demandas deixavam as massas populares urbanas “em disponibilidade”, fazendo com que elas se tornassem um elemento disposto a ser aproveitado por qualquer aventura que lhes oferecesse alguma forma de participação (GERMANI, Gino, 1973^a: 266). Nessa situação pode ocorrer a “identificação da massa com o ‘líder’, o contato direto, pessoal” a indicar “um poderoso vínculo na formação” de uma “pseudoparticipação necessária para o consentimento” (GERMANI, Gino, 1973a: 272).

Embora contestada a partir dos anos 1970, as formulações de Gino Germani e de Torcuato di Tella tiveram imensa repercussão na América Latina e na Europa Ocidental ^{viii}.

O NOVO POPULISMO GLOBAL

Vivemos um novo período histórico. Desregulamentação, privatizações, redução do papel social do Estado e supremacia das pressões do mercado passam a ser as novas regras da economia global. As consequências de um modelo que busca crescentemente se colocar acima das legislações internas a cada país – em especial as que regem as relações de trabalho e comércio – passam a dar o tom, em especial na periferia.

É nessa nova fase que a questão do populismo e das crises de representação ensejadas com a implantação do desmonte social promovido pelo neoliberalismo adquirem nova configuração.

As pressões por desregulamentação do sistema financeiro, que passam por cima de legislações nacionais, por mudanças estruturais nas legislações trabalhistas, para possibilitar a inserção dos países na nova divisão social do trabalho, impactam decisivamente as relações sociais. A fragmentação do mundo do trabalho joga por terra antigas formas de organizações sindicais e políticas. Surgem formulações à esquerda e à direita sobre uma suposta superação da “forma partido”, enquanto os sindicatos de trabalhadores se enfraquecem (FORBES, 2017) e perdem filiados ^{ix}, com o desaparecimento de diversas categorias profissionais e elevação drástica do desemprego, em especial no setor industrial.

Em ambos os períodos – primeira metade do século XX e início do século seguinte -, há um denominador comum: formas de representação anterior entram em colapso e novos canais associativos e de representação ainda não estão constituídos. Há fortes indicações de ser esse o

traço comum definidor e pré-condição para o surgimento do populismo em suas várias configurações.

Pode-se classificar Jair Bolsonaro, eleito em 2018, como um presidente populista, como a mídia tem feito? Houve no país condições históricas de crise de representação e deslegitimação do sistema político que possibilitou a ascensão de uma liderança antissistema?

Embora o processo esteja em curso^x, há fortes indicações de que a institucionalidade baseada na Constituição de 1988, responsável por estabelecer um *presidencialismo de coalizão*^{xi}, entrou em crise e um bipartidarismo informal, entre PT e PSDB, deixou de existir. Agremiações tradicionais – à exceção do PT – tiveram desempenho eleitoral pífio, nas eleições presidenciais de 2018, como já assinalado^{xii}. Uma série de direitos sociais inscritos no texto constitucional está sendo questionada, sem que haja clareza do que entrará em seu lugar.

O primeiro grande sinal de uma possível crise de representação se deu, como já mencionado, em junho de 2013, na onda de mobilizações iniciada com a reação ao reajuste das tarifas de transporte público, em São Paulo.

Se o avanço da globalização neoliberal foi movida pela avassaladora força expansiva do capitalismo, que implodiu projetos isolacionistas, como o socialismo real, e mesmo regimes com certo grau de autarquia, guiados por um Estado forte – como a socialdemocracia europeia ou o nacional-desenvolvimentismo latino-americano –, as demandas por democracia direta, nacionalismo, exclusivismo, oposição ao imigrante e a inviabilidade crescente de projetos nacionais autônomos na periferia e na semiperiferia podem indicar uma crise profunda da democracia liberal. A forma de governo com divisão de poderes, esboçada na Revolução Francesa e universalizada no segundo pós-Guerra, pode estar também vivendo uma crise sem contornos claros de superação. Se o populismo, tal qual classificado neste estudo, representa também um interregno antes do surgimento de novas formas de representação – e de dominação – então o *populismo* atual tem esse nome à falta de classificação melhor tanto na academia quanto da vida política real. Trata-se de um genérico disruptivo, rumo talvez a um *novo normal* de instabilidades e exceções.

A classificação genérica de populista para dirigentes e movimentos autoritários e excludentes no início do século XXI mais oculta do que revela a posição destes no espectro político. Ao se mostrarem – como aludido no início – como incentivadores da desigualdade social, de racismo e de todo tipo de preconceitos e pregando a violência como forma de resolução de problemas sociais, parcela expressiva daquilo rotulado como populista revela-se como claras expressões da extrema direita.

Ao comentar as condições para o surgimento do nazifascismo nas décadas de 1920-30, Eric Hobsbawm sublinha que:

O cimento comum desses movimentos era o ressentimento de homens comuns contra uma sociedade que os esmagava entre a grande empresa, de um lado, e os crescentes movimentos de trabalhistas, do outro. (HOBSBAWM, 1996: 122)

E, mais adiante, completa:

As condições ideais para o triunfo da ultradireita alucinada eram um Estado precário, com seus mecanismos dirigentes não mais funcionando; uma massa de cidadãos desencantados, desorientados e descontentes, não mais sabendo a quem ser leais; fortes movimentos socialistas ameaçando ou parecendo ameaçar com a revolução social, mas não de fato em posição de realizá-la; e uma inclinação do ressentimento nacionalista contra os tratados de paz de 1918-20. (HOBSBAWM, 1996: 130)

Podemos definir algumas características básicas do *modus operandi* do fascismo atual, especialmente em sua versão tropical:

1. O fascismo precisa do medo e da insegurança social para crescer. Antes de oferecer certezas, o fascismo exalta as incertezas sobre o futuro oferecidos pelas variações da democracia liberal;
2. O fascismo se coloca como vertente antipolítica e antissistêmica. Embora tenham proximidade, são fenômenos distintos. A pregação antipolítica exerce um fascínio simplista e infantil sobre a possibilidade da resolução de problemas sociais complexos impulsionados apenas pelo desejo pessoal. A política seria o terreno da trapaça, da sujeira e da desonestidade que precisaria ser superado para que as pessoas de bem vivessem em paz. O pensamento infantilizado é o degrau anterior do pensamento mágico, aquele que nos faz vislumbrar a resolução dos conflitos pelo gesto unilateral de um dos agentes no jogo, pela anulação do outro. O pensamento mágico é a base, assim, da cultura do cancelamento, da pregação religiosa (“Ora que melhora”), que elimina mediações e que acaba por justificar a violência. Assim, o episódio verificado em março de 2022, numa delegacia de Curitiba (PR), em que um pastor “abençoa” uma série de armas colocadas em cima de uma nada tem de antirreligiosa ^{xiii}. Ao contrário: temos ali a combinação do pensamento mágico, da cultura do cancelamento e da violência legitimados por uma solução milagrosa.
3. Já os movimentos antissistêmicos miram na desqualificação de formas existentes de representação – sindicatos, entidades de representação, partidos, instituições e eleições. O líder fascista sempre divide a sociedade entre “nós” e “eles”, entre o “povo” e os “exploradores do povo”. O líder fascista é o arauto da cobrança de uma dívida social impagável em defesa dos ressentimentos populares. É a variante concreta da antipolítica;
4. A base do pensamento e da ação fascista é a violência – uma vez que se elide a mediação política para a superação de diferenças - e a necessidade de sempre se colocar na ofensiva. Isso inclui a disputa para impor uma agenda unilateral das dissensões da sociedade. O fascismo não recua, não negocia e apenas avança, em qualquer situação, mudando suas táticas criando sempre agendas novas sem resolver as antigas.
5. Ao impor sua agenda sobre todas as demais, o fascismo tem de ser profundamente diversionista e subverter a ordem de prioridades da sociedade. O fascismo só subsiste e cresce gerando ambientes de profunda tensão.

Jair Bolsonaro pavimentou a vitória ao vincular sua candidatura ao que seriam os interesses maiores da Nação. Sem propostas claras de governo, bancou uma ousada disputa ideológica. Tocou fundo aspectos afetivos, históricos e identitários da população. Aliás, não apenas ele, mas a extrema-direita brasileira agiu com competência ao exibir uma estética nacionalista, a partir das manifestações de junho de 2013. Diante das bandeiras vermelhas da esquerda, tivemos a ressurreição do *slogan* pré-1964 “Verde e amarelo sem foice e nem martelo”. Nas passeatas que precederam o golpe seguinte, em 2016, houve farto uso do auriverde pendão e de camisetas da CBF, como expressão de um patriotismo em êxtase.

Não é algo superficial. Quem disputa símbolos nacionais – teoricamente unânimes em qualquer país – trava um enfrentamento de envergadura. Em 2013, a apropriação dessas marcas por parte do extremismo conservador visava escancarar a ideia de que o Brasil inteiro estaria contra o governo Dilma Rousseff. Não seria uma facção contra outra, mas a sociedade inteira fazendo carga a um grupo isolado no poder de Estado.

O nacionalismo é um atributo ideológico de grande apelo. No caso de Bolsonaro, há um dilema aparentemente insolúvel na composição de seu governo. A agenda econômico-financeira é fortemente liberal, globalizante e oposta a qualquer defesa real de interesses nacionais. Suas linhas de força envolvem a entrega do pré-Sal às transnacionais, a venda da Petrobrás, a diplomacia alinhada a Donald Trump e privatizações no atacado. Sua política externa vale-se de um extemporâneo palavreado místico e anticomunista em defesa da “civilização judaico-cristã”.

O uso do nacionalismo por parte de Bolsonaro não se deve apenas a um comportamento demagógico, apesar dessa característica ser evidente. Eleito em um quadro de descrédito das instituições representativas e com um discurso fortemente antissistêmico, o ex-militar é caudatário de uma oportunidade histórica especial.

A crise de representação abre espaço para o líder providencial, o salvador da Pátria que se oferece para unir a Nação, defender *nossas* tradições e acabar com supostas ideologias que nos dividem. Há base social para tais pregações, como as pesquisas demonstram.

CONCLUSÃO

Jair Bolsonaro elegeu-se em 2018 com uma tática clara: esconderia os 28 anos em que passou na Câmara como parlamentar do baixo clero. A meta era encarnar um personagem do antissistema e da antipolítica, com fortes doses de emocionalismo e irracionalidade. Votar em

Bolsonaro seria um gesto de protesto e rebeldia contra "tudo isso que está aí". Como candidato, moldou seu eleitorado-raiz, seu núcleo duro, na ausência de uma lógica formal de campanha. Não havia programa claro, mas a indicação de inimigos a serem abatidos, a *esquerda*, o *Foro de São Paulo*, o *kit gay*, o *globalismo*, os *quilombolas*, as *reservas indígenas* e uma série de alvos morais e exalta uma virilidade violenta. Encontrou apoio em gente como o personagem de *O Cobrador*, conto de Rubem Fonseca:

Digo, dentro da minha cabeça, e às vezes para fora, está todo mundo me devendo! Estão me devendo comida, buceta, cobertor, sapato, casa, automóvel, relógio, dentes, estão me devendo. Um cego pede esmolas sacudindo uma cuia de alumínio com moedas. Dou um pontapé na cuia dele, o barulhinho das moedas me irrita (FONSECA, 1979: 165).

Tudo irrita quem tem cobranças reais por comida, casa, futuro e nunca é atendido. Tudo irrita quem tem cobranças reais e não vê contexto algum pela frente e encadeamento de causa e efeito.

Tão me devendo colégio, namorada, aparelho de som, respeito, sanduíche de mortadela no botequim da rua Vieira Fazenda, sorvete, bola de futebol. Fico na frente da televisão para aumentar o meu ódio (FONSECA, 1979: 167).

O personagem de Fonseca rouba uma Magnum com silenciador para fazer suas cobranças. O bolsominion profundo teve o voto e o ódio para cumprir roteiro semelhante.

"Quero muito pegar um camarada que faz anúncio de uísque", berra o personagem de Fonseca. "Ele está vestidinho, bonitinho, todo sanforizado, abraçado com uma loura reluzente, e joga pedrinhas de gelo num copo e sorri com todos os dentes, os dentes dele são certinhos e são verdadeiros, e eu quero pegar ele com a navalha e cortar os dois lados da bochecha até as orelhas, e aqueles dentes branquinhos vão todos ficar de fora num sorriso de caveira vermelha".

Bolsonaro fala para o Cobrador. Fala para os 15%, 20% ou 30% dos brasileiros que são os cobradores detectados pelas pesquisas de opinião.

Quando satisfaço meu ódio sou possuído por uma sensação de vitória, de euforia que me dá vontade de dançar — dou pequenos uivos, grunhidos, sons inarticulados, mais próximos da música do que da poesia (FONSECA, 1979: 168).

Ao falar para os cobradores, Bolsonaro consolida seu núcleo duro, os chama para a guerra, qualquer que seja ela. Mas não propõe uma nova institucionalidade, apenas a desestabilização e o golpe. Só funciona com a criação de novos focos de tensão. O populismo, por

não ser uma forma de governo, uma ideologia, por nunca ter gerado instituições e por não apresentar um projeto de longo prazo, sempre foi episódico na História. Idem sua variante fascista. É difícil dizer se estamos diante de uma versão farsesca do fascismo, para nos fiarmos na frase de Marx sobre a repetição da História. Vale, no entanto, a pena lermos um pequeno trecho de Eric Hobsbawm sobre o segundo pós-Guerra, em *Era dos extremos*:

o fascismo desapareceu com a crise mundial que lhe permitirá surgir. jamais fora, mesmo em teoria, um programa ou projeto político universal. por outro lado, o antifascismo, por mais heterogêneo e transitório que fosse sua mobilização, conseguiu unir uma extraordinária gama de forças. ideologicamente, baseava-se nos valores e aspirações partilhados do iluminismo e da era das revoluções: progresso pela aplicação da razão e da ciência; educação e governo popular; nenhuma desigualdade baseada em nascimento ou origem; sociedades voltadas mais para o futuro que para o passado (HOBSBAWM, 1996: 176).

A História está em curso. É possível que o fôlego fascio-populista seja curto. Mas suas raízes, como aludido no início, são profundas na vida brasileira.

REFERÊNCIAS

FONSECA, Rubem. **O cobrador**, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1979.

GERMANI, Gino. **Política e sociedade numa época de transição**, Editora Mestre Jou, São Paulo, 1973^a.

GERMANI, Gino, “Democracia representativa y clases populares”, in Germani, di Tella, e Ianni, **Populismo y contradicciones de classe en Latinoamérica**, Ediciones Era, S. A., Cidade do México, 1973b.

GRAMSCI, Antonio, **Cadernos do cárcere**, V. III, Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2002.

HOBSBAWM, Eric, **A era dos extremos**, Companhia das Letras, São Paulo, 1996.

IANNI, Octávio, **O colapso do populismo no Brasil**, Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1975.

IBGE, **Estatísticas sociais/ PNAD** continua.

MOFFITT, Benjamin, **The global rise of populism – Performance, political style and representation**, Stanford University Press: Stanford, 2016.

REVELLI, **Populismo 2.0**, 2017 Giulio Einaudi Editor, Turim, 2017.

SINGER, André, **O lulismo em crise**, Companhia das Letras, São Paulo, 2018.

ⁱ De acordo com o relatório final da CPI da Covid, realizada no Senado em 2021, Bolsonaro “foi omissivo e optou por agir de forma não técnica e desidiosa no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, expondo deliberadamente a população a risco concreto de infecção em massa” (*O Globo*, 2021).

ⁱⁱ FOLHA DE S. PAULO, 28.10.2010, “Com 83%, aprovação ao governo Lula bate recorde histórico, mostra Datafolha” (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/10/820667-com-83-aprovacao-ao-governo-lula-bate-recorde-historico-mostra-datafolha.shtml?cmpid=menupe> – Consulta em 10.05.2022)

ⁱⁱⁱ DATAFOLHA, “Avaliação Datafolha da presidente Dilma” (<http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2015/02/118652-avaliacao-datafolha-da-presidente-dilma.shtml>) - Consulta em 10.05.2022

^{iv} IBGE (https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explicar&utm_campaign=desemprego -Consulta em 09.05. 2022)

^v DATAFOLHA (<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/04/1759676-reprovacao-a-gestao-dilma-recua-e-volta-a-nivel-pre-manifestacao.shtml>) e Centro de Estudos da Metrópole – FFLCH-USP (<https://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/presidentes-e-governadores/presidentes/datafolha/avaliacao/dilma>), consulta em 09.06.2022

^{vi} Dilma jamais denunciou publicamente as visíveis articulações golpistas. Exemplo claro disso se deu em 22 de abril de 2016, cinco dias após a aprovação do impeachment na Câmara dos Deputados. Nesse dia, a presidenta foi a Nova York para um pronunciamento na sede da ONU, por ocasião da cerimônia de assinatura do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas. O jornal O Globo noticiou o seguinte: “A presidente recuou da intenção que havia sido anunciada por assessores, de denunciar um golpe e de tratar o processo de impeachment como injusto e antidemocrático, depois que ministros do STF deram declarações públicas e enfatizaram que todo o processo de impeachment foi acompanhado pelo Supremo e que segue a Constituição”. (<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/04/dilma-rousseff-recua-e-nao-fala-em-golpe-durante-discurso-na-onu.html>, consulta em 09.06.2022)

^{vii} *O Globo*, 22.08.2018: “Pesquisa Datafolha: Lula, 39%; Bolsonaro, 19%; Marina, 8%; Alckmin, 6%; Ciro, 5%” (<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml>, consulta em 08.06.2018)

^{viii} Segundo Angela de Castro Gomes (FERREIRA, 2001:22), o estudo pioneiro sobre o populismo no Brasil é o artigo “O que é o adhemarismo”, publicado em 1954 em *Cadernos do Nosso Tempo*. Embora apócrifo, muito provavelmente a autoria é de Helio Jaguaribe (BOITO, 2018: 124).

Um segundo marco importante é *O populismo na política brasileira*, de Francisco Weffort. Lançado em 1978, a obra tornou-se citação recorrente nos estudos que pautam o tema. Trata-se de uma coletânea de artigos, escritos entre 1963 e 1970. Lançado no mesmo período dos artigos de Weffort, *O colapso do populismo no Brasil*, de Octávio Ianni (1967).

^{ix} Dados sobre taxa de sindicalização nos países da OCDE: <https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=TUD>

^x Essas linhas são escritas em dezembro de 2019

^{xi} A expressão “presidencialismo de coalizão foi cunhada por Sérgio Abranches, em 1988. Ela busca classificar o funcionamento de um regime presidencialista em que o Executivo precisa constantemente manter maiorias num Congresso extremamente fragmentado para poder governar, muitas vezes abrindo mão de seu próprio programa de governo. O presidencialismo de coalizão já foi associado a práticas próprias de um regime parlamentarista. Ver Abranches, Sérgio, “Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro”, *Dados - Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 31, 1988

^{xii} Os resultados do primeiro turno presidencial de 2018 foram: Jair Bolsonaro (PSL) 46,03%; Fernando Haddad (PT-PCdoB) 29,28%; Ciro Gomes (PDT) 12,47%; Geraldo Alckmin (PSDB) 4,76%; João Amoedo (Novo) 2,5%; Cabo Daciolo (Patriotas) 1,26%; Henrique Meirelles (MDB) 1,2%; Marina Silva (Rede) 1%; Álvaro Dias (Podemos) 0,8%; Guilherme Boulos (PSOL) 0,58%; Vera Lúcia (PSTU) 0,05%; Eymael (DC) 0,04%; João Goulart Filho (PPL) 0,03%. Fonte: TSE

^{xiii} PODER 360, “Pastor abençoa armas de policiais após culto em Curitiba” (<https://www.poder360.com.br/brasil/pastor-abencao-armas-de-policiais-apos-culto-em-curitiba/>)

CAPITALISMO E PATRIARCADO:
a disputa hegemônica no Brasil no contexto bolsonarista

CAPITALISM AND PATRIARCHY:
the hegemonic dispute in Brazil in the Bolsonarista context

Gláucia Lelis Alves¹

Resumo

Este texto reflete sobre a hegemonia e sua relação com a luta de classes, tendo como fundamento central a teoria gramsciana. A relação entre a crise orgânica, a ofensiva reacionária e conservadora e a correlação de forças frente ao fenômeno bolsonarista no Brasil. Análise das ameaças à pauta feminista, o trabalho reprodutivo e a luta hegemônica em sua dialética subalternidade-autonomia-hegemonia para a construção da emancipação humana.

Palavras-chave: Hegemonia, Feminismo, Conservadorismo.

Abstract

The text reflects the debate of hegemony and its relationship with the class struggle, having Gramscian theory as its central foundation. The relationship between the organic crisis, the reactionary and conservative offensive and the correlation of forces instituted in the face of the Bolsonarista phenomenon in Brazil. The analyze the threats to the feminist agenda, reproductive work and the hegemonic struggle in its subalternity-autonomy-hegemony dialectic for the construction of human emancipation.

Keywords: Hegemony, Feminism, Conservatism

¹ Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2000) e mestrado e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora no Programa Graduação em Serviço Social da ESS/UFRJ. Tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde, assistência social, Estado, controle social, conselhos e democracia, ideologia, formação profissional em Serviço Social, feminismo. Coordenadora do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão Carlos Nelson Coutinho (LEPECNC/UFRJ). Pesquisadora do Laboratório de estudos e pesquisa em Marx e a Teoria Marxista da Dependência (LEMARX-TMD/UFRJ). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos Marxistas (NEPEM/UFRJ). Coordenadora do Projeto de Extensão Biblioteca Feminista da Praia Vermelha.

A reflexão aqui apresentada refere-se à contraofensiva reacionária da extrema direita via ascensão da extrema-direita ao poder, no Brasil, como contraofensiva, que reativa valores como o machismo, a misoginia, homofobia, o atual presidente é “defensor da família de homem e de mulher como a única legítima por determinação bíblica; apologista das armas como objeto fálico de destruição; macho obcecado por alegorias que envolvem pênis e ânus” (BRUM, 2021, p. 34). Analisa-se esse fenômeno a partir do golpe de Estado de 2016, seus impactos na relação estabelecida entre capitalismo e patriarcado e suas expressões com o bolsonarismo, a correlação de forças instaurada em um contexto de crise orgânica e as estratégias consolidadas pelo projeto de restauração neoliberal em sua face mais violenta.

O conservadorismo assume, historicamente, diferentes faces, que se localizam: via fragmentação da teoria social e o abandono do ponto de vista do historicismo e da totalidade (as perspectivas positivistas e neopositivista contribuíram sobremaneira para isso); e o ponto de vista irracionalista, que defende a conservação da ordem, mas mistificando, em certa medida, a distinção entre senhores e subalternos, pontos analisados por Gramsci nos cadernos do cárcere.

Escorsim (2011, p. 40-43) afirma que, “O pensamento conservador é uma expressão cultural (...) particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito preciso: o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa”. Refere-se então a um conjunto de estratégias que compõem um projeto de restauração da ordem, voltada para a manutenção de instituições como resposta contrarrevolucionária, desde que “o processo pelo qual a burguesia revolucionária se pôs como classe hegemônica do ponto de vista econômico-social – com o econômico-social uma unidade: é a cultura da modernidade que solda essa hegemonia”. Localiza-se na passagem do conservadorismo clássico à constituição da modernidade uma associação com o reacionarismo moderno. Essa dimensão se manifesta e se materializa na história, em diferentes momentos, a partir dos processos que Gramsci cunhou de crise orgânica no capitalismo.

Assim o foi, por exemplo com o advento do fascismo e, assim ocorre com o projeto neoliberal em curso, pela tendência em negar sua face conservadora, na afirmação de uma perspectiva reformista para as medidas operadas desde a década de 1970, combinando reestruturação produtiva, flexibilização/privatização/descentralização no âmbito das políticas e direitos sociais com uma perspectiva teórico-política pós-moderna que anulava a luta de classes. Mattos (2020) destaca que nas últimas duas décadas do século XX as ideias neoliberais avançaram em decorrência da decomposição dos regimes do leste Europeu, a legitimação do revisionismo historiográfico e o negacionismo frente ao nazismo. Daí a necessária reflexão sobre as condições históricas de sua emergência para entendermos o tempo presente a partir das caracterizações do

neofascismo e a realidade brasileira. O autor tem acordo com a leitura de Andrea Mammone, acerca dos vínculos transnacionais da ultradireita na França e na Itália via neofascismo, que afirma a existência de uma linha de continuidade entre o fascismo clássico e contemporâneo. Combinando para tal adaptabilidade, hibridismo e mutabilidade, o novo fascismo no século XXI, desse modo há uma adaptação, articulação entre tendências neofascistas e o regime democrático-burguês de cunho neoliberal.

A crise estrutural do capital em todos os seus matizes, resultantes das políticas neoliberais construíram um solo fértil para a ascensão das tendências neofascistas e o avanço da extrema direita. Alguns fantasmas do período fascista são ressuscitados, tais como a “ameaça comunista, que se transmuta para outros corpos, de intelectuais, artistas, ativistas sociais em geral comprometidos com a socialização do conhecimento e o combate às opressões. “Estes seriam os próceres do ‘marxismo cultural’ e sua estratégia de tomar o poder sem atacar o Estado, mas contaminando as mentes das criancinhas” (MATTOS, 2020, p. 80)

Assim configura-se um conjunto de características que se aproximam a esse modelo de revolução passiva consolidado pelo fascismo em resposta à crise que se desenhava no entre guerras mundiais. A desumanização de segmentos da população, o anti-intelectualismo, a reatualização de técnicas de propaganda fascista, a disseminação de teorias conspiratórias que disseminam: o temor aos imigrantes e refugiados (vide proposição dos muros e fechamento de fronteiras invocados pela extrema direita); a difusão do medo para a classe média/pequena burguesia e uma divisão entre cidadãos legítimos e invasores, naturalizando as políticas de encarceramento em massa da população racializada; a ameaça à masculinidade da nação, via sexualidade, onde a hierarquia patriarcal é ameaçada pela crescente igualdade de gênero. Articula-se também o Estado de direito e o Estado de exceção via conveniência com os regimes parlamentares e as eleições, legitimando uma mudança no sentido da violência contrarrevolucionária de caráter preventivo com a perpetuação da dominação masculina em torno da família patriarcal.

No Brasil grupos herdeiros do fascismo histórico à brasileira – representado pela Ação Integralista Brasileira-AIB, que construíram uma concepção excludente de democracia, com defesa incondicional da propriedade privada e um projeto de reformas regressivas – apoiaram Jair Messias Bolsonaro, nas eleições que o levaram à presidência da república em 2018. Isso dito, não dá para afirmar categoricamente que há um governo totalmente fascista, há um projeto em curso, uma efetiva dinâmica de transição para o autoritarismo, uma continuidade mais rígida do regime autocrático burguês. Mas há similaridades muito extremadas, resultantes da frágil e em crise democracia burguesa forjada no país, como a esquerda considerada como inimigo a ser destruído,

o culto à violência e o irracionalismo, o nacionalismo autoritário e conservador, o desespero pequeno-burguês face à crise. Há diferenças significativas que se configuram na difusa base social de Bolsonaro, organizada mais predominantemente nas redes sociais e em alguns movimentos de direita que em partidos de massa como no fascismo clássico e a conformação da burguesia nacional – uma combinação entre as velhas oligarquias com os sucessivos golpes, ou seja, “as frações burguesas em operação no país foram organizadoras ativas do padrão de acumulação do capital do capitalismo dependente, pautado em grande medida por ‘taxas de exploração excessivas’” (Mattos, 2020, p. 104)

Reside nessa análise a estratégia de continuar, aprofundar e aumentar a duração da contrarrevolução preventiva e sua institucionalização, como resposta à crise orgânica, sobretudo a partir de 2008. Esse período se consolidou com a China se convertendo no principal parceiro comercial do país, e com “estímulos ao mercado interno, pela via de um crescimento real do salário-mínimo, políticas sociais focalizadas, crédito (e endividamento) das famílias e subsídios a determinados setores do capital”. Os períodos dos governos Lula e Dilma (2003 a 2016), resguardadas as devidas diferenças, seguiram com as medidas de ajuste fiscal e as contrarreformas. O aprofundamento da crise abalou as bases de sustentação do governo Dilma Rousseff, fragilizadas desde as manifestações de junho de 2013. Grandes demandas se fizeram presentes: “pela redução do preço e melhoria da qualidade de transporte coletivo, contra a violência policial, contra as corporações empresariais de mídia, em defesa da saúde e da educação – e possuíam um claro perfil de classe”. Também evidenciou os protestos contra a violência policial e a militarização do estado, o incentivo aos movimentos sociais urbanos de luta pelo direito à moradia (MTST) em contraposição as obras urbanas relacionadas aos megaeventos em decorrência dos despejos e remoções. Greves e táticas de lutas dos sindicatos mais combativos, na educação básica e na limpeza urbana, dos petroleiros. Entre 2015-2016, os movimentos de ocupações das escolas e, sobretudo, o Movimento de Mulheres, que evidenciou “a combinação entre resistência ao conservadorismo moral e ao liberalismo econômico (...) que cresceu em dimensões das ocupações estudantis” e via “manifestações contra as propostas conservadoras no congresso nacional encampadas pelo deputado e presidente da casa, Eduardo Cunha”, com propostas de lei “(...)que dificultava o acesso de mulheres vítimas de estupro ao aborto legal”. O movimento de mulheres comandou significativas campanhas pelo “Fora Cunha” e “Ele Não”, se legitimando como um dos mais dinâmicos movimentos de contraposição à ordem.

A contraposição a essa ambiência insurgente, iniciada com as jornadas de junho, que representaram o abalo no apoio social de setores da classe trabalhadora ao PT, por outro lado,

contraditoriamente situaram o marco inicial do reacionarismo no poder, corroborou para tal também, o discurso “mais radical” realizado por Dilma nos processos eleitorais que a levaram à reeleição, de maior compromisso com os interesses populares, abandonado após a vitória, por conta das pressões das classes dominantes para cumprir a agenda econômica de austeridade. Desse modo, cresceu, a partir de 2015, o processo de manifestações anticorrupção e contrárias ao governo, atos convocados pela chamada “nova direita” com o apoio burguês, de opositores ao governo, parlamentares e polícia militar, difundidos também pelas grandes corporações da mídia. Assim, Enquanto as jornadas de junho mobilizaram, na mídia, jovens do ensino médio ou universitário incompleto e rendimentos baixos, as micaretas da ‘nova direita’ atraíram pessoas mais velhas, com ensino superior e rendimentos de médios a elevados” (Mattos, 2020, p. 160). O que configurou o cimento da base pequeno-burguesa e de classe média que encampou as políticas anticorrupção, a cultura antipetista da direita e as mobilizações pelo impeachment de Dilma Rousseff, o primeiro ato de um golpe de Estado de novo tipo, que abriu caminho, primeiro, à posse de Michel Temer em 2016, e seguiu com a condenação, sem provas, em tempo recorde em segunda instância de Lula, inviabilizando sua candidatura nas eleições de 2018.

Seguiu-se com Temer um programa de máxima austeridade, retirada de direitos dos trabalhadores – alterações na legislação trabalhista, congelamento das despesas não financeiras do orçamento da união (A Emenda Constitucional 95) por 20 anos, reformas da previdência, redução do custo da força de trabalho e transferência de fundo público para o setor privado. Posteriormente, a vitória de Bolsonaro nas eleições, com 55% dos votos válidos se legitimou com um discurso de ódio, apologia à violência “contra a esquerda”, “contra bandidos e vagabundos”, em defesa dos “cidadãos de bem”, “contra todo tipo de movimento em defesa dos direitos humanos, contra as opressões de gênero e a LGBTfobia, ecológico e de defesa indígena, além de organizações de professores, cientista, artista e produtores culturais em sentido amplo” (Mattos, 2020, p. 167)

Esses aspectos evidenciam que o projeto da extrema direita se consolidou progressivamente, não sem resistências e contrapontos. A ênfase a essa estratégia ideológica é fundamental para entender o fenômeno do bolsonarismo, a defesa da ditadura militar e do terrorismo de Estado (com ampliação de sua audiência na mídia) e a busca de uma teoria de base neofascista – sob influência do reacionarismo de Olavo de Carvalho que articulou o pensamento da ultradireita estadunidense. Uma denúncia ao chamado “marxismo cultural”, onde se formou “uma longa marcha da esquerda para controlar os aparatos de ensino e a produção cultural e

mediática centrada em elementos como a negação das crenças cristãs e a valorização de um ‘novo homem comunista’.

Um terceiro elemento está diretamente relacionado ao alinhamento entre Bolsonaro e a chamada “bancada da Bíblia”, associando-se ao pastor Everaldo e seu Partido Social Cristão, afinado com pautas morais dos políticos vinculados às denominações pentecostais, tendo em vista denunciar a difusão da ‘ideologia de gênero’ nos programas e práticas educacionais. Processo que resulta de um crescimento progressivo de lideranças evangélicas e sua inserção nas parcelas mais empobrecidas da população.

Conforme destaca Mattos (2020, p. 179):

Predominaram ao longo das últimas décadas elementos de uma concepção teológico-política conhecida como ‘teologia da prosperidade’, que sustenta uma ideologia de adaptação à ordem por meio da ideia de esforço individual e aliança a expansão empresarial das igrejas em diversos setores econômicos, particularmente no das comunicações.

Essa articulação também se adensa pelo discurso reacionário em resposta à violência cotidiana pela ação estatal ou miliciana, expressão política e midiática dos “princípios” de proteção, justiça privada, dos cidadão de bem, combinando com o discurso anticorrupção capitaneando os novos movimentos de direita que foram as ruas contra o governo Dilma em 2015, desde o ano anterior se reciclam organizações que convocaram os atos da direita, o Movimento Brasil Livre (MBL), o “Vem pra rua” e o “Revoltados on line”, configurando uma multiplicidade de aparelhos privados de hegemonia, responsáveis pela formulação de projetos de poder e difusores da ideologia de mercado e do reacionarismo.

Esses elementos ideológicos se expressam no Programa de Governo de Bolsonaro “O caminho da prosperidade”, sob o slogan, “Brasil acima de Tudo e Deus acima de todos” e em referência ao documento da Frente Parlamentar Evangélica. Segundo Lima (2019), seus eixos são: 1) modernização do Estado, via enxugamento da máquina administrativa e ampliação das parcerias com o setor privado; 2) Segurança jurídica, via ampliação dos contratos para viabilizar novos investimentos estrangeiros; 3) Segurança fiscal, via modernização tributária, previdenciária, reponsabilidade fiscal e comercial; e 4) Revolução na educação, via combinação entre meritocracia/empreendedorismo e o reforço à concepção da escola sem ideologia e sem partido. No plano econômico, a garantia da estabilidade macroeconômica via ajuste fiscal permanente, reformas da previdência e tributária, independência do Banco Central, concessões ao setor privado e modernização da legislação trabalhista, fim do monopólio da Petrobrás no gás natural. Bem como

políticas de alívio mínimo à pobreza com programas de renda mínima restritas ao chamado auxílio emergencial.

Lacerda (2021, p.38) destaca o processo penal de exceção, nas bases históricas da formação social brasileira, se legitima e se fortalece, combinando manipulação da justiça, das forças policiais e dos serviços de inteligência com um sistema criminal que se constrói a partir dos interesses das elites, em uma estrutura camuflada na qual convivem Estado de direito, Estado de exceção e polícia militar. O processo penal de exceção, desse modo, se estrutura por duas dimensões: 1. Intensificação da criminalização da pobreza, que segue reproduzindo uma relação oligárquica e escravocrata de dominação das classes populares; 2. Criminalização da resistência democrática, com repressão ao pensamento crítico, eliminação física e simbólica de todos os obstáculos à tirania de mercado.

A análise sobre hegemonia não se resume a relação dialética entre consenso e coerção, mas é nesse movimento que ela se constitui. O que, para a reflexão aqui exposta, é essencial, pois a história não é linear, sobretudo quando se trata de explicitar a correlação de forças que se materializa na organização das contraofensivas à organização de movimentos sociais/populares e a ampliação da socialização política que se desenhou no período entre os anos 70 e 90 do século XX. O projeto conservador reacionário que foi gestado nesse período combinou diferenciadas respostas que transitaram entre o aumento da censura e da repressão, as tiranias pessoais e o reforço às intervenções imperialistas via ditaduras de segurança nacional. Assim, as respostas reacionárias se dão em um movimento de disputas e coalisões entre valores e práticas conservadoras e forças progressistas, agudizados em contextos de crises orgânicas. É nesse espaço que se materializam os retrocessos na história, assim, o aumento de grupos feministas, mais plurais com debates e questões sobre o corpo, a sexualidade, o aborto, a saúde, as estruturas hierárquicas familiares, avanços nas legislações (Lei Maria da Penha, que criminaliza os feminicídios, fim da concepção do adultério feminino, entre outros) convergiram para a predominância de um projeto reacionário como contraofensiva.

Rovai (2021, p. 295) ressalta que a reação aos avanços acima descritos se articulou combinando um discurso reacionário, negacionista e o culto ao politicamente antiético. O governo Bolsonaro propagou estereótipos sobre as mulheres, que contribuíram para aumentar a discriminação e o machismo estruturais, extinguiu órgãos fundamentais nas políticas públicas de saúde e de responsabilização do estado frente à criminalização da violência de gênero. Segundo a autora “o Brasil está entre os primeiros quanto à prática do (trans) feminicídio, desmascarando a representação enganosa de uma cordialidade nacional”. Foi criado, nesse conjunto, o Ministério da

mulher, da família e dos direitos humanos, sob o comando de Damara Alves, em que o princípio central refere-se aos velhos e tradicionais papéis e lugares sociais conferidos às mulheres com base na família tradicional, nuclear e nas narrativas religiosas fundamentalistas, o que também contribuiu diretamente para o aumento nas subnotificações de registros de violência em delegacias, o linchamento moral de mulheres nas redes e meios de comunicação para justificar crimes.

A origem desses processos é anterior, remonta à doutrina reacionária e militarizante dos governos Ronald Reagan (EUA, 1981-1989) e Margaret Thatcher (Reino Unido, 1979-1990), configurando em linhas gerais – a linha econômica e direção político-ideológica-cultural que forjou o neoliberalismo, dada a última etapa da guerra fria e a derrocada do modelo soviético de socialismo. Para a América Latina esse processo revelou um conjunto de medidas mais perverso, dado o enfraquecimento, em certa medida, das correntes de esquerda e ao império ideológico forjado pela “nova direita” e a chamada hegemonia norte-americana.

A recomposição da direita se consolida frente às experiências progressistas que se seguiram na América Latina entre os anos 1980 e 1990, e apresentaram alguns êxitos, porém, restritos ao campo político. Segundo Castro (2012) “as conquistas obtidas pelas esquerdas desde fins dos anos 1990 expressavam respostas populares à deterioração das condições de vida, à frustração das expectativas sociais e à consequente mudança de estado de espírito de uma massa de eleitores. Esses êxitos, contudo, ocorreram geralmente no campo político, sem terem mobilizado outros planos sociais”. Esses limites contribuíram sobremaneira para as condições que rearticularam as direitas, que, mantiveram seus eixos no plano econômico e ideo-cultural, revelando que não houve abalo significativo nas estruturas de poder que gravitam em torno da direita – quanto aos recursos institucionais e controle midiático/jornalístico. Ainda que a organização da chamada “nova direita” pressuponha princípios relativamente padronizados, sua materialização resguarda distinções relacionadas aos processos históricos dos países que compõem a América Latina e a suas respectivas realidades nacionais.

O breve período progressista que tentou legitimar experiências mais democratizadoras seguido de crises produzidas pelas políticas neoliberais, desdobrou um quadro social de fragilidade nos empregos, degradação dos serviços e dos direitos sociais, exacerbação da violência de Estado, entre tantos outros aspectos que sintetizam o desmonte social. Esses elementos aliados a uma forte difusão dos meios de comunicação corroboraram para o progressivo descrédito ao sistema institucional democrático restrito ao parlamento. Aflora, assim, “o discurso antipolítico, que capitaliza o desgaste do sistema político vigente e descarta os recursos clássicos da política – seus líderes, partidos e instituições – mencionando-os como mentirosos, ineficientes e corruptos”

(idem) Evidentemente que essa estratégia é determinada pela estratégia de garantia da liberdade de circulação de capitais, restabelecer e ampliar a taxa de lucro, via crença de que é atribuição/missão dessa “nova direita” salvar o sistema econômico, reinstaurar a hegemonia. Processo que se legitima via “um discurso messiânico, como o de uma cruzada contra os vícios da política tradicional, ao mesmo tempo em que faz a exaltação dos métodos e líderes empresariais eficientes”, conferindo assim, um reforço, ainda que “velado”, ao reacionarismo.

Castro menciona o “Projeto para o novo século americano”, que inaugura uma grande ofensiva neoconservadora para o século XXI, fusão entre o partido das ideias com o partido dos negócios, apoiadores de Georg W. Bush, que buscaram:

implementar uma cruzada conservadora no plano cultural e moral, erradicando a concepção laica da vida – impondo desde a obrigatoriedade das orações nas escolas públicas, até a proscrição da teoria de Darwin –, combatendo o igualitarismo, o ecologismo, o feminismo e a tolerância sexual, entronizando o período da segurança sobre as liberdades civis (Castro, 2012, p. 155).

No plano ideológico trata-se de criar inimigos à segurança, à disciplina, às hierarquias que ameaçam a ordem social, tendo em vista justificar o Estado de exceção, transformando disputas políticas e socioeconômicas que desenham a correlação de forças, em conflitos etnoculturais e religiosos, criminalizando as pautas identitárias e de lutas contra as opressões. Tais dimensões se expressam “tanto nas políticas diretamente dirigidas a beneficiar grandes corporações quanto na defesa do fundamentalismo cristão, na entronização da noção estadunidense de civilização e de democracia ocidental por qualquer meio, incluindo o militar” (idem).

As direitas na América Latina mantêm relações diretas com essa estratégia, atuando também nos processos de manipulação da opinião pública, via mídia, fake News, mantendo o predomínio midiático do chamado populismo de direita, articulado ao moralismo e radicalismo reacionário. Essas medidas, entre tantas outras, que expressam a lógica do Governo Bolsonaro, revelam traços de um projeto nacional que corrobora com um Estado violento, patriarcal, racista, e alimenta econômica e ideologicamente a “tese” de que a crise é agravada pela chamada ideologia de gênero, que se articulam aos ataques ao conjunto das trabalhadoras e trabalhadores via contrarreformas que se aprofundam e atingem mais perversamente as mulheres, e, nelas, as mulheres negras, para a precarização, intensificação do trabalho.

A cruzada antigênero é parte constitutiva desse processo. No intuito de devolver ao campo do “privado” as violências de gênero, várias iniciativas de rearticulação de forças conservadoras reacionárias se intensificaram nos últimos anos – O Partido de extrema direita Vox (na Espanha)

difundiu o rechaço as leis chamadas de “totalitárias” da ideologia de gênero que revelam um “feminismo opressor”; a realização do Congresso Mundial da Família, sediado em Verona na Itália, que difundiu e legitimou a defesa da família natural como a única unidade estável e fundamental da sociedade, ganhando forças grupos antiabortistas e homofóbicos. O que expressa um duplo eixo nessa resposta reacionária: o feminismo neoliberal e a cruzada antigênero. Burgueño e Martínez (2019, p. 55-56) destacam os vínculos globais entre essa nova direita conservadora e cristã que tem sujeitos como Vladimir Yakunin (ex-agente da KGB) e Steve Bannon (ex assessor de Donald Trump) seus principais representantes. As autoras afirmam: “las corrientes católicas, evangélicas y ortodoxas convergen con la extrema derecha en temas como la oposición al aborto, al matrimonio homosexual y a la educación sexual en las escuelas, a la vez que comparten un punto de vista racista y xenófobo”. O ascenso do bolsonarismo resulta desse crescimento do fundamentalismo religioso, da articulação reacionária tanto nas igrejas católicas quanto nas evangélicas que intensificaram e fortaleceram os projetos populistas de direita. Aqui também se consolidou a invenção da ideologia de gênero, de origem católica e europeia, foi também apropriada e apoiada pela bancada evangélica – na denúncia a um pretensão marxismo cultural, ao feminismo que ameaça a ordem e a família, e ao movimento LGBTQIA+.

Em nome da mentalidade cristã fundamentalista “o governo Bolsonaro lançou campanha de combate à gravidez precoce por meio do estímulo à abstinência sexual, voltando-se ao ideal da família tradicional brasileira e uma moral que renega a libido juvenil, retira a ciência a capacidade de informar sobre doenças venéreas, impede a liberdade feminina sobre seu corpo”. (Rovai, 2021, p. 296) A violência de gênero e o discurso conservador da família tradicional, propagados e incentivados por esse governo e seus apoiadores têm a fundamental função de aprofundar as diferenças no campo da divisão sexual/internacional do trabalho. Via manutenção dos níveis salariais baixos, uma vez que as mulheres ganham em média 30% a menos; e a exacerbação no campo dos cuidados demandada às mulheres. São as mulheres dos setores mais empobrecidos da classe trabalhadora aquelas que carregam o fardo da precariedade e mobilizam os mecanismos formais e informais de enfrentamento à desigualdade, face que se agravou após a pandemia. Assim o trabalho no lar não é mercantilizado, ele produz valores de uso “a importância social do trabalho doméstico para o capital – o fato de que a produção e reprodução da força de trabalho é uma condição essencial que reforça a dinâmica do sistema capitalista, possibilitando que o capitalismo se reproduza”. (FERGUSON; MCNELLY, 2017, p. 35-36)

Instaura-se assim uma ordem de gênero capitalista pautada em formas de controle que extrapolam a dominância masculina na relação entre homens e mulheres, mas também a

perpetuam. Ou seja, fundada em uma lógica patriarcal historicamente construída na articulação entre o modo de produção capitalista e o papel fundamental das famílias da classe trabalhadora para a produção e reprodução da força de trabalho. E, assim os mecanismos de controle articulados à dimensão cultural e econômica via Esta do.

Controle sobre a reprodução biológica, as formas de configuração da família, a criação das crianças e a necessária manutenção de uma ordem de gênero que transborda inclusive para as famílias monoparentais chefiadas por mulheres, aliando a necessidade da procriação e a função do cuidado nas particularidades biológicas exercidas pelas mulheres com a necessidade de autopreservação e propagação da ordem de gênero burguesa/moderna e suas formas socioculturais e institucionais de vida. Desse modo a desigualdade de gênero é inerente e necessária à reprodução da ordem burguesa, “a organização social da diferença biológica constitui uma pré-condição material para a construção das diferenças de gênero”. (idem)

Essa análise associada às características do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo também aponta diferenciações na apropriação do *trabalho reprodutivo*. Nas sociedades de capitalismo dependente esse processo assume perspectivas de exploração mais perversas e estruturais. A produção da riqueza deve prever a obtenção de lucros tanto para a burguesia nacional quanto para atender aos interesses e necessidades do capital imperialista via trocas desiguais, fator intensificado estruturalmente na América Latina.

Badaró (2017) quanto à superexploração, destaca que seu objetivo central é extrair mais valor em quantidade suficiente para distribuir lucro capitalista para o capital nacional e estrangeiro. Resgata ainda a análise marxiana de que a ampliação da extração da mais-valia se realiza sob diferentes formas, sendo elas: 1) ampliação da jornada de trabalho; 2) introdução de avanços tecnológicos, mais máquinas, mais equipamentos com o mesmo número de horas, mesma quantidade de trabalhadores produzindo mais mercadorias; 3) remuneração da força de trabalho abaixo do nível de reprodução média da mesma (o que é exceção em sociedades de capitalismo imperialista torna-se regra no capitalismo dependente), com pagamentos de salários que inviabilizam a sua reprodução adequada e provocam seu desgaste. Combinando o controle via Estado, da manutenção desse patamar tendo em vista interromper e impedir qualquer possibilidade de luta contra essa exploração, no objeto em análise, via controle dos corpos, políticas sociais focalizadas, perpetuação de estratégias contrarrevolucionárias e reformas ultraliberais. A partir dessa digressão histórico-conjuntural é possível mapear algumas dimensões de análise gramscianas que contribuem para o desvelar desses processos:

1. As bases constitutivas da hegemonia em sua relação com os processos ideológicos dos projetos nacionais tendo em vista a disputa entre os aparelhos privados de hegemonia vinculados aos interesses das classes sociais em disputa. Na interrelação entre autonomia-subalternidade-hegemonia, sair da passividade à atividade das classes subalternas. A construção ideo-política das consciências coletivas na luta hegemônica é central, sobretudo se o horizonte é a dimensão universal com fim último, ou seja, a unidade econômico/política e intelectual/moral, a partir da consolidação da hegemonia política e cultural de um grupo social sobre uma sociedade inteira.
2. O entendimento do feminismo a partir da leitura gramsciana no que se refere a análise da hegemonia e sua relação com a produção de consensos. Essa articulação é essencial a pensar as estruturas de dominação e opressão desde que a politização da pauta feminista se localizou no mote “o pessoal como político” até as estratégias conservadoras em âmbito mundial e, na particularidade brasileira após o ascenso da extrema direita no poder, que consolidou uma cruzada anti-gênero nos embates político-culturais.
3. É na disputa entre concepções de mundo e, sobretudo, com o sentido comum imperante – neoliberal, colonial, patriarcal, que, historicamente foi se configurando a luta feminista, no Brasil, essa face se expressa nos movimentos como o #Elenão, na persistente luta pela descriminalização do aborto e pela vida das mulheres, dimensão exacerbada com a pandemia da COVID 19. Há uma linha de continuidade entre os processos de dependência ao imperialismo que segue no controle da reprodução biológica para o favorecimento dos interesses políticos e econômicos na América Latina, tendo em vista a preservação do trabalho doméstico, repondo a relação entre feminismo e a luta revolucionária. A resistência construída a partir da exacerbção dos processos de mudanças introduzidas na posição social das mulheres e na produção da força de trabalho. A degradação das mulheres – via superexploração do trabalho, via inserção central do trabalho doméstico não-remunerado e submetidas às formas mais violentas de controle, reatualizam, por um lado, o patriarcado e suas lógicas, e, por outro, rearticulam as resistências.

O que repõe a questão da subjetivação política e seus meandros na guerra de posição instaurada no contexto da luta de classes e, nela, a luta hegemônica. No estudo das classes subalternas há que se compreender como se formam os grupos subalternos e como se desenvolvem no processo de produção econômica, a sua difusão quantitativa, a existência de organizações próprias no terreno das reivindicações econômico-corporativas, bem como, a formação de seus

intelectuais orgânicos. A luta feminista, articulada a um processo unitário e totalizante revela-se como uma forte tendência de potencialização da disputa hegemônica no conjunto da correlação de forças, sobretudo quando se parte do debate sobre o trabalho e a pauta da reprodução social.

REFERÊNCIAS

BADARÓ, Marcelo. **Sete notas introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil**. Rio de Janeiro, Consequência, 2017.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? Tradução de Maria Mee Silva. In: **Revista Outubro**, n. 32, 1º semestre de 2019.

BURGUEÑO, Cynthia Luz. MARTINÉZ, Josefina L. Patriarcado y Capitalismo. **Feminismo, clase y diversidad**. España: Ediciones Akal, 2019.

BRUM, Eliane. Banzeiro òkòtó. **Uma viagem à Amazônia Centro do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

CASTRO, Nils. **As esquerdas latino-americanas em tempos de criar**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

ESCORSIM, Leila. O conservadorismo clássico. **Elementos de caracterização e crítica**. São Paulo, Cortez, 2011.

FERGUSON, Susan. McNally, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. In: **Revista outubro**, n. 29, novembro de 2017.

GRAMSCI, Antônio. Maquiavel, notas sobre o Estado e a Política. **Cadernos do Cárcere**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol. 03.

LACERDA, Fernando Hideo I. Da lavajato ao bolsonarismo: a manipulação das instituições republicanas para realização de objetivos políticos escusos. In: Sá, Thiago Antônio de Oliveira. **Extremo: o mandato Bolsonaro**. Curitiba: Kotter Editorial, 2021.

LIMA, Katia. El desafío educativo brasileño y la ofensiva ultraconservadora del capital. In: **Revista Universidade e Sociedade**, ano XXIX, outubro/2019. Brasília: ANDES-SN, edição especial América Latina, 2019 (pp. 8-39).

MATOS, Marcelo Badaró. Governo Bolsonaro. **Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. São Paulo, Usina Editorial, 2020.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. A cruzada Bolsonarista pela moral: os “bons costumes” que ferem a vida. In: Sá, Thiago Antônio de Oliveira. **Extremo: o mandato Bolsonaro**. Curitiba: Kotter Editorial, 2021.

MULHERES, RESISTÊNCIAS FEMINISTAS NA LUTA ANTIFASCISTA NO BRASIL?

WOMEN, FEMINIST RESISTANCE IN THE ANTI-FASCIST STRUGGLE IN BRAZIL

Maria Mary Ferreira¹

Resumo

A surpreendente eleição da extrema direita no Brasil, após um período em que se ampliaram direitos sociais, como nunca vistos, tem sido tema de debate recorrente, na academia que considera esse momento relacionado ao enfraquecimento das organizações sociais no País e às crises econômicas. Ao lado desse debate se inserem as discussões, acerca das resistências que emergiram nesse período, contribuindo para fortalecer a oposição ao governo fascista de Bolsonaro, que ao expor sua política recessiva e privatista traz consigo vieses machista, patriarcal e racista. Os movimentos feministas se constituíram em todo o Brasil, uma forte resistência ao governo, com ações pontuais de denúncias e nos atos pelo Impeachment, que tomaram ruas e praças em todo o País, no Ano de 2021. Neste texto refletimos sobre o fascismo e suas narrativas que interditarão o debate democrático, interferindo nas instituições democráticas entre as quais o Congresso Nacional, e apresentamos a contribuição dos movimentos feministas, para denunciar as contradições do Estado brasileiro e da extrema direita que se instalou no Brasil

Palavras-chave: Fascismo; Movimento Feminista; Gênero-Política; Brasil

Abstract

The surprising election of the extreme right in Brazil, after a period in which social rights were expanded, as never seen before, has been the subject of recurrent debate in the academy that considers this moment related to the weakening of social organizations in the country and the economic crises. Alongside this debate are discussions about the resistance that emerged in this period, contributing to strengthen opposition to Bolsonaro's fascist government, which by exposing its recessive and privatist policy brings with it sexist, patriarchal and racist biases. Feminist movements were constituted throughout Brazil, a strong resistance to the government, with specific actions of denunciations and in the acts for the Impeachment,

¹ Professora Associada do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Doutora em Sociologia/Unesp/FCLAr e Pós Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade do Porto/PT. E-mail: mmulher13@hotmail.com.

which took over streets and squares throughout the country, in the Year 2021. In this text we reflect on fascism and its narratives that interdicted the democratic debate, interfering with democratic institutions, including the National Congress, and we present the contribution of feminist movements, to denounce the contradictions of the Brazilian State and the extreme right that has settled in Brazil.

Keywords: Fascism; Feminist Movement; Gender-Politics; Brazil.

INTRODUÇÃO

Os tempos sombrios que se abateram sobre o Brasil, a partir do impeachment (golpe) de Dilma Rousseff, em agosto de 2016, trouxeram mudanças profundas na vida dos brasileiros, em especial, na vida das mulheres cujos reflexos são visíveis na exacerbação da violência, fruto da cultura patriarcal que perpassa a vida pública e privada, e que interfere de forma direta na cidadania das mulheres.

O discurso conservador, patriarcal e machista, que transcorreu em todo o processo do golpe evidencia que o patriarcado no Brasil tem cor, classe e lado, haja vista a forma como a mídia nacional veiculou e se encarregou de criar uma imagem negativa da presidenta, retratada em muitas situações de forma pouco convencional ou mostrando desequilíbrio, insegurança, contribuindo, dessa forma, para seu desgaste, justificando assim, o golpe. O desdobramento do golpe ou as consequências do mesmo trouxeram à tona, um conjunto de dilemas, ainda não superados no Brasil: por um lado, os fascismos que ficaram camuflados, durante as três últimas décadas e que se manifestaram em diversos atos capitaneados pelo atual presidente; e de outro, a violência de gênero e a sub-representação das mulheres no poder, expressas nos indicadores sociais e nos dados apresentados neste estudo, fato que mostra a vitalidade do patriarcado proclamada e expressa nos discursos e nas ações dos dirigentes, que hoje dominam o cenário nacional.

O que se observou, a partir do golpe, foi um retrocesso político nunca visto na história republicana do Brasil, contribuiu para isso as medidas tomadas pelo governo de Michel Temer (2016-2018), de congelar os gastos com o setor público e extinguir programas sociais, que comprometeram a vida e a dignidade dos brasileiros. Os reflexos dessas medidas ficaram evidenciadas ainda no aumento da violência e do feminicídio cujos números surpreenderam a sociedade e mobilizaram os movimentos feministas, de norte a sul do País. Os indicadores divulgados pelo Atlas da Violência publicado pelo IPEA (2019) indicam, que a taxa de homicídios de mulheres no Brasil aumentou no ano de 2017. Neste ano 4.936 mulheres foram mortas, dessas 1.133 foram vítimas de feminicídio. Em 2015 foram assassinadas 4.621 e no ano seguinte (2016)

foram mortas 4.645 mulheres. Os dados apontam que a cada dia 13 mulheres foram assassinadas. (IPEA, 2019).

A esses dados soma-se a problemática da sub-representação, que impõe às mulheres, o isolamento das questões públicas, uma vez que a sub-representação segundo Ferreira (2019) exclui e isola as mulheres das instâncias de decisão, anula seu potencial de ação e desqualifica sua participação política, tal qual foi feito no processo do impeachment. Vale destacar que a sub-representação das mulheres nos espaços de poder é um dos pontos tratados no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres aprovado em 2013-2015. Este documento, em especial no Capítulo V que trata do Fortalecimento e Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão, determina que o estado deve:

Fomentar e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão, por meio da promoção de mudanças culturais, legislativas e institucionais que contribuam para a construção de valores e atitudes igualitárias e democráticas e para a construção de políticas para a igualdade. (BRASIL, 2013, p. 53).

Assim, o número ínfimo de mulheres na Câmara Federal no Brasil – 15% - reflete esse modelo capitalista e patriarcal, largamente denunciado pelos movimentos feministas que têm associado a sub-representação às dificuldades de pautar o debate de questões centrais como a violência de gênero, desigualdade salarial, representação política, dupla jornada de trabalho e outras questões relevantes, como os direitos sexuais e reprodutivos e o feminicídio.

Ao propor este artigo, pretende-se chamar atenção para a atual conjuntura pela qual atravessa este País, refletindo, sobretudo, como a violência e o patriarcado, enquanto sistema de dominação e exploração das mulheres, encontra-se presente na ação pública dos atuais dirigentes do País, que ao coisificar a mulher anulam sua importância no contexto social e político.

Neste texto serão apresentadas reflexões que se articulam para pensar sobre a onda conservadora que se espraia pelo mundo, e que no Brasil se fortalece nas disputas que se travaram na eleição de Dilma Rousseff, em 2014. Foi uma onda que favoreceu e favorece o discurso fascista e patriarcal, que anula as mulheres, responsabilizando-as e culpabilizando-as da crise mundial, que reflete na sociedade capitalista e que culminou com o enfraquecimento da democracia no Brasil, e incidiu sobre o golpe de 2016. Golpe esse, denunciado e combatido pelos movimentos sociais, entre os quais destaca-se os movimentos feministas, que cumprem o importante papel de denunciar as contradições do machismo escancarado, impregnado nas diversas instituições do País, traduzidos nos assédios moral e sexual naturalizando a subordinação das mulheres.

A EXPRESSÃO DO FASCISMO NO BRASIL: É MACHO, É BRANCO E ELITISTA

O fascismo é um movimento político que expressa o pensamento da direita conservadora, que traduz os extremismos e modo de pensar e agir de segmentos que pregam a divisão de classe, que atuam para destruir a democracia e negam qualquer possibilidade de construção do estado de direito. Sua prática de negação do debate político e silenciamento das instituições democráticas, reflete nas ações praticadas por fascistas que estiveram à frente de regimes, tais como: Benito Mussolini, Hitler, que não titubearam em fechar Congressos, em fechar universidades, em proibir e silenciar pessoas, com prisões e mortes, que denotam a crueldade desse tipo de regime. Os fascistas de hoje, personificados nas figuras de dirigentes de nações como os Estados Unidos, que elegeram Donald Trump (2017-2021), Viktor Mihály Orbán (desde 2010 e reeleito na Hungria em 2022), entre outros, e agora Jair Bolsonaro, eleito no Brasil em 2018.

Para compreender o fascismo e suas múltiplas formas de se expressar é importante, primeiramente, compreendê-lo como um adversário feroz da luta dos trabalhadores e de suas conquistas históricas, que garantiu à classe trabalhadora superar a condição de escravidão para almejar viver com humanidade e dignidade.

Para Zetkin (2019, p. 33) “a luta contra o fascismo é também uma questão de sobrevivência para qualquer trabalhador, uma questão de acesso ao pão, a condições de trabalho e qualidade de vida para milhões e milhões de explorados”. Ao refletir sobre o fascismo, Trotsky (2018, p. 70) considera que:

O fascismo não é simplesmente um sistema de repressão, de atos de força e de terror policial. O fascismo é um sistema de Estado particular, baseado no extermínio de todos os elementos da democracia proletária na sociedade burguesa. A tarefa do fascismo não consiste somente em destruir a vanguarda proletária, mas também em manter toda a classe num estado de fragmentação forçada.

Ao buscar as raízes do fascismo Zetkin (2019) considera, que nas suas raízes estão a destruição da economia capitalista em decorrência da guerra, fato que empobreceu grandes massas de trabalhadores, bem como pequenos e médios produtores, e os intelectuais que tiveram perdas imensuráveis nos seus salários. Essa situação contribuiu para que o fascismo galgasse apoio crescente, entre os desiludidos e entre a pequena burguesia, e assim, foi ganhando as massas dos descontentes, conquistado a partir de ações demagógicas, que se colocavam incitando a insatisfação

geral. Zetkin (2019, p. 48) considera ainda, que: “A burguesia, fosse industrial ou agrária, patrocinou abertamente o terrorismo fascista, apoiando-o com dinheiro ou de outras maneiras”.

O início do fascismo na Itália, segundo Zetkin (2019, p. 53) se deu a partir de um programa bastante atrativo para as massas, desde uma representação proporcional e o direito de voto às mulheres, promessas não cumpridas e ilusões que foram aos poucos, sendo desmascaradas pela classe trabalhadora. Para Michael Löwy (2019) é importante compreender o fascismo no atual contexto denominado pelo autor de neofascismo, pois o fascismo está associado à ascensão da extrema direita e em muitos países (Europa, Estados Unidos, Índia, Birmânia, Brasil) o “inimigo” expressa as contradições específicas de cada país ou região do mundo, ou seja, o fascismo tem características próprias em cada nação: tem países como França que elegeram como inimigos os muçulmanos e os imigrantes; em outros são as minorias religiosas, tem países que predomina o nacionalismo xenofóbico e o racismo, observa-se também o ódio à esquerda, ao feminismo, aos homossexuais e no Brasil o ódio aos nordestinos.

Ao buscar uma explicação para o fenômeno que emerge no início do Século XX e se espalha no Século XXI Löwy considera que seu ressurgimento é fruto da “[...] crise financeira do capitalismo, iniciada em 2008, e suas consequências: depressão econômica, desemprego, marginalização” (LÖWY, 2019, p. 2), esses foram fatores que interferiram para garantir a vitória de Trump, nos Estados Unidos. No Brasil, entretanto, há diferenças. Enquanto em vários países europeus há certa continuidade política e ideológica entre movimentos neofascistas atuais e o fascismo clássico dos anos 1930, no Brasil o fenômeno Bolsonaro tem pouca ou nenhuma relação com essa matriz antiga, está mais relacionada a luta contra a corrupção:

[...] é uma velha tradição, desde os anos 1940, dos conservadores: se levanta a bandeira do combate à corrupção para justificar o poder das oligarquias tradicionais e, segundo o caso, legitimar golpes militares. Bolsonaro conseguiu manipular este sentimento legítimo de indignação contra os políticos corruptos para se impor, e venceu a disputa de opinião na sociedade, ao identificar (falsamente) o PT como o núcleo do sistema político do Estado brasileiro e como o principal responsável pela corrupção (LÖWY, 2019, p. 6).

No Brasil, o processo de fascização se intensifica com os movimentos de 2013, que tendem a interferir nas eleições de 2014, polarizada entre as candidaturas de Dilma Rousseff/PT e Aécio Neves/PSDB. A derrota da direita, liderada por Aécio Neves/PSDB, e sua recusa em aceitar os resultados eleitorais forjou um clima de descontentamento entre seus adeptos, além disso, o clima de animosidade foi intensificado pela grande imprensa, pelo Congresso Nacional e pelos setores conservadores, dentre os quais, latifundiários e pastores de igrejas neopentecostais, que passaram

a dominar a maioria das cadeiras no Congresso Nacional. A fragilidade da bancada de esquerda e a pressão da bancada evangélica contribuíram para acirrar, mais ainda, as indisposições contra a Presidenta eleita, Dilma Rousseff. Não se pode desconsiderar, que o clima criado no período que precede o golpe foi de intolerância, de ódio ao Partido dos Trabalhadores e aos seus apoiadores, foi também de exacerbação do elitismo e da misoginia, que propagados de forma agressiva incitava a população aos atos “Fora Dilma”, reforçados pelos painéis da classe média, aumentando mais ainda o clima de indisposição contra o Governo Dilma Rousseff.

Nesse período, não foram poucos os atos de intolerância vivenciados pelos que tinham pensamentos divergentes, especialmente nos espaços universitários, que passaram a ser locais vigiados pelos conservadores, ao tempo em que ascende os debates sobre a Escola Sem Partido e o Movimento Brasil Livre (MBL), que juntamente com o discurso das igrejas neopentecostais passa a disseminar a ideologia da família patriarcal, veiculada como modelo ideal a ser seguido.

O processo de fascização no Brasil que se intensificou nas eleições de 2014, se fortalece no processo eleitoral culminando com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, até então um deputado medíocre, visto como bobalhão. Sua ascensão meteórica, semelhante a de Collor de Melo, que em 1989, que ficou conhecido como o “Caçador de Marajás” e, que se firmou no cenário político com discurso antissistema, assim foi a projeção do atual Presidente. Para Coutinho (2021, p. 234):

Ao apresentar-se como o candidato antissistema, com um discurso conservador que remete a construção de um país, como também de uma família, tradicional, ordeira, defensora dos “bons costumes”, contra a corrupção - que dá a razão para o Golpe orquestrado em 2016 contra a presidente eleita, Dilma Rousseff - Jair Messias Bolsonaro logrou ganhar as eleições. Angariou votos de todas as camadas sociais, um fenômeno a estudar com rigor. Explicamos: o seu discurso foi (é) abertamente conservador e autoritário; desperta e alimenta o ódio contra os negros, nordestinos, mulheres, homossexuais e, claro, todos os que estão no espectro da esquerda: democratas, socialistas, comunistas, traduzido e alimentado por um antipetismo visceral.

O que se viu com a ascensão de Jair Bolsonaro foi o acirramento do ódio e o recrudescimento da violência étnico-racial e da violência de gênero, expresso nos dados que denotam o aumento exacerbado do fenômeno. Essa violência foi largamente disseminada, no momento que se constituíram as forças reacionárias para dar o golpe na Presidenta Dilma Rousseff. As simulações de estupro feitas para atingir a moral da Presidenta refletiram, sobremaneira, na sociedade brasileira, assim como o processo do *impeachment*, no decorrer das audiências públicas no Congresso. O clima de deboche, de disputa e agressão pessoal imputado a então presidenta,

demarca a falta de princípios éticos e políticos, que moveram a ação do Congresso, naquele momento histórico. O que ficou evidenciado nos atos que culminaram com o golpe na sessão, de 17 de abril de 2016, com falas que atestam o machismo e a misoginia dos deputados e deputadas



Fonte: <https://m.leijaja.com/politica/2022/08/31/tchau-querida-relembra-votos-e-falas-do-impeachment/>

brasileiras nessa data, marca o ápice do processo de fascização no Brasil. As imagens falam por si só:

A expressão “tchau querida” se somam a outras declarações que denotam a agressão à Presidenta Dilma Rousseff, uma das mais violentas foi a do atual presidente, e então deputado, Jair Bolsonaro, que declarou: “Pela família e pela inocência das crianças em sala de

aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de S.Paulo, pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”. Outra, por demais violenta, foi a do então Presidente do Congresso, Eduardo Cunha (PMDB), preso, logo após o golpe, declarou: “Que Deus tenha misericórdia dessa nação. Voto ‘Sim’”. (XAVIER, 2017, p. 2).

O que se viu, a partir de então, foi a naturalização e banalização da violência de gênero, que mesmo no período de confinamento da população, em virtude da Covid 19, não arrefeceu; ao contrário, aumentou consideravelmente. Segundo estudos de Dias e Ferreira (2020, p. 260):

[...] esse é um fato banalizado por alguns setores da sociedade com visões distorcidas sobre o fenômeno, cujos resultados não podem ser resumidos em um simples desentendimento episódico de um casal, [...] Não pode ser visto apenas como uma crise motivada pelo ciúmes de um homem “que não sabe controlar as emoções”. Não! Esse aumento da violência é resultado da falta de políticas públicas mais audazes, planejadas e articuladas de forma a garantir resultados satisfatórios.

O aumento da violência de gênero está associado também, à questão política e ao processo de desqualificação e coisificação das mulheres, que carece de aprofundamento analítico e debate urgente dado os acontecimentos após o golpe e com o processo de fascização no Brasil.

As narrativas veiculadas com abordagem misógina no mundo da política têm sido práticas corriqueiras no cenário político brasileiro. Essas narrativas, segundo Ferreira (2022) interferem,

uma vez que atuam ideologicamente, como mecanismos de manutenção de discursos de inferiorização, que visam manter as “mulheres no seu lugar”. O lugar de coisas, de objetos e o lugar do privado “glorificados” pela família tradicional sob o argumento, de que são seus verdadeiros habitats naturais, pois foram destinados por Deus.

As cobranças feitas para a manutenção dos papéis sexuais têm como direção, a permanência das relações de poder, nas quais os homens exercem protagonismo e se sentem no direito de excluir, humilhar, agredir as mulheres. O recente episódio, envolvendo a Deputada Isa Penna (PSOL/SP), na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo ilustra bem essa assertiva. A deputada foi agredida pelo também deputado, Fernando Cury (Cidadania), que foi flagrado assediando a parlamentar ao abraçá-la por trás, tocando-lhe nos seios. As declarações da deputada denotam, o quanto esse tipo de violência expõe as mulheres: “Eu me sinto absolutamente exposta, eu me sinto absolutamente violada em diversos sentidos. Seja pelas minhas prerrogativas, enquanto mulher eleita, nas minhas funções, exercendo meu trabalho, exercendo meu papel ali” (ISA PENNA apud PERRONE, 2020).

As agressões sofridas pelas deputadas Maria do Rosário (PT), Isa Penna (PSOL), Talíria Petrone (PSOL), entre outras deputadas e vereadoras, a exemplo da Vereadora Katiane Leite (Pedreiras/MA) refletem a ideologia da inferiorização e da subalternidade, que pesa sobre as mulheres, vista por Perrot (2005) como uma tragédia, que começa com desde o nascimento. Por serem menos desejadas do que os meninos, tendo em vista que nas famílias patriarcais o filho varão é o mais esperado, por assumirem as tarefas de menor valor e por serem mais controladas do que os meninos, controle que é fruto de relações patriarcais e da educação diferenciada, as meninas vão se tornando mulheres com limites determinados: os homens tudo podem, as mulheres não! Não podem, nem mesmo, decidir se vão ter filhos, conforme nos revela Federici (2017, p.180):

[...] o Estado não poupou esforços na sua tentativa de arrancar das mãos femininas o controle da reprodução e da determinação sobre onde, quando, ou em que quantidade as crianças deveriam nascer. Como resultado as mulheres foram forçadas frequentemente a procriar contra a sua vontade, experimentando uma alienação de seus corpos, de seu “trabalho” e até mesmo de seus filhos.

Essa situação, que se reproduz em tempos atuais, quando se percebe o debate instaurado acerca do aborto mostra, que o patriarcado se mantém revigorado para justificar, os processos de exclusão e dominação das mulheres na sociedade. É uma categoria, que permite compreender como a diferença sexual tem sido convertida em diferença política, para naturalizar a sujeição das mulheres. Através do patriarcado é possível compreender, como os homens constroem suas

relações de domínio sobre as mulheres, sobre seus corpos, sobre suas vidas, uma vez que se representam acima das mulheres, anulando suas iniciativas e suas singularidades, ao ponto de silenciá-las em lugares públicos.

A negação de direitos ao mundo do trabalho, a livre expressão, ao prazer de viver e de sonhar, marca e limita, profundamente, a vida das mulheres e das meninas na esfera da família, e se aprofunda nos ambientes em que elas vão conviver no seu processo de socialização. Desses ambientes, o espaço da política é sem sombra de dúvida, o mais hostil. Essa hostilidade tem sido tema recorrente dos debates nos movimentos feministas, e se constitui um dos maiores desafios para os que, durante a última década, levantaram-se como uma força expressiva contra o fascismo no Brasil.

A LUTA FEMINISTA CONTRA O FASCISMO NO BRASIL

Falar de movimentos feministas é reconhecer a luta histórica das mulheres por direitos, por democracia e por igualdade. Em toda a história social, as mulheres foram força e presença nas lutas por emancipação nos diversos continentes. A negação e invisibilidade de sua presença durante séculos, não impediram que viesse à tona, a história de mulheres valorosas que resistiram e enfrentaram o patriarcado incrustado nas instituições milenares e, que permanecem vivas desafiando esse movimento responsável por diversos enfrentamentos, entre os quais a ousadia de dizer: “ELE NÃO” a Bolsonaro e ao seu projeto fascista.

Ao pensar em mulheres que fizeram história, vale destacar a obra de Chistine de Pizan, em seu memorável: *A Cidade das Damas*, lançado em 1405, que questiona sobre o porquê de a história e dos homens, em especial, terem negado a presença das mulheres na história, e porque descrevem esse segmento com tanta negatividade:

[...] quais poderiam ser as causas e motivos que levaram tantos homens, cléricos e outros, a maldizerem as mulheres e a condenarem suas condutas em palavras, tratados e escritos. [...] filósofos, poetas e moralistas, e a lista poderia ser bem longa, todos parecem falar com a mesma voz para chegar à conclusão de que a mulher é profundamente má e inclinada ao vício (PIZAN, 2012, p. 52).

Os questionamentos e críticas feitos por Cristine de Pizan no Século XV, assemelham-se aos questionamentos feitos por Sojourner Truth em 1841 para condenar os racismos e os machismos da sociedade americana, no Século XIX:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? [...] Eu pari 13 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 2014, p.1).

Esses questionamentos que datam de séculos atrás expressam os questionamentos, que as feministas continuam fazendo no Século XXI, neste tempo bolsonarista, que se vive no Brasil, quando se depara com os cerceamentos impostos às mulheres, cerceamentos estes que refletem em sua pouca inserção nos espaços de poder, nos salários desiguais, na sobrecarga do trabalho doméstico, na dupla jornada de trabalho. Consideramos que o silêncio acerca da presença e participação das mulheres na história republicana, e na construção do processo de redemocratização do Brasil, notadamente, durante as Décadas de Setenta e Oitenta; bem como, as ações dos movimentos feministas, resistindo ao regime militar revelam as formas expressivas de atuação desse segmento, no sentido de questionar e pressionar o Estado democrático, que estava em construção.

Os muitos exemplos, que denotam essa presença e contribuição estão transcritos nas páginas da Constituição de 1988, fruto de lutas e disputas que marcaram a presença das mulheres no contexto do Estado democrático, em formação após a ditadura militar. Tais lutas políticas, travadas na rua e nos bastidores da construção do Estado possibilitaram avançar, na criação de estruturas públicas e permitiram visibilizar a ação das mulheres por direitos e igualdade, expressos em muitos dos artigos que compõem a Constituição Brasileira.

A história dos movimentos feministas no Brasil emerge nos agrupamentos de esquerda, na luta contra a ditadura nos anos de 1970, do Século XX, que se inicia principalmente nos estados do Sudeste do país, notadamente no eixo Rio de Janeiro e São Paulo e que nos anos de 1980, irradia para os estados do Nordeste, Sul e Centro-Oeste do Brasil, tendo enorme repercussão na sociedade. Por se tratar de um movimento coletivo, fundado na luta intransigente pela igualdade e pelo reconhecimento das mulheres como sujeito de direitos, o feminismo desnaturaliza “verdades” absolutas, de que a submissão das mulheres estava inscrita na sua natureza feminina, ados os estereótipos estabelecidos e as crenças religiosas, que durante séculos impuseram posições subalternas, que as impediam e ainda impedem, de ascender na sociedade.

As questões centrais que movem os movimentos feministas é o reconhecimento das mulheres como sujeito político, o respeito às diferenças, o combate à opressão histórica e a

permanente desigualdade em que viviam, e ainda vivem muitas mulheres, principalmente, as mulheres negras e pobres. É um movimento que tem clareza, de que as relações patriarcais que inferiorizaram as mulheres foram forjadas na fala de muitos autores, a exemplo de Pitágoras, Aristóteles, Rousseau, Proudhon, que viam as mulheres “como uma modelagem inacabada, um homem incompleto, defeituosas” (PERROT, 2007, p.23). Sua luta ao longo dos séculos é um esforço de desconstruir essas afirmações, que as diminuem e as inferiorizam frente à sociedade. Ao enfatizarem que “o pessoal é político” e “o privado é público”, as feministas transgrediam o lugar comum destinado às mulheres. Tais expressões passaram a ser canais de disputas, entre os movimentos feministas e os poderes constituídos e em construção.

Ao longo do Século XX esse movimento ampliou seus espaços de atuação, inserindo-se nas academias, questionando a Ciência Cartesiana e as verdades absolutas, que imputaram as mulheres lugares subalternas. Introjetaram-se na política, nos partidos e sindicatos, questionando a democracia representativa, uma vez que grande parte da sociedade, em especial as mulheres, não se sente representada pelos seus dirigentes.

Ao fazer um balanço das conquistas dos movimentos feministas nestas oito décadas, pode-se dizer que foram inúmeras, principalmente, na construção de estruturas legais e de proteção à mulher. Porém, no campo político, os avanços são ínfimos, se considerarmos a tabela I apresentada neste texto.

A representação de apenas 15% de mulheres na Câmara Federal evidencia, o que Pateman (2010) diz com propriedade: a cidadania para superar a formalidade e ter efeito significativo na vida cotidiana com igual valor para todos/as os cidadãos/ãs, é necessário que cada indivíduo seja aceito em pé de igualdade, como participante em todas as áreas da vida política e social.

O que se observa, a partir dos resultados eleitorais, conforme tabela 1 é que pouco se alterou na representação feminina nos espaços de poder no Brasil, nas últimas décadas.

Tabela 1: Representação feminina na Câmara Federal no Brasil – 1995 a 2022

PERIODO LEGISLATIVO	DEPUTADAS	DEPUTADOS	TOTAL
2019-2022	77	436	513
2015-2018	51	462	513
2011-2014	45	468	513
2007-2010	45	468	513
2003-2006	42	471	513
1999-2002	28	485	513
1995-1998	34	479	513
TOTAL	322	3.269	

Fonte: Dados Pesquisa Mary Ferreira, 2018. TRE, 2018.

Na atual conjuntura, as mulheres constituem em torno de 15% das representadas no Congresso Nacional; os negros são apenas 10%, fato que denota as contradições da democracia no Brasil, considerando que no cenário internacional, estamos entre os menores percentuais de mulheres em cargos de representação do mundo. (TRE, 2018).

A contradição expressa nas cadeiras dos legislativos, retrata a representação desigual de gênero na política brasileira, tendo sido tema de ações pontuais dos movimentos feministas em todo o Brasil. As lutas feministas, que datam de meados do Século XX, se fortaleceram nos anos oitenta com a luta pela redemocratização do País e com a promulgação da Constituição de 1988 e se articulam nos primeiros anos do Século XXI na luta por políticas públicas, intensificaram-se em 2015, nos atos contra o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Importante destacar a intensa campanha do ELE NÃO! Que se espalhou pelo mundo em atos de solidariedade, mostrando a intensidade dos movimentos feministas e sua capacidade de politizar as lutas políticas que se travava no Brasil naquele período.

As inúmeras ações realizadas no período que corresponde aos anos de 2015-2018 como a Marcha das Margaridas, as ações das mulheres negras, e das várias articulações feministas mostraram a vitalidade e as formas de resistência das diversificadas frentes feministas, em defesa de um Brasil democrático, soberano e livre das opressões capitalistas, sexistas, racistas e de gênero.

A Articulação de Mulheres Brasileiras que agrega várias entidades feministas como CFEMEA, SOS Corpo e vários fóruns estaduais e municipais, entre os quais o Fórum Maranhense de Mulheres e o Fórum de Mulheres de Imperatriz, também lançou nota pública contra o golpe. Na nota denunciavam o golpe e diziam “Não ao Governo da Coalizão Golpista!”:

[...] O Golpe serve aos interesses do capital, e tem forte caráter patriarcal e misógino. As elites nunca aceitaram ser governadas por uma mulher. A mídia golpista, aliada da colisão golpista, não aceita que mulheres participem da vida e das decisões políticas do país, nos querem ‘recatadas e do lar’, enquanto propagam as fotos do ministério golpista formado por homens brancos. A violência política contra a Presidenta, vivenciada em todo o processo, expressa um tipo de violência patriarcal que deve ser denunciada e combatida. (ARTICULAÇÃO, 2016).

O que se viu, a partir de então, foi um ataque feroz às instituições democráticas e aos sujeitos políticos que enfrentaram os golpistas. O Golpe de 2016 deflagrou, conforme Carvalho; Johnson; Coutinho, *et. al.* (2020, p 145):

[...] um novo ciclo de ajuste na vida brasileira: é um ciclo de caráter ultra neoliberal, fundado em uma política de espoliação de direitos e das riquezas nacionais, de intensificação da superexploração da força de trabalho, de privatizações, de privilegiamento de interesses do capital estrangeiro.

O golpe contribuiu ainda para o recrudescimento da violência de gênero. Dados apontados pelo Atlas da Violência (IPEA, 202) revelam que no ano de 2018 foram assassinadas 4.519 mulheres no Brasil. Esse dado corresponde a 4,3 homicídios para cada 100 mil habitantes do sexo feminino, que corresponde ao alarmante indicador: a cada duas horas uma mulher é assassinada no Brasil. Nos estudos de Façanha (2021, p. 92) sobre o fenômeno da violência de gênero no Brasil e no Maranhão a autora enfatiza que “[...] nos últimos anos houve um aumento significativo nas denúncias e na emissão de medidas protetivas: em 2016 foram 5.744, em 2017 foram 6.659 e em 2018 foram 9.662 medidas protetivas”, fato que denota que a cultura machista, patriarcal e misógina, foi alimentada com o golpe e também em virtude da regressão das políticas públicas de combate à violência de gênero que sofreram revés pela falta de orçamentos, cortados no governo de Michel Temer e praticamente extintas no governo de Bolsonaro.

CONCLUSÃO

O processo de fascização no Brasil está relacionado com o enfraquecimento das organizações políticas: sindicatos, partidos, que incidiu de forma direta, na perda de direitos da classe trabalhadora, tendo como ápice a reforma trabalhista e a reforma da previdência, fato que culminou com a precarização do trabalho e o empobrecimento da população. Além desses fatores, consideramos que esse sistema que degenerou as instituições democráticas, também contribuiu para a exacerbação da violência de gênero, fato materializado no processo de *impeachment* (golpe), que teve como desdobramento o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff.

A violência do processo e as narrativas com abordagem sexista e misógina, que se espalhou largamente pelo País contaminou o mundo da política brasileira, tendo um efeito devastador na vida das mulheres, contribuindo para a incidência da violência que atingiu todos os estados da federação, desafiando os movimentos feministas cuja ação política de denúncia, intensificou-se mais ainda, desde o golpe.

A eleição de Bolsonaro contribuiu para o processo de fascização no Brasil, porém, não se pode deixar de reconhecer, que os desgastes provocados pelas ações dos movimentos feministas indisporam a população feminina com o seu governo, contribuindo para que as organizações feministas no País ampliassem o número de mulheres envolvidas na política transformando o público feminino, na maior oposição aos setores da extrema direita no Brasil, fato visível nos índices de rejeição ao Governo de Bolsonaro, largamente veiculados pela imprensa brasileira, o que denota que esse movimento, desde os atos do ELE NÃO! Transformou-se em um dos movimentos de maior resistência ao fascismo no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Presidência da República**. Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.114 p.

ARTICULAÇÃO de mulheres brasileiras na luta contra o golpe e contra a renúncia da presidenta Dilma Rousseff. 4 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.articulacaodemulheres.org.br/2016/05/04/articulacao-de-mulheres-brasileiras-na-luta-contr-o-golpe-e-contr-a-renuncia-da-presidenta-dilma-rousseff/> Acesso em 25 maio 2022.

BONIN, Robson. Eleitorado feminino ainda é o que mais rejeita Bolsonaro. **Revista Veja** Robson 25 abr. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/eleitorado-feminino-ainda-e-o-que-mais-rejeita-bolsonaro-diz-pesquisa/>. Acesso em 25 jun. 2022.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; JOHNSON, Guillermo Alfredo; COUTINHO, Joana A. Ferreira, John Kennedy; OLIVER, Lúcio. A crise capitalista, o avanço da direita no continente latino-americano, e os desafios para a resistência. **Revista de Políticas Pública**, v. 24, p.129–149. 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/15096>. Acesso em 15 jun. 2022.

COUTINHO, Joana. Democracia debilitada: a ascensão do fascismo no Brasil. **Revista Binacional Brasil-Argentina**. V. 10, n. 1, p. 230-245, jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/8765/5800> Acesso em 15 jun. 2022.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FAÇANHA, Josanne Ferreira. **Feminicídio**: estudos sobre decisões judiciais. Rio de Janeiro: Barra Livros, 2021.

FERREIRA, Maria Mary. **Mulheres, protagonismo e sub-representação**: dados para pensar e transformar as relações de gênero no Maranhão. São Luís, 2019. 275p.

_____. Gênero, sexualidades e educação no Brasil e suas imbricações no exercício político das mulheres. In: SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da; MACHADO, Raimunda Nonata da Silva.

Gêneros e diversidades e inclusão educacional. Curitiba: CRV, 2022. p. 131-148.

IPEA. **Mapa da Violência 2018**. Brasília, DF, IPEA, 2018. 93p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/49/atlas-da-violencia-2018>.

IPEA. **Mapa da Violência 2019**. Brasília, DF, IPEA, 2019. 116p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>

LÖWY, Michael. A resistível ascensão dos “novos” fascistas. **Outras Mídias**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-resistivel-ascensao-dos-novos-fascistas/>> Acesso em 16 jun. 2022.

OLIVEIRA, Danielle Ferreira de. **É golpe, sim! com supremo, com tudo**: uma análise da comunicabilidade do Jornal Nacional no processo de destituição de Dilma Rousseff em 2016. 151 fl. Dissertação. (Mestrado Linguística Aplicada). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

PERRONE, Monalisa. **CNN Brasil**. 17 dezembro 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entrevista-isa-penna-assedio-alesp/>> Acesso em 23 ago. 2022.

PATEMAN, Carole. Garantir a cidadania das mulheres: a indiferença e outros obstáculos. Tradução de Tereza Tavares. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 89, p. 29-49. Disponível em: <https://rccs.revues.org/3666>. Acesso em 23 de jun. 2017.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Ângela Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007. 190 p.

PIZAN, Cristine de. **A cidade das damas**. Tradução e apresentação de Luciana Eleonora de Freitas Deplagne. João Pessoa: Editora da Universidade da Paraíba, 2012.

"TCHAU, querida!": lembre votos e falas do impeachment. **Leia Já**. 31/08/2022. Disponível em: <https://m.leiaja.com/politica/2022/08/31/tchau-querida-relembre-votos-e-falas-do-impeachment/>. Acesso em 2 nov.2022.

TROTSKY, Leon. E agora? A revolução alemã e a burocracia Leon. Tradução Mario Pedrosa. In: _____. **Como esmagar o fascismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Mary/Downloads/Como%20Esmagar%20o%20Fascismo%20-%20Leon%20Trotsky.pdf> Acesso em 24 jun. 2022.

TRUTH, Sojourner. E não sou uma mulher? Tradução de Osmundo Pinho. **Portal Geledés**. 8 jan. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em 25 jun. 2022.

XAVIER, Renan Melo. ‘Como vota, deputado?’: relembre sessão de abertura do impeachment de Dilma. **Poder 360**. 17 abr, 2017. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/como-vota-deputado-relembre-sessao-de-abertura-do-impeachment-de-dilma>. Acesso 12 Jun. 2022.

ZETKIN, Clara. **Como nasce e morre o fascismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.127p.